



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

JOÃO MARCOS CAMARGO NALLI

**ANÁLISE DOCUMENTAL COMPARADA DAS AÇÕES E
APARELHOS DE REPRESSÃO DA OPERAÇÃO MARUMBI E
CLÍNICA MARUMBI**

Londrina

2026

JOÃO MARCOS CAMARGO NALLI

**ANÁLISE DOCUMENTAL COMPARADA DAS AÇÕES E
APARELHOS DE REPRESSÃO DA OPERAÇÃO MARUMBI E
CLÍNICA MARUMBI**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de pós graduação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Lanza

Londrina

2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Nalli, João Marcos Camargo.

Análise documental comparada das ações e aparelhos de repressão da “Operação Marumbi” e “Clínica Marumbi” / João Marcos Camargo Nalli. - Londrina, 2026.

173 f.

Orientador: Fabio Lanza.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2026.

Inclui bibliografia.

1. Ditadura Militar - Tese. 2. Operação Marumbi - Tese. 3. Clínica Marumbi - Tese. 4. Bases Documentais - Tese. I. Lanza, Fabio. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

CDU 3

JOÃO MARCOS CAMARGO NALLI

**ANÁLISE DOCUMENTAL COMPARADA DAS AÇÕES E
APARELHOS DE REPRESSÃO DA OPERAÇÃO MARUMBI E
CLÍNICA MARUMBI**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de pós graduação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabio Lanza
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
(PPGSOC - UEL)

Profa. Dra. Maria José de Rezende
Programa de Pós-Graduação Profissional de Sociologia em Rede Nacional
(PROFSOCIO – UFC/UEL)

Prof. Dr. José Wilson Assis Neves Júnior
Universidade Estadual Paulista (UNESP-Bauru)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
(PPGSOC - UEL)[

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um ato de reconhecimento e, ao mesmo tempo, de sacrifício. Reconhecimento porque implica admitir que este trabalho não foi construído de forma solitária; sacrifício porque nem sempre é fácil reconhecer o apoio e a gentileza de alguém e traduzi-lo em palavras. Ao agradecer, enfrento essa dificuldade e assumo a importância das pessoas e das circunstâncias que tornaram possível a realização desta dissertação.

Em primeiro lugar, agradeço a Universidade Estadual de Londrina (UEL); ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade; a CAPES por fornecer a bolsa, pois sem essas instituições essa pesquisa não seria possível.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Fabio Lanza por todo esforço, dedicação, e presença que, mesmo com as dificuldades, se manteve firme e dedicado.

Agradeço a Banca Avaliadora do meu trabalho, pela leitura e contribuições que enriqueceram este trabalho.

Agradeço, também, toda minha família, principalmente, mas não exclusivamente Marcos A. G. Nalli, Sonia A. Camargo, Morgana C. Nalli, Gabriela Pacífico, e minhas avós Doraci e Dulcineia, que sempre acreditaram em mim e me lembraram de como deveria me manter firme e com confiança para desenvolver este projeto.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a equipe do Colégio Maria José Aguilera que me apoiou e me ajudou mesmo antes de iniciar essa jornada, durante minhas rotinas de trabalho como PSS, e como amigos e colegas que foram formando uma forte relação comigo.

Muito obrigado a todos, esse trabalho é para vocês!

EPIGRAFE

Cálice

Canção de Chico Buarque e Milton Nascimento · 1978

Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue
Pai, afasta de mim esse cálice, pai
Afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue
Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta
Pai (pai)
Afasta de mim esse cálice (pai)
Afasta de mim esse cálice (pai)
Afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue
Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoa
Atordoados eu permanecemos atentos
Na arquibancada pra qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa
Pai (pai)

Afasta de mim esse cálice (pai)
Afasta de mim esse cálice (pai)
Afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue
De muito gorda a porca já não anda (cálice)
De muito usada a faca já não corta
Como é difícil, pai (pai), abrir a porta (cálice)
Essa palavra presa na garganta
Esse pileque homérico no mundo
De que adianta ter boa vontade
Mesmo calado o peito, resta a cuca
Dos bêbados do centro da cidade
Pai (pai)
Afasta de mim esse cálice (pai)
Afasta de mim esse cálice (pai)
Afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue
Talvez o mundo não seja pequeno (cálice)
Nem seja a vida um fato consumado (cálice, cálice)
Quero inventar o meu próprio pecado
(Cálice, cálice, cálice)
Quero morrer do meu próprio veneno
(Pai, cálice, cálice, cálice)
Quero perder de vez tua cabeça (cálice)
Minha cabeça perder teu juízo (cálice)
Quero cheirar fumaça de óleo diesel (cálice)
Me embriagar até que alguém me esqueça (cálice)

RESUMO:

NALLI, João Marcos Camargo. **Análise documental comparada das ações e aparelhos de repressão da “Operação Marumbi” e “Clínica Marumbi”**. 2025. 173 f.. Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado em Sociologia – Centro de Ciências Humanas Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

Em 1964 ocorre no Brasil a derrubada do presidente democraticamente eleito João Goulart e a ascensão de um regime ditatorial e autoritário militar, para isso os historiadores cunharam esse período, que terminou em 1985, de Ditadura Militar Brasileira; já que é um governo marcado pela ditadura de militares e apoiadores deste grupo, e brasileira porque não aconteceu somente no Brasil, mas em outros territórios da América Latina, em pleno contexto de Guerra Fria. Com o passar dos anos o governo ditatorial controlou os aspectos sociais e políticos da sociedade, entretanto em 1975 acontece uma eleição legislativa entre o Partido Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido aliado dos militares, e o Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), um partido de uma oposição controlada. Durante essa eleição o MDB conseguiu a maioria dos votos, fazendo que o governo militar temesse uma infiltração do Partido Comunista Brasileiro (PCB) dentro do MDB, e utilizar desta infiltração para aplicar seus planos contra a ditadura. Foi lançado assim uma série de operações pelo país pelo governo ditatorial militar, no Paraná a operação ficou conhecida como Marumbi, e apresentou consequentemente um aparelho de repressão denominada Clínica Marumbi, é dentro deste contexto histórico que parte esta pesquisa, cuja hipótese de que os militares utilizaram tanto a operação quanto o seu respectivo aparelho de tortura mas moldar a sociedade e mantê-la sob o viés que os militares consideravam correto, mantendo assim as estruturas da sociedade que eles afirmam defender. Pode-se afirmar que isso parte do pressuposto que os militares desejavam manter uma democracia imposta, mas limitada ao que eles consideravam de acordo com suas visões e ideologias. Para isso foi utilizado quatro bases documentais, Brasil: nunca mais; Comissão Nacional da Verdade; Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban, e o Serviço Nacional de Informações. Sediado no Sistema de Informação do Arquivo Nacional. Por fim, foi realizada a coleta e comparação dos dados obtidos dessas bases documentais, de modo a evidenciar e permitir a análise do tema e do objeto de pesquisa propostos. A análise dos dados mostrou que no ano de 1975 no Paraná foi um dos períodos mais violentos da região, coincidindo com o período da Operação Marumbi e dos diversos aparelhos e órgãos de repressão criados justamente para suprir as demandas dos militares na Operação. Conclui-se que a violência juntamente com os aspectos ideológicos presentes na época agia de forma conjunta, portanto a violência não era apenas aplicada através das técnicas de tortura, mas também com o intuito de uma administração ideológica do regime ditatorial militar.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Operação Marumbi; Clínica Marumbi; Bases Documentais; Análise Documental.

ABSTRACT

NALLI, João Marcos Camargo. ***Comparative documentary analysis of the repressive actions and apparatuses of “Operation Marumbi” and “Marumbi Clinic”***. 2025. 173 p. Master's thesis in Sociology – Center for Human Sciences, State University of Londrina, Londrina, 2025.

In 1964, the overthrow of the democratically elected president João Goulart and the rise of a dictatorial and authoritarian military regime occurred in Brazil; for this purpose, the historians coined this period, which ended in 1985, of a government marked by the dictatorship of military and supporters of this group, and Brazilian because it did not happen only in Brazil, but in other territories of Latin America, in full context of Cold War. Over the years the dictatorial government controlled the social and political aspects of society, however in 1975 a legislative election takes place between the Alliance Renewing National Party (Arena), military ally party, and the Brazilian Democratic Movement Party (MDB), a party of a controlled opposition. During this election, the MDB received a majority of votes, causing the military government to fear an infiltration of the Brazilian Communist Party (PCB) within the MDB, and use this infiltration to implement its plans against the dictatorship. It was thus launched a series of operations through the country by the military dictatorial government, in Paraná the operation became known as Marumbi, and consequently presented a repression apparatus called Marumbi Clinic, is within this historical context that starts this research, whose hypothesis that the military used both the operation and its respective torture apparatus but to shape society and keep it under the bias that the military considered correct, thus maintaining the structures of society that they want to defend. It can be said that this is based on the assumption that the military should maintain an imposed democracy, but limited to what they considered in accordance with their views and ideologies. For this it was used four documentary bases, Brazil: never again; National Truth Commission; State Truth Commission - Teresa Urban, and the National Information Service. Based in the Information System of the National Archives. Finally, the collection and comparison of data obtained from these documentary databases was carried out in order to highlight and allow the analysis of the proposed theme and research object. The data analysis showed that in 1975 in Paraná was one of the most violent periods in the region, coinciding with the period of Operation Marumbi and the various apparatuses and repression organs are created precisely to meet the demands of the military in the Operation. It is concluded that the violence along with the ideological aspects present at the time acted together, so the violence was not only applied through torture techniques, but also in order to an ideological administration of the military dictatorial regime.

KEYWORDS: Brazilian Military Dictatorship; Operation Marumbi; Marumbi Clinic; Documental Basis; Documental analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNM	Brasil: nunca mais
Cenimar	Centro de Informações da Marinha
CIA	Agência Central de Inteligência
CIE	Centro de Informações do Exército
CIP	Congregação Israelita Paulista
Cisa	Centro de Informações da Aeronáutica
CEV-PR	Comissão Estadual da Verdade do Paraná – “Teresa Urban”
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPF	Departamento da Polícia Federal
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
ESNI	Escola Nacional de Informações
EUA	Estados Unidos da América
IPM	Inquérito Policial Militar
LAI	Lei de Acesso à Informação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NDPH	Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
SEJU	Secretaria da Justiça e Cidadania
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SISSEGIN	Sistema de Segurança Interna
SNI	Serviço Nacional de Informações
SSP/PR	Secretaria de Segurança Pública do Paraná
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFPR	Universidades Federal do Paraná
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CONTEXTO HISTÓRICO DA DITADURA MILITAR E PERSPECTIVA METODOLÓGICA.....	16
2.1. O GOLPE MILITAR EM 1964 E A DITADURA MILITAR.....	17
2.1.1 A Operação Marumbi.....	34
2.2 PERSPECTIVA METODOLÓGICA.....	36
3 APRESENTAÇÃO DAS BASES DOCUMENTAIS.....	50
3.1. BRASIL: NUNCA MAIS.....	51
3.2 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV).....	59
3.3. COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO PARANÁ – “TERESA URBAN”.....	66
3.3.1 Operação Marumbi.....	69
3.4 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI).....	71
4 ANÁLISE DOCUMENTAL.....	74
4.1. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN).....	76
4.2 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI).....	80
4.3 COMISSÕES DA VERDADE: CNV E CEV-PR “TERESA URBAN”.....	96
4.4 BRASIL: NUNCA MAIS.....	104
4.4.1 IPM 745 / BNM 551.....	104
4.4.2. O relatório do Brasil Nunca Mais.....	120
considerações finais.....	136
REFERÊNCIAS.....	139
APÊNDICE A.....	147
APÊNDICE B.....	162
APÊNDICE C.....	165
APÊNDICE D.....	167
APÊNDICE E.....	173
APÊNDICE F.....	170

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui realizada tem por tema a análise documental focada na Operação Marumbi e na Clínica Marumbi. Denominada assim possivelmente devido a uma cadeia de montanhas também denominadas de Marumbi, localizadas entre Morretes e Curitiba. A Operação foi uma ação de repressão com o objetivo de identificar e prender possíveis membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1975, motivada pelo fato de que o partido governista, o Aliança Renovadora Nacional (Arena), havia perdido as eleições para o partido opositor, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Suspeitava-se que integrantes do PCB estavam infiltrados no MDB. Portanto, para dismantelar o PCB no país, foram lançadas séries de operações, sendo que no Paraná, recebeu o nome de Marumbi. A Clínica Marumbi, por sua vez, foi um aparelho clandestino de repressão, cuja localização ainda é incerta, sabendo-se apenas que estava em Curitiba.

A questão que motiva esta pesquisa é saber se é possível considerar a ação e o aparelho de repressão como estratégias do governo militar, à época da ditadura (1964-1985), de imposição de seu modelo de sociedade, de organização social, e de como pela repressão se estabelece quem é ou não pertencente, ou integrante daquela sociedade projetada, decidindo quem deveria ser reprimido ou eliminado. É a identificação, perseguição, repressão, violência e eliminação dos inimigos, dos subversivos, justificada ideologicamente. A hipótese é que isto pode ser confirmado: a repressão cumpriu uma função de regulador social e de imposição de um modelo de sociedade, isto é um modelo de democracia ditatorialmente imposto (Rezende, 2001). O propósito último desta dissertação é, então, analisar a relação entre os contextos sociais e aspectos ideológicos, que se fazem presentes nos documentos, que motivaram as repressões no Paraná durante a Operação Marumbi. Em linhas gerais, as ações de repressão refletem e impõem a concepção ideológica do governo militar, repressão essa que vai da identificação, passando pela prisão, interrogatório, tortura e assassinato de pessoas desqualificadas como subversivas.

Em um prévio levantamento bibliográfico, ainda há poucos estudos sobre a Operação Marumbi, e menos ainda sobre a Clínica Marumbi, esta, principalmente em razão de sua clandestinidade. Foram apenas localizados: uma dissertação de Mestrado em História, pela Universidade Estadual de Maringá, de Leandro Brunelo (2006),

Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná; um capítulo de livro, também de Brunelo (2012), “A Operação Marumbi no Estado do Paraná”; e um artigo, escrito por Fabio Lanza e José Neves Júnior (2023), “O SNI e a produção de contrainformações à imprensa paranaense e catarinense sobre as Operações Marumbi e Barriga Verde (1975-76)”.

Em razão da falta de materiais bibliográficos, esta pesquisa recorreu a bases documentais para coleta e análise dos dados com vistas a comprovar a hipótese geral desta pesquisa. Para isto, serão consideradas as seguintes bases documentais: O Projeto Brasil: nunca mais, Projeto A e B; os relatórios da Comissão Nacional da Verdade (2014); os relatórios da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban – do Paraná (2017); e, por final, os arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI), disponibilizados principalmente no Sistema do Arquivo Nacional (SIAN). A razão de recorrer a todas essas bases se deve a: primeiro, por considerar que pode haver diferenças de perspectivas nos documentos, lacunas e omissões, considerando as origens de cada base, bem como a ocultação de documentos da Ditadura (Figueiredo, 2015; Tenaglia, 2024); e em segundo lugar, conseqüentemente, para tentar garantir uma exposição a mais completa possível sobre a Operação e seu aparelho, a partir de, metodologicamente uma análise cruzada e comparada daquelas bases.

Para os propósitos desta pesquisa, o texto da dissertação está organizado como segue:

O primeiro capítulo é uma apresentação histórica da Ditadura militar no Brasil (1964-1985), e a exposição sobre a perspectiva metodológica que norteia esta pesquisa. Assim, na primeira seção tem-se a apresentação histórica: mesmo este sendo um trabalho de Sociologia, faz-se necessário uma contextualização histórica de alguns elementos gerais da Ditadura, desde o Golpe em 1964 até a deflagração da Operação Marumbi. Um desses elementos centrais foi a formação da ideologia da segurança nacional, a partir da Escola Superior de Guerra (ESG) e seu principal ideólogo, Golbery do Couto e Silva, culminando na criação do Serviço de Nacional de Informações (SNI). As funções dos órgãos de inteligência e os principais eventos históricos do período militar se encontram neste capítulo. Na segunda seção, é exposto as escolhas metodológicas que guiaram a presente pesquisa: trata-se de pesquisa qualitativa apoiada em análise documental, sendo que, em razão do volume de material disponível, se estabeleceu uma estratégia de análise por amostragem, de

modo a permitir a leitura dos documentos, coleta de dados e seu cruzamento comparativo, buscando estabelecer pontos que permitisse que as informações contidas nos documentos pudessem ser complementadas umas pelas outras, permitindo, assim, alcançar os objetivos de pesquisa visados e responder aos problemas de pesquisa.

O segundo capítulo tem por objetivo apresentar as bases documentais consultadas e estudadas, alguns aspectos históricos que levaram a sua criação até que tipo de arquivos será encontrado em seus acervos. Como já mencionado, as bases documentais que serão consideradas nesta pesquisa são: Brasil: nunca mais, projetos A (disponível “on line”) e B (isto é, o livro), projetos levados a cabo, clandestinamente, entre os anos de 1979 e 1985; os relatórios da Comissão Nacional da Verdade, instituído em 2012 pela então presidente Dilma Rousseff e concluído em 2014 e da Comissão Estadual do Paraná, “Teresa Urban”, publicado em 2017; e os arquivos do SNI, digitalizados e colocados à disposição no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011). Nessa apresentação busca-se trazer alguns dados relevantes sobre os citados documentos, bem como informações deles oriundas para melhor compreender o objeto geral da presente pesquisa, em torno da Operação Marumbi e da Clínica Marumbi.

Por fim, com a exposição feita, parte-se para o terceiro e último capítulo no qual se realiza propriamente dita a análise dos dados coletados referente à Operação e a Clínica Marumbi, de modo a evidenciar os diversos modos de ação repressiva e de violência, bem como os elementos constitutivos da concepção ideológica de sociedade que a Ditadura militar queria impor. Para isso, a análise buscou, inicialmente, traçar comparativamente o que motivou a Operação Marumbi, seus modos oficiais e legais de ação, locais e cidades do Paraná afetados e as pessoas atingidas. Também se procurará rastrear os elementos ideológicos (e quais são eles e como se articulam entre si) que motivaram a Operação. Por fim, se procurará rastrear as pistas que apontem para as variadas práticas de violência e tortura que foram utilizadas, no intuito de coletar informações, reprimir e conter todos os indivíduos tomados como elementos comunistas e subversivos da ordem democrática que se impunha autoritariamente pelo governo militar.

A pretensão teórico-sociológica da pesquisa realizada nesta dissertação é de que se possa compreender, a partir dos documentos, qual a concepção de sociedade que o governo militar e seus aliados queriam impor à sociedade brasileira, como se pudessem modelá-la conforme sua vontade; e todo aquele ou aquela que de alguma forma divergia do modelo imposto, era tomado como comunista e subversivo, devendo ser pronta e rapidamente identificado, preso e, como é sabido, em alguns casos, torturado ou eliminado. Vê-se assim como o uso da perseguição e violência de Estado, principalmente aquelas que se davam clandestinamente, como é o caso da Clínica Marumbi, exerciam uma função importante na imposição do modelo idealizado de sociedade.

Ao mesmo tempo, é possível sustentar que ao pensar histórica e sociologicamente aqueles eventos passados, permite-se melhor compreender a atualidade, mesmo que em tempos de democracia que, ainda assim, continuam a ser atacadas e ameaçadas. E, quem sabe, dessa forma contribuir para impedir que tempos sombrios como daquela ditadura voltem a acontecer.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA DITADURA MILITAR E PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Para os propósitos gerais desta dissertação, faz-se necessário, neste primeiro capítulo, dois procedimentos, em princípios distintos, mas que se complementam: primeiramente uma exposição do contexto histórico da ditadura militar no Brasil; e em segundo, uma apresentação da perspectiva metodológica que norteia a presente pesquisa.

Assim, faz-se uma apresentação sintética de alguns dos elementos gerais e ao mesmo tempo norteadores do golpe militar de 1964 e da ditadura militar que se instalou a partir de então até seu fim em 1985. Obviamente, não se trata de uma exposição completa e detalhada, de acordo com o que há de mais avançado em termos de pesquisa historiográfica. Sua finalidade é mais sociológica: esta exposição se faz fundamental para permitir a identificação e análise da perspectiva ideológica que motivou o golpe e que de algum modo sustentou e foi sustentada por mais de duas décadas por aquele governo ditatorial. Isto deverá permitir também entender o que motivava ideologicamente as ações de repressão, bem como as mesmas ações materializavam aquela matriz ideológica.

Para realizar a presente contextualização da ditadura militar e da Operação Marumbi, como se vê, foi utilizada com bastante frequência a obra de Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada* (2014), apesar das suas limitações metodológicas em termos de historiografia, suas escolhas expositivas e argumentativas e suas influências ideológicas em alguma medida subtendidas, mas possíveis de serem notadas quando comparadas com diversos textos que apontam para seus limites (cf. Rampinelli, 2005; Calil, 2014 e 2017; Bechelli, 2021). Nosso intuito não foi em absoluto aderir às teses ou estratégias revisionistas de Gaspari, apenas tomá-lo como uma fonte viável, mesmo que questionável, à pesquisa aqui desenvolvida.

Na segunda seção, se apresentará a perspectiva metodológica que norteará a pesquisa em torno da análise documental, deixando claro alguns dos principais elementos teóricos que guiam a análise documental. Fundamentalmente, é preciso atentar que esta pesquisa precisa se apoiar nas chamadas bases documentais que dão o suporte para a análise sociológica aqui pretendida, de modo a evidenciar os elementos ideológicos que nortearam as ações de repressão durante a Operação

Marumbi ao mesmo tempo em que possibilitarão a sua análise em termos de materialização e realização daqueles propósitos ideológicos. Cabe assim uma compreensão do que é um documento e de sua importância para a pesquisa científica em Sociologia. Além disso, por se tratar de uma pesquisa que trabalha a partir de fatos passados documentados, é importante, também compreender a relação que se estabelece entre a História e Sociologia, no que se pode chamar, mais precisamente de Sociologia histórica, e seus procedimentos teóricos e analíticos.

2.1. O GOLPE MILITAR EM 1964 E A DITADURA MILITAR

A transição de governo democrático para um governo que ainda não teria assumido seu cunho ditatorial foi um tanto conturbada (Gaspari, 2014). Mas após a renúncia forçada de João Goulart, estava claro que o novo governo que adotava para si o termo revolucionário, desejava nada mais que manter um controle e ordem que seriam o contrário de revolucionário (Rezende, 2001; de Moraes, 2020).

O golpe de 1964 violentou o Estado de direito, e o Ato Institucional n. 5 (AI-5) foi apenas uma consequência do seu aprofundamento. Considerar que a ditadura escancarada começou com a edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, significa relativizar o período anterior, que derrubou um presidente constitucional, desrespeitou as liberdades individuais e coletivas e submeteu o país aos interesses do capital internacional. Essa ditadura, inclusive, não estaria envergonhada, mas muito bem assumida. Daí que, se o exército dormiu janguista, acordou golpista e não revolucionário. Portanto, o AI-5 não é o resultado do crescimento do terror de esquerda, mas sim da necessidade de institucionalização do terror de Estado (Rampinelli, 2005, p. 421)

Após o golpe, o governo tomou certas medidas de organização para se manter, primeiramente por mais que hoje saiba que tratava de um governo ditatorial, era preciso vestir uma roupagem de legitimidade (Rezende, 2001) e ao mesmo impedir qualquer tipo de rebeldia ou revolta. Isso fica bem explícito em Fausto (2006) já que os militares viam em si mesmos uma força para restaurar o país, então mesmo sabendo que se tornaram ditadores eles evitavam de se nomear assim, e impondo a toda sociedade brasileira seus valores sociais como únicos e hegemônicos, como afirma Rezende (2001):

Tanto os militares com poder de mando e decisão que faziam parte diretamente do governo quanto aqueles que tinha posição decisiva no processo de sustentação e sedimentação do regime eram constituintes, evidentemente, do grupo de poder. As suas atuações com objetivo de instaurar uma dada forma de ação e de comportamento para

toda a sociedade (grupos e/ou indivíduos) e suas ações para assegurar a prevalência de determinados valores sociais são a base para compreender o processo de luta do regime na sua busca de reconhecimento. [...] que atuavam politicamente na utilização de diversos canais para assegurar a prevalência de interesses econômicos e de valores sociais. (Rezende, 2001, p. 10)

Este valor social pode ser resumido, ainda com Rezende (2001), “na construção de um suposto ideário de democracia que insistia no revigoramento da ordem, do progresso, da justiça social de uma pretensa legalidade” (Rezende, 2001, p. 33). E isto sempre a partir de uma imposição, de cima para baixo, autocraticamente, personificada pelo ideário militar de sustentação da hierarquia e da obediência à autoridade. Este ideal de sociedade era concebido como isento de contradições e de conflitos, garantido o equilíbrio e o progresso da sociedade brasileira, podendo ser também definido nos seguintes termos:

um projeto desenvolvimentista que partia de uma relação duplamente subordinada da classe trabalhadora nacional, na qual a burguesia interna, adequada a métodos de superexploração da força de trabalho, não ambiciona, em nenhum momento, o rompimento com a relação de dominação com o imperialismo capitalista externo. (Neves Júnior, 2021, p. 996)

O problema de um governo que se ergue a partir de um golpe, é sua organização. Estava claro que o governo que surgira após o golpe de 1964 não tinha intenções de ser democrático, apesar dos discursos em sua defesa (Silva, 2012). Entretanto não era de se esperar uma certa desorganização dentro dos seus ranques (Rezende, 2001). Ao contrário, é preciso reconhecer que o regime militar contava com uma organização extremamente burocrática em todas as suas instâncias, das grandes políticas e planos econômicos adotados – como o famoso milagre econômico brasileiro, entre 1968 e 1973, cujo crescimento econômico seu deu às custas de extrema exploração do trabalhador e de suas condições de sobrevivência (Maciel, 2014; Grandi, 2019) – até outras ações como perseguições, prisões, torturas e até assassinatos de opositores e subversivos.

A tortura e violência eram coisas claras de serem notadas, antes mesmo de ser dirigida contra os opositores capturados pelo regime; elas já se davam nas casernas militares: “a indisciplina e a tortura, longe de serem ‘incidentes menores’, namoravam firme” (Gaspari, 2014, p. 191). No entanto, o que os presidentes gerais fingiam não perceber, e que logo se tornaria no Brasil um campo de batalha, foram os levantes e manifestações diversas de resistência e de contestação (Silva, 2012).

Mas primeiramente um contexto para explorar esse dito campo: antes mesmo de haver um golpe de 1964, havia um sentimento anticomunista, sentimento que era expandido pelas relações internacionais de duas potências, ora evidentemente belicosas, ora de modo mais ou menos velado – Estados Unidos e União Soviética – ou seja capitalistas de um lado e comunistas de outro, e muitos dos militares que haviam dado o golpe prefeririam o capitalismo ao comunismo, claramente nem todos os militares apoiaram o Golpe de 1964, mas estes logo foram perseguidos por aqueles que haviam tomado o poder (Memórias da Ditadura¹), ao qual eles adquiriram certo temor, em clara relação à política estadunidense, com seu discurso oficial liberal, mas cujas “posições hegemônicas do imperialismo em escala planetária implica complexas relações de dominação/vassalagem” (Moraes, 2020, p. 91). E isso resultou no que por vinte anos se tornou a Ditadura Militar.

Por uma fatalidade histórica, começou em 1964 no Brasil um período de supressão das liberdades públicas precisamente quando o mundo vivia um dos períodos mais ricos e divertidos da história da humanidade. Nesse choque duas rodas giraram em sentido contrário, moendo uma geração e vinte anos da vida nacional. (Gaspari, 2014, p. 211)

O que Gaspari chamou de fatalidade tem, evidentemente, o nome de golpe militar, que se estruturou e se manteve a partir de um governo conservador que buscava manter o poder por meio “do dirigismo conservador e anticomunista dos anos 1950” (Gaspari, 2014, p. 211), ainda que se possa questionar a aparente simetria de forças antagônicas entre os militares e os ditos comunistas, como Gaspari parece sugerir (cf. Bechelli, 2021; Calil, 2014 e 2017; Chirio, 2012, Sá Motta, 2000). De qualquer modo, aquele dirigismo conservador e militarista tinha por fim se caracterizar como um Estado capitalista burocrático autoritário, nos termos de Guillermo O’Donnell (1996), isto é, primeiramente um Estado como “garantidor e organizador das relações sociais capitalistas e, portanto, da dominação que elas concretam” (O’Donnell, 1996, p. 15).

O’Donnell (1996, p. 60-62), aliás, determina as principais características do que ele chama de Estado BA, isto é de um Estado capitalista burocrático autoritário: (a) é uma sociedade organizada e dominada a partir de uma burguesia oligopólica; (b) que impõe uma ordem social pela subordinação dos setores populares; (c) o que também

¹ <https://memoriasdaditadura.org.br/militares-que-disseram-nao/>

implica na sua exclusão política, impondo uma particular ordem social; (d) exclusão que aparelha a supressão da cidadania e de participação democrática à parcela popular da população; (e) mas também é sua exclusão econômica; (f) promove maior transnacionalização; (g) juntamente com uma diminuição da nação em razão de sua subserviência geopolítica; (h) uma negação e despolitização das questões sociais populares; e (i) impossibilidade e fechamento de quaisquer canais democráticos ao governo.

Silva (2012) aplicou algumas dessas ideias de O'Donnell (1996) para pensar a ditadura militar brasileira, identificando ao menos três de suas características: a presença de atores em posição de mando e de governo com elevada cultura burocrática, como os militares; a exclusão da população em geral na participação democrática e no processo político como um todo; e a exclusão dessa mesma parcela da população na participação das questões econômicas em geral e da política econômica em particular. E tais fatores se dão em nome de uma defesa de uma organização social altamente dirigida desde o Estado, centrada no governo militar, cristalizando “uma realidade autoritária e burocrática no âmbito da organização política nacional” (Silva, 2012, 120).

O Estado Burocrático-Autoritário pode ser definido pela tentativa de burocratização e politização de eixos de poder (Cardoso, 1975; O'Donnell, 1996), a primeira vista essa burocratização é natural e normal de acontecer em um mundo que está mais burocratizado, independentemente de ser um governo democrático ou autoritário (Cardoso, 1975). É acima de tudo um modo de organizar e controlar a sociedade. No caso do governo militar brasileiro, ele consiste em uma burocratização capitalista voltada para organização interna do país.

Fernando Henrique Cardoso (1975) expõe as contradições de um Estado Autoritário que se comporta assim: “A impostura tecnocrática da única solução possível acima dos interesses, é preciso contrapor, claramente não só outras soluções técnicas (sempre possíveis), como um estilo de política que desmitifique a neutralidade tecnocrática” (Cardoso, 1975, p. 185). Em outras palavras o governo ditatorial militar se via como solução única e viável aos problemas possíveis que o Brasil poderia enfrentar, entretanto tomar tais medidas mostravam um caráter ideológico capitalista que, se opunha a qualquer tipo de alternativa ou solução.

Um Estado Burocrático-Autoritário, pelo menos no caso brasileiro, como expõe Cardoso (1975), é um caso de extrema ambivalência, como é notado em seu caráter partidarista, e complexo no aspecto autoritário. Afinal a Ditadura Militar de 1964 foi e ainda é lembrada por seu caráter de manipular e censurar situações, mas mesmo assim os militares não se identificavam como antidemocráticos, mesmo que: “Ele o é, mas não se declara e, ao não declarar-se, gera uma série de confusões, uma série de ambivalências [...]” (Cardoso, 1977, p. 92).

Entretanto o que mostra Luciano Martins (1988) é que a ambiguidade partidária, mesmo sendo formada por dois partidos, o Arena e o MDB de oposição, não é o garantidor de um liberalismo político durante o regime autoritário militar. O processo de liberalização advém das necessidades econômicas sofridas durante a ditadura, Martins portanto demonstra que a oposição ao regime militar deteve alguns benefícios liberais justamente porque a ala econômica exigia tais medidas.

[...] como já deve estar claro a esta altura, é de que a “liberalização” brasileira foi provocada, originalmente pelas dificuldades do regime no sentido de resolver problemas relativos à sua “economia interna” e não teve como origem qualquer mudança substantiva na correção de forças protagonistas e opositores do regime – muito embora a oposição tenha obtido amplos benefícios, subsequentemente, do espaço político aberto pelo processo de liberalização (Martins, 1988, p. 122).

Essa afirmação pode causar certo estranhamento, mas Martins (1988) também expõe as contradições inerentes de uma política tanto liberal quanto conservadora e autoritária. É citado por ele as eleições de 1974, consideradas por ele as mais livres desde então, pois mesmo com o controle das mídias, grande parte da oposição ainda teve influência tanto nas mídias quanto durante a votação durante as eleições legislativas (Martins 1988). Curiosamente 1974 marca a eleição legislativa que culminou num revanchismo por parte do governo militar, que permitiu uma série de operações no país, principalmente a Operação Marumbi, estudada nesta dissertação.

Conclui-se que o Estado Burocrático Autoritário brasileiro é também um Estado liberal, que exerce em sua função uma classe de empresariados que viam na ditadura uma chance de aplicar seus negócios e ao mesmo tempo controlar as gestões internas. “O Estado burguês converte-se numa arma de defesa que esmaga os ‘adversários internos’ das classes possuidoras [...]” (Fernandes, 1982, p. 15). essa conjuntura permite uma manipulação de ações políticas, pois apenas o uso da violência não

é suficiente, vista que há necessidade de um controle comercial tanto externo quanto interno.

Primeiro, a ditadura precisa extrair do padrão existente de supremacia burguesa, mantido pela violência política organizada, o excedente de poder que ela própria metamorfoseia em poder absoluto (“poder acima das classes”). Segundo, as várias camadas estratégicas da burguesia, envolvidas desse modo no congelamento da sociedade civil e na constituição de um monstro estatal, não alimentam as correntes históricas que trabalham no sentido contrário de descongelar a sociedade civil e de conferir a esta uma morfologia, um funcionamento e um rendimento histórico pelo menos equivalente ao que parece “normal” a partir da evolução do capitalismo nos países centrais (Fernandes, 1982, p. 17).

Para esse relacionamento entre Estado ditatorial e classe burguesa, foi preciso considerar uma visão de inimigo envolvido nos interesses de ambos, os supostos subversivos, os subversivos são os que vão contra a sociedade militar e burguesa, e, portanto, se tornam inimigos internos e precisam ser eliminados. [...] “do inimigo interno que deve ser caçado *manu militari*, do ‘desenvolvimento com segurança’, da prevalência e necessidade histórica do Estado de segurança nacional e, acima de tudo, da ‘democracia à brasileira’” [...] (Fernandes, 1982 p. 30).

Entender uma situação é o que leva alguns autores e pesquisadores a escreverem. Da mesma forma que Hannah Arendt decidiu escrever sobre *Origens do totalitarismo*, esta pesquisa sobre a Operação Marumbi tem a mesma característica: entender como relações, mesmo que de violência, aconteceram no nosso passado e moldam nosso presente e futuro.

Mas porque compreender através da existência de um governo totalitário ou até autoritário? Nas palavras de Arendt parece indicar “[...] tudo parece ter perdido o seu valor específico” (Arendt, 1989, p. 12). Em outras palavras mais simples, parece que em tempos de autoritarismo como a Ditadura Militar, algumas funções e sentidos parecem perder significado. O Estado não serve mais para proteger seus cidadãos, mesmo que acredite, ou ao menos diga estar fazendo isso, mas caçar inimigos no meio deles que seriam ameaça ao Estado; esse poderia ser o maior e mais clássico dos exemplos.

Arendt também expõe uma forma de conduta em relação ao que ela chamou de “inimigos objetivos”, onde esses inimigos são membros específicos da sociedade, eles são, na verdade, uma visão generalizada de inimigo de Estado. No Estado do

Terceiro Reich eram principalmente judeus, todos os judeus; mas na ditadura militar brasileira são os supostos e denominados subversivos, que aliás podem ser qualquer um, por isso são denominados supostos subversivos.

Mas da mesma forma que o autoritarismo alemão se utilizou da propaganda enganosa e manipulativa para acusar os judeus; a ditadura brasileira adquiriu as mesmas técnicas para espalhar paranoia e medo na população.

A propaganda e seus desdobramentos são parte de uma batalha política da afirmação do totalitarismo, mas não circunscrevem à captura de mentes das pessoas. A ela o totalitarismo no poder adiciona o terror que alcança a todos e que é princípio que move a dinâmica do totalitarismo (Lafer, 2022, p.280.).

Portanto já que não se pode expressar o que é um subversivo, cria-se uma imagem de um possível subversivo na propaganda, expondo seus possíveis gostos, comportamento, entre outros, assim criando um sistema de vigilância onde o próprio indivíduo vigias seus vizinhos, amigos ou colegas de trabalho.

E para se manter no poder o governo ditatorial se utilizou tanto da censura quanto da propaganda para espalhar um medo dentro da população, temor que é sentido até os tempos atuais. “Na base dessa utopia, funcionando como mola propulsora para efeitos de propaganda e como cimento para unir interesses divergentes, esteve sempre o perigo comunista e, com ele, o apocalipse utilitário da sua ameaça iminente” (Gaspari, 2014, p. 211-212). Neste sentido, o anticomunismo parece ter um peso ideológico bem maior do que a crença num projeto-modelo de sociedade e organização social. É neste contexto que se coloca a questão da guerra revolucionária, segundo a definição do Estado Maior das Forças Armadas (*apud* Silva, 2012, p. 120):

Guerra revolucionária é a guerra interna, de concepção marxista-leninista de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que, - apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior, - visam à conquista do poder, através do controle progressivo, físico e espiritual da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo processo determinado, com a ajuda de técnicos particulares e da parcela da população assim subvertida.

Mas ao mesmo tempo que no mundo afora acontecia a Guerra Fria e no Brasil acontecia a Ditadura Militar, acontecia também uma revolução cultural, na música, nos pensamentos, nas ideologias etc. Isso fez com que muitos militares temessem essa onda cultural, dita por eles como subversiva. O anticomunismo da roda do pensamento conservador era uma mistura de medo real com uma espécie de industrialização do pavor, a fim de permitir que bandeiras simplesmente libertárias ou

reformistas fossem confundidas com o “perigo vermelho”, em uma visão anticomunista exacerbada (Gaspari, 2014; Sá Motta, 2000; Neves Júnior, 2021; Neves Júnior; Lanza, 2023).

Isso mostra a verdadeira face do regime ditatorial, ela não tinha intenções de proteger o país, apenas seus próprios interesses, nem mesmo os interesses liberais, ao menos liberalismo social, protegendo apenas os interesses de mercado, de uma burguesia conservadora e oligopolista, inclusive no campo da cultura e até do jornalismo. A cultura se tornou a nova “arma” da tirania dos militares pós golpe de 1964. “Era terror cultural mesmo” (Gaspari, 2014, p. 231; cf. Fernandes, 2006, 2013; Silva, 2001; Franco, 1994).

Portanto, os militares acreditavam estar legalmente protegidos, mas ficaram preocupados quando começaram a perceber que o levante popular ameaçaria a estabilidade que buscavam, afinal começaram a se perguntar sobre as torturas e os sequestros que aconteciam dentro das operações do governo: “Até então ela se manifestara em atos de violência política ou física, mas os delitos eram praticados burocraticamente dentro da máquina de repressão política” (Gaspari, 2014, p. 283).

Aliás, muitas das torturas eram realizadas contra inimigos do regime, nunca meros civis, conforme a narrativa majoritária dos agentes da ditadura. Claro que isso não era verdade, mas nos discursos e nas diversas justificativas oficiais, a ação era sempre contra os comunistas e os subversivos, apenas. Sempre temendo a revolução comunista dentro do levante popular, buscaram oficializar várias práticas contra os ditos subversivos, em ações muitas vezes clandestinas. Como se faz notar em uma entrevista do coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, disponibilizado por Gaspari (2014), que é elucidativa:

Atribuíam as operações a altos escalões, mas eram operações clandestinas de escalões inferiores. [...] Os grupos dessas ações eram formados por majores, capitães, tenentes, sargentos e civis, uma frente de resistência anticomunista, contando com o apoio de civis, seja para “aparelhos”, seja para a execução de certas operações. (Gaspari, 2014, p. 296)

Assim se iniciam diversas operações contra os comunistas no país, mesmo que muitas vezes de forma bruta e contra a população que nada tinha a ver com os ditos subversivos, é o caso da Operação Marumbi que foi explorada nesta dissertação. Também tem o início de um terror de Estado, sendo o governo ditatorial militar

responsável por diversos tipos de atentados, prisões, sequestros e torturas de modo ilegal e, portanto, de forma clandestina, que será trabalhado mais adiante.

Mas antes de considerar, especificamente, a Operação Marumbi, é necessário ainda considerar alguns elementos formadores da ideologia governamental da ditadura militar.

Pode-se afirmar que ideologia é o guia dos indivíduos. Entretanto não se equivale a uma bússola moral, talvez seja uma bússola ideológica, que guia indivíduo ou um grupo de indivíduos em relação com outros indivíduos e grupos; enquanto a bússola moral tenta dar um sentido benéfico, a ideológica nem sempre dará o mesmo sentido, muitas vezes algumas dessas ideologias são destrutivas perante outros grupos.

Então qual o sentido de ter uma ideologia? De acordo com os ensinamentos de Mannheim (1986), a ideologia é uma construção que vem das relações das pessoas com outros de seu grupo ou de um grupo distinto. Mannheim afirma que tal relação é complicada, o indivíduo detém em si uma construção ideológica e seu objeto de pesquisa também, logo há um choque de ideologias, e um pode influenciar o outro.

Não há entidade metafísica alguma tal como uma mente de grupo que pense acima das cabeças dos indivíduos, ou cujas ideias o indivíduo meramente reproduza. Não obstante, seria falso daí deduzir que todas as ideias e sentimentos que motivam o indivíduo tenham origem apenas nele, e que possam ser adequadamente explicados tomando-se unicamente por base sua experiência de vida (Mannheim, 1986, p.30).

Se essa relação já se complica entre pesquisador e pesquisado, em uma escala maior, como a sociedade, ela se expande. Durante a Ditadura Militar a sociedade foi vista sob a ótica dos comandantes e generais como algo que necessitava ser salvo, salvo de um levante comunista defendido por supostos subversivos. Esse temor, essa necessidade de salvar a sociedade de algo que ainda não a ameaçava, mostra que a ideologia militar não era somente uma ideologia capitalista, era também uma ideologia nacionalista baseada no medo, e esse medo só faria sentido se toda população também à sentisse.

Pode-se dizer que tudo começa na Escola Superior de Guerra (ESG), idealizada pelo General Humberto Peregrino, fundada em 1949, e com a grande influência estadunidense, de defesa de uma neutralidade científica de análise que tinha em sua base o estudo das ameaças à Segurança Nacional (Bicudo, 1984), cujas práticas lhes

contradiziam, expressando e materializando os valores que defendiam (Neves Júnior, 2021). Como afirma Hélio Bicudo (1984), a ESG

[...] desenvolve conceitos, que se encontram nos seus “manuais básicos”, nos livros e estudos publicados pelos que a administraram e participaram de seus cursos, que caracterizam uma atitude apta a resguardar a ordem estabelecida pelo estamento militar, norteadas pela concepção de que tantos quantos dissidentes do “sistema” implantado são inimigos e, como tais, expelidos de toda possibilidade de participação na vida política, social e econômica do País (Bicudo, 1984, p. 38).

Portanto foi criado uma série de políticas e aparatos para manter controle e vigilância, uma forma de manter a população na linha que os militares desejavam. Esse tipo de mentalidade e modos de operação não é incomum a outros modos de ditadura e autoritarismo espalhados pela história, principalmente a história moderna. A ideologia principal dessas formas de governo se posiciona não apenas a uma mentalidade econômica, seja capitalismo ou comunismo; mas também uma mentalidade do nós versus o eles. Muitas ditaduras se veem como a forma correta de agir e de estruturar a sociedade, logo os outros se tornam o equivalente ao modo incorreto de se portar em sociedade, devendo serem contidos ou exterminados.

Da mesma forma, como seria incorreto tentar derivar uma linguagem apenas da observação de um só indivíduo, que fala uma linguagem que não é somente dele, mas, antes, é a de seus contemporâneos e predecessores que para ele prepararam o caminho, e também incorreto explicar-se a totalidade de uma perspectiva com a referência exclusiva à sua gênese na mente do indivíduo (Mannheim, 1986, p.30).

A ESG foi fundamental para criar a noção que o inimigo comunista não estaria apenas representado pela URSS, mas também estaria internamente dentro do país: com o subversivo e o comunista fazendo a guerra revolucionária já em solo nacional, o inimigo não está fora, mas dentro. Contra uma guerra revolucionária, comunista, era necessário fazer uma guerra em defesa da pátria e da Segurança Nacional; uma guerra efetiva em termos de identificação, prisão e eliminação do inimigo subversivo, e ao mesmo tempo em termos de convencimento ideológico: “uma verdadeira batalha de doutrinação para convencer a população de que os seus métodos, ações, medidas, objetivos e desígnios se consubstanciavam com os anseios da grande maioria da população” (Rezende, 2001, p. 44-45). Essa ideologia, a da segurança nacional, legitimava assim o golpe militar de 1964 e, também, “todo o processo de

desenvolvimento do amplo e violento aparato repressivo que caracterizou a ditadura militar brasileira” (Neves Júnior, 2021, p. 992).

Com esse temor surge também a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Com a Doutrina de Segurança Nacional e o Golpe de 1964 realizado, já no primeiro ano de governo da ditadura foi implantado o Serviço Nacional de Informação (SNI). Se é possível nomear alguém para responsabilizar toda a estrutura da Doutrina de Segurança Nacional e do Serviço Nacional de Informação, esse seria o General Golbery do Couto e Silva. Esse homem é um dos responsáveis por criar toda a ideologia que fundou a Ditadura civil-militar de 1964. Há relatos que dezessete anos depois, o mesmo homem que fundou o SNI, denominaria o serviço de “monstro” (Gaspari, 2014). Também nomeou a SNI como o “ministério do silêncio”, pois tinha como função a coleta de dados para uso interno da própria SNI e claro do presidente a qual o serviço responderia diretamente (Gaspari, 2014).

Portanto da mesma forma que a ideologia da segurança nacional permitiu ao regime militar a imposição de um modelo de organização social e de democracia, e ao mesmo tempo a falsa noção de salvar o Brasil do avanço comunista soviético; há também a criação na mentalidade social da população um inimigo ideal, um inimigo que poderia vir de qualquer lugar e ser qualquer um, por isso cabe apenas determinar que seria um suposto subversivo (Bicudo, 1984).

Para o sociólogo e cientista político Bolívar Lamounier (1974), na sua crítica a Juan Linz, ideologia pode ser entendida como o motor que impulsiona não só as pessoas, mas sociedades, seja de maneira progressista ou de maneira conservadora. Vale ressaltar que Lamounier também buscou entender a ação da ideologia longe de ambientes da democracia liberal, tentando compreendê-la em regimes autoritários, como Ditadura Militar brasileira: esta fez valer suas ideologias para moldar o campo político e social brasileiro, e também controlar e manter a ordem social:

Se não encontramos nesses regimes o fenômeno da objetivação ideológica tal como o descreve Geiger,² nada temos a ganhar, por outro lado, descartando as orientações que efetivamente se desenvolvem como “mentalidades” — pois isto dirige nossa atenção para longe em vez de centrá-la sobre os dilemas inerentes a toda institucionalização autoritária. (Lamounier, 1974, p. 79)

²Lamounier está citando aqui Theodor Julius Geiger, sociólogo e advogado alemão, falecido em 1952, e que estudou sociologia do direito, estratificação social e mobilidade social e que teria, por sua vez, influenciado Juan J. Linz, sociólogo espanhol, radicado nos Estados Unidos, tendo sido professor em Yale, conhecido por seu trabalho sobre regimes políticos autoritários e democratização.

Primeiramente, o pensamento autoritário no Brasil não é algo recente, podendo retornar, pelo menos, até a Primeira República, um pensamento que tentava controlar principalmente o meio político onde seria o campo essencial para as transformações sociais da época (Fontana, Ferezin; 2024). Lamounier define assim regime autoritário:

Entenderei como autoritário um sistema caracterizado por uma estrutura vertical de poder, numa estrutura social em que existe ampla margem de pluralismo tradicional e um setor marginal (populações faveladas, etc) sem formas desenvolvidas de vida associativa, quer classista, quer étnica; e procurarei delinear alguns traços gerais das ideologias dominantes em tais casos, em conteúdo tanto quanto em intensidade de comunicação, centrando tal investigação na estrutura vertical através da qual o poder é delegado (e assim exercido). (Lamounier, 1974, p.79)

Entende-se por estrutura vertical a forma que os governos autoritários concentravam poder, mesmo dentro de uma concentração social plural de sociedade. Ou seja, mesmo que exista pluralidade na sociedade, o interesse do Estado Autoritário é a concentração de poder em uma pessoa ou grupo específico. Isso fica evidente quando os autores Fontana e Ferezin (2024) expõem como intelectuais brasileiros buscavam manter a sociedade, já que temiam um levante popular, e assim conquistarem direitos políticos e maior participação; o que era visto como algo motivado por ideologias contrárias àquelas defendidas pelo capitalismo: “Nas sociedades capitalistas de industrialização tardia, como é sabido, interesses não-capitalistas no sentido aqui definido têm sido frequentemente capazes de reter uma parcela muito maior de poder” (Lamounier, 1974, p. 82).

Em sua análise da Doutrina de Segurança Nacional, no contexto da organização do Serviço Nacional de Informações durante a Ditadura militar Brasileira, Neves Júnior (2021) apresenta as noções ideológicas ali contidas. Isso fica evidente quando em sua análise ele se depara com uma falta de neutralidade por parte dos agentes e ainda juízos de valor que os agentes empregavam em sua produção arquivística ao perseguir os supostos subversivos dentro do país.

Dentro deste contexto, Neves aponta como a capacidade ideológica dentro do imaginário da Ditadura Militar caracterizava os comunistas e subversivos, como “‘víboras’ astutas, que doutrinam ardilosamente as mentes menos despreparadas visando a destruição dos princípios cristãos e patrióticos de uma sociedade” (Neves Júnior, 2021,

p. 14). E que, após cinco décadas de abertura política, tais mentalidades e paranoias dos agentes militares vêm à tona através da Lei de Acesso à Informação (Neves Júnior, 2021).

É também seguindo através de uma análise histórica que Neves Júnior reafirma que para o governo militar travava-se uma “guerra psicosocial” (Neves Júnior, 2021), na qual o inimigo tanto de forma interna quanto externa buscava subjugar o país. Ao menos, é isso que os militares acreditavam; assim sendo, coordenaram muitas formas de atuar no país nessa “guerra” através de aparelhos tanto ideológicos como da força.

Para compreender melhor essas noções, é preciso entender também o conceito de ideologia empregado. Citando o pensador Lukács, Neves expõe que ideologia pode ser tanto uma força construtiva e renovadora, que impulsiona as pessoas para a transformação, ou pode ser conservadora, impulsionando essas mesmas pessoas para manter um *status quo*. Para alcançar essa manutenção, lança-se também uma campanha de paranoia seguindo os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, praticando assim:

uma guerra invisível entre o “comunismo ateu” e a “democracia cristã”, considerando as Forças Armadas como única instituição brasileira capaz de combater as “ameaças” internas e externas e garantir a continuidade de uma ordem social cristã, dos anseios populares e da própria democracia. (Neves Junior, 2021, p.16)

Assim sendo, nesse contexto, os setores e serviços de inteligência das Forças Armadas foram monopolizados, servindo como modo de manutenção do *status quo* e do estado hegemônico (Neves Junior, 2021). Seguindo essa lógica e o contexto mundial de Guerra Fria, em que o capitalismo é defendido pelos Estados Unidos, representado por ideologias positivistas, e o comunismo representado pela URSS, defendendo posições marxistas (Löwy, 2009), vemos que o Aparelho Estatal Brasileiro foi conivente com os interesses capitalistas dos Estados Unidos e da classe burguesa, tanto interna quanto externa, e uma resistência às noções progressistas com o poder do Estado Autocrático.

Todo o projeto de Golbery foi realizado com a promulgação da Lei n.º 4.341 de 1964, que criava justamente o SNI. Inicialmente sua função era relacionar funcionários públicos, dirigentes sindicais, manifestantes políticos e redatores da imprensa com a ideia que estes grupos pertencendo ao inimigo interno, ou seja, todos esses grupos pertenceriam aos subversivos e precisariam ser combatidos. Esse temor ao comunismo serviu como justificativa, para além de todo o Golpe de 1964, também para uma repressão preventiva, que visava coletar informações, de qualquer meio e

a qualquer custo, de indivíduos que poderiam ser considerados elementos subversivos.

Promulgada na época do governo de Castelo Branco, no dia 13 de junho de 1964, ano do golpe que depôs João Goulart, cria-se o Serviço Nacional de Informações (SNI) sob a Lei nº 4.341/64. É com essa lei que se estrutura toda uma força de inteligência cuja função superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessem à Segurança Nacional, e, portanto, assessorar o presidente em suas ações e medidas, tornando assim o SNI como órgão que prestava serviço diretamente ao presidente.

Assim sendo, o SNI detinha o poder de coletar informações, independente de quem for na sociedade, avaliar essas informações e informá-las diretamente ao presidente para que esse tomasse as decisões cabíveis.

De acordo com Gaspari (2014), ao mostrar um pouco dos bastidores da Ditadura Militar de 1964, através dos olhares de seus líderes e organizadores, é possível notar a relação entre Golbery e Geisel e suas relações delicadas com outros membros militares do governo e do próprio Exército (da Rocha, 2011). É caso de um ex-ministro de Geisel chamado Sylvio Frota,³ o qual acusa Golbery de “proteger comunistas” (Gaspari, 2014). Curiosamente, essa “acusação” contra Golbery já chegava aos ouvidos de supostos subversivos ou comunistas, como se pode atestar no inquérito policial no qual João Alberto Einecke, um dos indiciados na Operação Marumbi, como veremos mais detidamente à frente, no último capítulo nesta dissertação, declara ter recebido a informação de Cláudio, codinome de Newton Cardoso, também indiciado na mesma operação (BRASIL NUNCA MAIS, 1975, BNM 551, Lauda 85). Será verdadeira a acusação, ou apenas uma estratégia de contrainformação? Difícil determinar com exatidão, ainda que soe bastante improvável.

Citando Sylvio Frota que Gaspari abre como introdução seu primeiro volume de livros sobre Ditadura Militar, mostrando até um fenômeno, curiosamente presente até os dias de hoje: “Os militares procuram preservar a própria mística segundo a qual, em quase todos os idiomas, as Forças Armadas, por suas virtudes, colocam-se acima dos partidos e da política dos civis” (Gaspari, 2014, p.40). Talvez esse

³Sylvio Frota foi ex-ministro do Exército de Geisel, e na época cotado como futuro presidente até sua demissão pelo então presidente Geisel no ano de 1977. Com sua demissão ele tenta um golpe contra Geisel, valendo-se de vários mecanismos para chegar ou manter o poder. Mas no fim a vitória de Geisel culminou na exoneração de Frota que voltou a ser um civil comum.

fenômeno venha com uma certa arrogância, arrisco-me a dizer até de certa ingenuidade (sem com isso ser inocente de seus atos), pois como nos dias de hoje, a ala militar se vê como mantenedores da razão e da ordem, e por isso estão acima da lei e da autoridade que não seja ela mesma. Mas como o próprio Gaspari demonstra, um militar só é um militar, diferente de um civil ou um político que pode mudar de partido ou carreira, ou seja, um militar só poderá exercer a função de sua patente ou se tornar uma incógnita, o que não o exime de advogar alguma ideologia.

Golbery, nas palavras de Gaspari (2014), é “um dos principais articuladores da conspiração contra João Goulart”, tendo se tornado uma “espécie de ideólogo da nova ordem”. Todo esse poder dado à Golbery permitiu que ele criasse o SNI, e assim sendo ele, Golbery, “estava atrás de tudo, inclusive das coisas com as quais não tinha a ver” (Gaspari, 2014; Chirio, 2012). Há um porém: pois Golbery junto com o então presidente Geisel, colaboraram para uma série de aberturas que permitiria alguns anos depois a volta democrática.

A “Volta aos Quartéis”, “Volta ao Estado de Direito”, e a “Redemocratização”. Estes são os atuais temas que insinuam a ingerência da classe militar na vida política, econômica e até mesmo social do país. [...] A “Volta aos Quartéis” significa o afastamento ou alheamento dos órgãos de segurança que se estruturam à base de informações como SNI, DOI-CODI, CGI; ainda pretende que as Forças Armadas, por seus chefes militares, não mais tutelarem a vigilância dos princípios revolucionários que nortearam o movimento de 1964 (Relatório Especial de Informações no 01/77 – E2; *apud* Gaspari, 2014, p. 33).

Portanto, como o Relatório denuncia, a Ditadura Militar de 64 estava fadada ao fracasso, apesar de Gaspari também relatar que “[...] como é fácil chegar a uma ditadura e como é difícil sair dela” (Gaspari, 2014, p.39). Geisel não foi o último presidente militar, mas, com certeza, seu governo marcava o início do fim de um dos regimes mais sangrentos da história brasileira.

No contexto da Doutrina da Segurança Nacional, e “em sintonia com a crença na inevitabilidade do confronto Leste-Oeste e na permanente infiltração comunista” (Carvalho, 2023p. 39), o SNI ocupou um papel de extrema importância. Em linhas gerais ele buscava realizar uma coleta de informação através dos instrumentos de espionagens, tortura e detenção (Neves Júnior; Piovani; da Silva; Beraldo, 2023), sendo a própria “expressão ideológica do autoritarismo militar” (Carvalho, 2023, p. 20).

Nos anos seguintes, o SNI adquiriu uma capacidade enorme não só de manipular e adquirir informações, e sem dúvida até de influenciar a presidência da ditadura,

o único gabinete a qual o SNI respondia diretamente. Um de seus maiores nomes foi João Baptista de Oliveira Figueiredo, que em 1974, no governo de Geisel, ocupou a chefia do SNI, e em 1979 se tornou presidente. Outro membro do SNI foi Garrastazu Médici, que também se tornou presidente anos mais tarde.

Esse aparato do governo se mostrou não apenas um importante aliado diante das questões internas do país, mas também fez aliados externos que em contexto da Guerra Fria, se aliaram ao governo capitalista do EUA, como a CIA, norte-americana e o MI5 da Grã-Bretanha. Ainda em termos de relações exteriores, representantes do SNI foram convidados pelo ministro do Exército de Portugal para visita a Escola de Comando de Luanda responsável por treinar tropas que iam contra guerrilheiros que lutavam pela independência.

Esse crescimento do SNI foi tamanho que em 1971 foi criada a Escola Nacional de Informações, a ESNI, equipada com um laboratório de línguas, contendo uma academia de tiro e também sua própria emissora de televisão.

Quando se observa a Doutrina de Segurança Nacional, ainda que possa ser questionável se era de fato uma doutrina ou mesmo uma ideologia, a DSN foi a base para praticamente todas as operações dos militares, mesmo até as do golpe de 1964, cumprindo sim uma função de justificativa ideológica, desde o golpe até os Atos Institucionais, passando pelos diversos aparelhos de inteligência, do qual o SNI ocupa posição emblemática e privilegiada.

Fernando Henrique Cardoso, em seu livro *Autoritarismo e democratização* (1975), afirma que o Estado Militar Autoritário atinge sua plenitude com a aprovação do Ato Institucional 5, em 1968, quatro anos após a tomada de poder. Portanto, o que movia os militares mais que um desejo de concentração de poder, seria também um estado de espírito, mas, ainda assim, uma manifestação ideológica.

O autoritarismo passou a ser aceito em nome de um conjunto de características que o sistema político exibe; centralização crescente, em desmedro do espírito federativo (que era defendido pelos “históricos de 64”); preponderância do Executivo sobre os outros poderes (que, em certas circunstâncias, perdem substância e passam a cumprir funções quase ornamentais, mas de valioso simbolismo, como nas sucessões presidenciais); convivência entre ordem jurídica (existe uma Constituição) e o árbitro corporificado no AI-V; censura à imprensa; condicionamento da cultura; em suma, um regime de liberdades prescritas, cujo exercício é restrito, e de arbitrariedade que se rotinizam. (Cardoso, 1975 p. 188)

Essas relações ideológicas entre os membros do Estado Autoritário Militar, desencadeia um aspecto que só pode ser descrito como violência: o Estado ao adquirir força se utiliza da violência para perseguir os supostos subversivos, justificando-se ideologicamente, ao mesmo tempo em que promove pela força e pelo terror um modelo de organização social “pela prática permanente da violação, muitas vezes até institucionalizada, do Direitos do Homem e do consequente desaparecimento das liberdades democráticas” (Bicudo, 1984, p. 38), marcando assim um aparato de violência burocrática e ideológica que exclui, persegue e extermina: “quem exclui e a quem atrai com este uso e quais os recursos reais dos que são atraídos e dos que são excluídos” (Cardoso, 1975 p. 194). Portanto, pode-se afirmar nas palavras de Fernando Henrique Cardoso: “entendendo-se que tanto o uso da violência como o uso da ideologia são instantaneamente políticos” (Cardoso, 1975 p. 193). O que pode ser exemplificado por diversas ações, como a Operação Marumbi no Paraná, e aparelhos de repressão, oficiais, como o DOI-CODI ou clandestinos como a Clínica Marumbi.

Por isso, Gaspari é obrigado a dizer que: “Primeiro se deu à tortura a condição de política de Estado. Depois é que se criou um ‘Sistema de Segurança Interna’, que nem sistema chegou a ser” (Gaspari, 2014, p. 42). Isto só pode ser dito de fato porque a ditadura militar precisou construir um arcabouço ideológico que justificasse sua postura política, desde o golpe em 1964 até seu fim em 1985; o que ela foi construindo pouco a pouco até chegar ao seu auge autocrático pelos Atos Institucionais: a ideologia em torno da DSN não estava pronta antes do golpe; ela foi ganhando corpo e se materializando junto com as diversas ações da ditadura militar (Rezende, 2001; Neves Júnior, 2021; Silva, 2012).

As considerações de Gaspari demonstram que ao estudar os bastidores de uma ditadura, nesse caso a Ditadura de 1964, o seu contexto político-militar é muito conturbado. Em outras palavras, pode-se notar um certo destino de que a organização ditatorial de 1964 estava fadada ao fracasso em tentar debelar os atos de rebelião e resistência, “porque o regime militar, outorgando-se o monopólio da ordem, era uma grande bagunça” (Gaspari, 2014, p.43).

É quase ironicamente surpreendente que Golbery entendesse o SNI, sua criação, como monstruosa: O SNI pode ser denominado como a mão por trás do Estado, ou talvez até uma mão sombria do próprio Estado (Carvalho, 2023). “Golbery, concebendo, organizando e dirigindo o Serviço Nacional de Informações, criou o núcleo

da rede de espionagem e repressão que a partir de 1968, tomaria conta do Estado” (Gaspari, 2014, p. 132). Não só presente nas entranhas do Governo Ditatorial, o SNI também estaria presente em vários setores da sociedade, que apoiavam direta ou indiretamente uma concepção reacionária de sociedade e um forte senso anticomunista influente na opinião pública (Neves Júnior, 2021; Neves Júnior; Lanza, 2023), a partir de um estereótipo de que os subversivos e comunistas eram “portadores de objetivos destrutivos e que almejavam semear as sementes da ‘desintegração nacional’” (Brunelo, 2012, p. 222).

O surgimento do SNI é anterior à própria Ditadura Militar de 1964, oriundo da Escola Superior de Guerra (ESG) com o intuito de criar um sistema de vigilância e informação, sendo a principal parte da Comunidade de Informações. Dessa forma, o SNI era a junção das inteligências do Exército, Aeronáutica e Marinha (Carvalho, 2023), mas que contou também com civis, de modo que possibilitou ao SNI dispor de

[...] amplo contingente de funcionários metodicamente treinados para o exercício da produção de informações, identificação de potenciais subversivos e, até mesmo, infiltração dentro de grupos e organizações da esquerda brasileira, a comunidade de informações e os órgãos de repressão brasileiros contavam, também, com o apoio de civis, voluntários, para auxiliar em seus processos (Neves Júnior, 2021, p. 99).

Para os propósitos desta dissertação, estas considerações são suficientes para, ao menos sinteticamente, vislumbrar a importância da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), bem como da criação do SNI, para apreender os traços gerais dos aspectos ideológicos que justificaram a ditadura e que, ao mesmo tempo, foram sendo construídas juntas à ditadura.

É preciso avançar alguns anos nessa contextualização histórica e se concentrar num episódio bem específico, sobre o qual se situa o objeto de pesquisa desta dissertação, a saber, a Operação Marumbi. E que as ações do SNI terão uma importância considerável na sua realização.

2.1.1 A Operação Marumbi

Dado a contextualização histórica e política da Ditadura Militar, é agora necessário explicar os contextos que tornaram algumas operações, como é o caso da Operação Marumbi, ocorrida em 1975, necessárias na visão do governo militar.

Durante o governo Geisel (1974-1979), deu-se início a uma abertura gradual, mas muitas perseguições foram mantidas; isso fica evidente após as eleições parlamentares de 1974.

Essas eleições do Legislativo permitiram que a população escolhesse seus representantes, entre o partido do governo, o Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o partido oficial de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), este último era um partido de oposição de fachada, já que o governo controlava as eleições. Entretanto, nas eleições do ano 1974 houve uma reviravolta: o MDB, mesmo de fachada, ganhou a maioria dos votos contra o ARENA, mostrando que apesar de apoio popular, a população clamava por um novo tipo de representação.

Geisel, como afirma Brunelo (2006), parabenizou a vitória de seus opositores; mas temendo um levante que poderia destruir o Regime ditatorial militar, decidiu então lançar pelo país uma série de operações militares e policiais, focada principalmente em prender, interrogar, torturar subversivos e ligá-los ao MDB. O Ministro da Justiça, Armando Falcão, garantiu que o PCB estava envolvido com o MDB e o havia ajudado a vencer as eleições parlamentares do ano anterior (Skidmore, 1988; Brunelo, 2012).

Uma dessas ações de repressão foi chamada de Operação Marumbi, provavelmente em referência a uma cadeia de montanhas na Serra do Mar, entre Curitiba e Morretes. Essa operação incursionou por onze cidades, e prendeu e torturou cerca de 100 pessoas, acusadas de serem subversivas ou ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Destas, aproximadamente 67 foram efetivamente indiciadas e mantidas presas. A Operação era uma junção do DOI-CODI com o DOPS/PR, alocados na 5ª RM, sediada a partir de Curitiba, que agiam com o intuito de perseguir comunistas e militantes de esquerda que poderiam estar ligados ao PCB, sendo esse partido clandestino, e que se suspeitava estar em coalizção com o MDB. (SNI. Operação Marumbi B, GNC.NNN.81000993, 1975)

A operação não durou muito, sendo encerrada depois de um mês, mas foi o suficiente para promover medo e pânico na população, sendo subversivos ou apenas civis sem qualquer ligação militante (Brasil: nunca mais, 2016). O objetivo da operação não poderia ser outro se não causar essa desunião das pessoas que poderiam se voltar contra a Ditadura Militar. A mesmo tempo, a Operação refletia e materializava a concepção ideológica autocrática do regime militar em torno da concepção

de sociedade e organização social, do progressismo advindo dos modos de organização econômica capitalista, e da ameaça iminente em razão da presença de células comunistas no Estado do Paraná, e da fácil manipulação da população pelos agentes subversivos, como atestam as palavras do então delegado do DOPS de Curitiba, Ozias Algauer: “A subversão foi, é, e sempre será uma constante entre os homens” (*apud* Neves Júnior, 2021, p. 993; Brunelo, 2012, p. 221).

Iniciadas em 12 de setembro de 1975, durando aproximadamente um mês, as ações da polícia política tinham o propósito de prender pessoas acusadas de rearticular o PCB no Paraná. Segundo Samuel Alves Corrêa, general da 5ª Região Militar com sede em Curitiba, em entrevista ao jornalista João Arruda do Jornal *Folha de Londrina* em 1983, os episódios relacionados à Operação Marumbi serviram para desarticular “completamente o dispositivo subversivo comunista no Paraná” (*apud* Brunelo, 2006, p. 64; 2012, p. 218), e assim contribuir significativamente para a salvação do Brasil e do Paraná do perigo comunista (Neves Júnior; Lanza, 2023). E isto já se dava à época da Operação Marumbi, uma vez que os agentes de repressão,

souberam manipular, de modo estratégico, o pavor da sociedade em relação ao comunismo, por intermédio de notas divulgadas à imprensa que visavam não só à legitimação de suas violentas ações persecutórias, como, também, ao enaltecimento do prestígio institucional dos órgãos estatais no combate a essa suposta iminente ameaça (Neves Júnior; Lanza, 2023, p. 6).

No caso da crítica e combate a “essa suposta iminente ameaça”, uma das estratégias mais utilizadas era a divulgação de cartas de “arrependimento”, obtidas mediante as mais diversas práticas de torturas, físicas e psicológicas, dos presos durante a Operação Marumbi, cartas essas muitas vezes redigidas pelos agentes de repressão e posteriormente assinadas pelos presos (Neves Júnior; Lanza, 2023). Diante da suposta ameaça comunista subversiva, não cabia outra ação possível aos agentes de repressão senão garantir a defesa das instituições democráticas e preservação da ordem, em nome do bem da pátria; o que todavia, segundo Brunelo (2012), havia “muito mais uma preocupação com a manutenção de interesses corporativos do que, propriamente, com os possíveis riscos que a presença do comunismo no Estado poderia causar” (Brunelo, 2012, p. 233), embora, de um ponto de vista ideológico, o anticomunismo era o grande motor das ações e aparelhos de repressão.

2.2 PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Nesta seção será abordado como foi desenvolvido o processo de metodologia e coleta de materiais documentais para a pesquisa, bem como uma contextualização histórica dos documentos a serem analisados, quanto também do objeto a ser analisado.

Esta análise documental permite entender como ações e aparelhos de repressão, especificamente a Operação e a Clínica Marumbi, foram justificados ideologicamente ao mesmo tempo em que materializam e sustentam a noção ideológica de sociedade e de democracia imposta pelo governo ditatorial dos militares, bem como fomentar o anticomunismo.

É importante reforçar que a análise documental permite uma impessoalidade ao pesquisador, ou pelo menos, em partes, pois são documentos escritos que podem ser interpretados pelo pesquisador, mas é assegurado a não manipulação deliberada por esse mesmo pesquisador. Em outras palavras a única fonte de interferência humana nesses documentos é daqueles que os escreveram, o que nos revela então seus objetivos e os acontecimentos sociais e históricos envolvendo esses arquivos. São estes elementos que a análise documental deverá identificar e analisar. Os documentos, por assim dizer, dão materialidade aos eventos e às ações dos agentes às relações sociais e a construção da realidade social (Sztompka, 1998). O que não quer dizer que os documentos se dão a revelar facilmente, pois como afirma Cellard (2012), o pesquisador pode interagir com o documento de uma forma diferente daquela de uma entrevista.

Se, efetivamente, a análise documental elimina em parte a dimensão da influência, dificilmente mensurável, do pesquisador sobre o sujeito, não é menos verdade que o documento constitui um instrumento que o pesquisador não domina. A informação, aqui, circula em sentido único; pois, embora tagarela, o documento permanece surdo, e o pesquisador não pode dele exigir precisões suplementares (CELLARD, 2012, p.295-296)

Assim, não só se justifica o foco de uma análise documental, mas também demonstra que diferentes documentos podem auxiliar o pesquisador no sentido de obter as informações suplementares, formando desse modo as camadas diversas que pouco a pouco revelam os eventos então ocorridos e as atuações dos agentes sociais naquela construção da realidade social. Neste sentido, a pesquisa não pode ser

feita tomando por base e referência um único documento, ou uma única base arquivística.

A comparação é inerente em quase todas as pesquisas das ciências sociais; pois é através da comparação entre eventos sociais, que se pode criar até, em alguns casos, regras científicas.

[...] podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais. (Schneider, Schmitt; 1998, p. 1)

O método comparativo tem sido utilizado em diversas áreas do conhecimento, no caso das ciências sociais não é diferente. A análise consiste em identificar pontos em comum e, ao mesmo tempo, pontos distintos. Isso permite ao sociólogo, por exemplo, trabalhar eventos distintos, mas com alguma similaridade, ou vice-versa. Em outras palavras os objetos da ciência social podem ser diferentes ou idênticos, mas isso impulsiona a pesquisa do cientista. A comparação se faz aqui pertinente uma vez que nenhum documento basta por si só, de maneira suficiente e satisfatória, para fornecer todos os dados, ou o maior número possível deles, para a análise dos eventos históricos em torno da Operação Marumbi. É preciso em alguma medida buscar estratégias pelas quais as informações contidas em um documento possam complementar, ou serem complementados, por outros documentos. A ideia aqui de comparação não é tomar documentos diferentes como equivalentes, mas ao contrário, reconhecendo suas diferenças, principalmente acerca de seus objetivos, perceber como eles podem fornecer elementos cujas informações se complementam.

Por tais razões, a presente pesquisa se volta para documentos diferentes, produzidos por agentes sociais diferentes e em momentos diferentes, mas que ainda assim permite ao pesquisador a possibilidade de encontrar pontos de comparação pelos quais se busca estabelecer pontos de complementaridade e, assim, evidenciar e analisar os eventos em torno da Operação Marumbi. Por isso, é relevante a contextualização e o entendimento dos propósitos daqueles documentos a serem analisados na pesquisa desta dissertação, isto é, do projeto “Brasil: nunca mais”, que foi produzido à época da Ditadura, a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban, por serem realizadas anos depois da Ditadura Militar, tiveram objetivos e métodos diferentes, que vão além da discrepância temporal

entre os documentos analisados. Isto fica ainda mais complexo ao se considerar para análise documentos oriundos dos arquivos do SNI, cuja finalidade era diversa dos outros dois, já que atendia à demanda política de investigação controle e alimentar o sistema de repressão aos supostos opositores e subversivos, portanto, fornecendo uma perspectiva desde os agentes, as ações e os aparelhos de repressão.

É preciso reforçar que a pesquisa não só utilizará da análise dessas produções, elas são na verdade os pilares centrais desta pesquisa. Deve-se sempre se aprofundar mais para uma análise total e completa dos eventos que levaram a produzir tais documentos; então também é necessário a análise de outros documentos de diversos tipos, desde fotos, relatos, leis, documentários, entre outros. Isto se deve pela importância da abordagem de Cellard sobre a análise documental:

Cellard [...] ainda amplia o conceito de documento, definindo-o como sendo todo vestígio do passado, que serve como prova. Nesse caso, podendo ser textos escritos ou outros tipos de testemunho, que estejam registrados, como por exemplo, fatos do cotidiano ou até mesmo elementos folclóricos (Junior; Oliveira; Santos; Schnekenberg, 2021).

Portanto, pode-se afirmar que a seguinte pesquisa se utilizará de um acervo grande de documentos e evidências de fatos acontecidos durante a Ditadura Militar. Mas sempre com cautela pois algumas produções podem ser mais recentes e novas, enquanto outras podem ser antigas; isso permite mostrar a distância, como pode se produzir diversos tipos de documentos e, também, diversas análises.

Dessa forma, a Análise Documental pode ser desenvolvida a partir de várias fontes, de diferentes documentos, não somente o texto escrito, uma vez que excluindo livros e matérias já com tratamento analítico, é ampla a definição do que se entende por documentos incluindo-se dentre eles, leis, fotos, vídeos, jornais, etc. (Junior, Oliveira; Santos; Schnekenberg. 2021).

O diferencial dessa pesquisa é que será uma análise qualitativa, ao invés de quantitativa, desses documentos; pois o objetivo não é analisar quantas repressões e violências de Estado (como as torturas, por exemplo) foram feitas ou realizadas durante o período militar, mas entender a necessidade de aparelhos de tortura, onde um grupo de pessoas praticavam repressão e violência contra uma parcela considerável da população com o suposto objetivo de proteger seu país.

Minayo (2007) afirma que a pesquisa qualitativa trabalha com múltiplos significados, motivos, crenças entre outros; e o pesquisador busca através disso entender e interpretar a realidade. Pode-se afirmar que a pesquisa qualitativa lida com a

pluralidade, e a análise permite que esse pluralismo ganhe direção, dependendo das condições que o pesquisador adota ou carrega consigo.

O andamento da pesquisa, ou melhor do método, dependerá principalmente da natureza do objeto e dos objetivos da investigação. Ou seja, levando em consideração tanto da natureza do objeto a ser pesquisado, quanto das perspectivas do pesquisador perante o objeto.

Ao analisar os diversos documentos da ditadura militar, percebe-se que a origem de cada base arquivística contém uma determinada natureza. O SNI por exemplo é determinado por sua função de mantenedor de um tipo específico de sociedade que a ditadura pregava. O Brasil nunca mais se amparou nas ações clandestinas de seus membros no intuito de salvaguardar os documentos que corriam o risco de serem destruídos, de modo que produziram cópias daqueles documentos e, assim, produziam novas intenções e propósitos para os mesmos. Por exemplo, em certa medida, de um ponto de vista material e de seu conteúdo, o IPM 745 e o BNM 551 são os dois nomes para o mesmo documento; mas como se pode facilmente notar, seus propósitos são totalmente diversos: O IPM 745 era um documento pertencente à estrutura burocrática da ditadura, enquanto o BNM 551 consiste no mesmo documento, mas serve para preservar a memória e se possível, futuramente, denunciar a ditadura, com vistas a impedir que começasse novamente.

Os documentos das Comissões da Verdade servem para buscar justiça e reparação das vítimas da ditadura, entretanto o mais importante é a Lei de Acesso à Informação que permitiu acesso público para uma parte de documentos como o SNI, que eram mantidos em segredos, sem falar que expõe aspectos de um capítulo da história brasileira.

Dentre esses métodos, a Análise de Conteúdo pode ser uma excelente opção quando o objetivo for analisar os dados provenientes das comunicações, buscando compreender os significados e os sentidos das mensagens, que vão além de uma leitura comum (Cardoso; Oliveira; Ghelli, 2021, p. 99).

Portanto, uma pesquisa qualitativa busca entender e explicar a realidade advinda de diversas fontes. Assim sendo, uma análise de conteúdo parte da premissa de ser uma metodologia que busca entender e interpretar as diversas formas de comunicações, sendo estas de diversas formas.

Portanto, esta pesquisa leva em conta os documentos presentes no Arquivo do SNI/SIAN, no Projeto “Brasil: nunca mais” e no Relatório da Comissão Nacional da Verdade, e no Relatório da Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban, para expor como a Ditadura Militar foram utilizados de violência, tortura e repressão para fins de governança e poder. Então, para ser mais preciso enquanto aos propósitos dessa dissertação, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo que visa analisar criticamente os documentos sobre a Operação e Clínica Marumbi, ocorrida no Paraná em 1975.

No entanto, é preciso reconhecer que para a viabilidade desta pesquisa, dada a brevidade do Mestrado, foi necessário recorrer a estratégias metodológicas de amostragem dos documentos, uma vez que “é uma solução para tratar do grande acúmulo de documentos resultantes das atividades das burocracias estatais modernas” (Cobério, 2014, p. 162).

E que se a amostragem for feita de modo adequada, isto é: se uma porção da totalidade de documentos é escolhida corretamente, qualquer indivíduo pode generalizar seguramente sobre as características da totalidade, utilizando-se apenas de um fragmento dela; ou seja, a amostra deve possuir representatividade em relação ao universo de onde foi extraída” (Cobério, 2014, p. 161). O que pode ser feito mediante amostragem por saturação teórica, isto é, a partir da experiência do pesquisador no seu campo de pesquisa instruída pelos conhecimentos teóricos “entre o objeto de estudo e o corpus a ser estudado” (Fontanella et al., 2011, p. 389); ou seja, dadas as perguntas⁴ motivadoras desta pesquisa.

Ao trabalhar com um número muito grande de documentos é necessário aplicar a técnica de amostragem, pois devido as condições como tempo ou extensão de pesquisa determinam que delimitar a um número menor de objetos de pesquisa seja necessária, desde que se busque atender alguns princípios gerais, tais como representatividade da amostragem, vinculação ao objeto de investigação e triangulação de técnicas e abordagens para dados de fontes diversas que permitam uma aproximação

⁴ Por ocasião da apresentação do projeto de pesquisa para a seleção ao mestrado do PPGSOC-UEL, essas perguntas foram apresentadas como objetivos específicos à pesquisa, quais sejam: Levantar, a partir dos citados documentos, as principais ações e aparelhos de repressão empregados no Paraná. Comparar os relatos nos documentos citados de modo a identificar pontos em comum e diferenças, critérios de seleção dos documentos dentre os arquivos considerados, que podem fundamentar as escolhas e investigação precisa do objeto, segundo sua relevância à pesquisa proposta

razoável ao objeto de investigação (Minayo, 2017). Assim permitindo uma análise de melhor qualidade e até profundidade em relação aos objetos de pesquisa.

Nesta pesquisa a qual foi coletada um número significativo de documentos referentes ao contexto da ditadura militar de 1964; por sua extensa coleta o pesquisador recorreu às outras formas de coletar dados utilizando os documentos. Foi, portanto, criado cinco quadros (ver apêndices A, B, C, D, E) catalogando e separando os diversos documentos.

O resultado é alguns documentos mais fáceis de serem acessados e pesquisados, em vez de ser exigido uma pesquisa mais firme e longa, essa técnica permitiu uma amostragem mais curta e de melhor análise.

Para melhor caracterizar os objetos de investigação, é preciso apresentar o contexto histórico das fontes documentais que subsidiarão a produção da dissertação. É preciso ter clara a noção de documentação: deve-se determinar que o documento, por mais diverso que seja, é a princípio um testemunho perante um evento histórico. Ao ser tomado como testemunho, é dever do pesquisador não dar ao documento nenhuma característica que ele não possua, portanto o documento só serve ao pesquisador para retirar informações e não aplicar novas informações. No entanto, é preciso buscar resgatar qual o seu contexto de produção, de guarda e de classificação arquivística. Afinal, como observa Rodrigues (2006, p.104), “os arquivos são um reflexo da sociedade que o produz e o modo de interpretá-lo também acompanha as mudanças que ocorrem”. No entanto, cabe aqui uma advertência que aponta justamente para os modos e os critérios que norteiam a prática arquivística e documental: “Nos arquivos, o conteúdo informacional dos documentos diz respeito às atividades dos respectivos produtores, mas, como em qualquer outra instituição, a preocupação com a organização e disponibilização das informações é a tônica que prevalece” (Calderon; Cornelsen; Pavezi; Lopes, 2004, p. 98).

Isto é importante para compreender a relação que, metodologicamente, pode se fazer pertinente entre Sociologia e História. Elas são vertentes que pertencem ao ramo das Ciências Humanas, apesar de serem ciências que estudam objetos diferentes: enquanto a História estuda eventos temporais e seus impactos na construção da sociedade, a Sociologia estuda a sociedade e seus diversos fatores, é caso de classes sociais, violência, entre outros. Portanto, às vezes a História e Sociologia

convergem e se comunicam, é o caso de estudar fatores sociais que ocorrem a um ponto no tempo da história de uma respectiva sociedade.

Para o pensador Sztompka (1998) a questão do papel da história para a sociologia tomou visões de mundo diferentes, algumas falsas, outras mais verdadeiras; por exemplo é falsa a noção que diz que a sociologia surgiu da história como ciência, mas é verdadeira a ideia de que a sociologia surgiu através de eventos e contextos da história da humanidade. Mas em relação a noção de sociologia histórica essa lógica é invertida, pois se assume uma oposição de continuidade, e as mudanças como problema central, e tendo essas questões resolvidas chega a uma agência sofisticada (Sztompka, 1998).

Em outras palavras, mesmo que no meio das Ciências Humanas haja falas tão controversas, a Sociologia Histórica aparece como algo que toma outras perspectivas e desafios, para além de lidar com eventos históricos, está se lidando com transformações sociais, para além da sociologia, estamos lidando com agência. “A Sociologia histórica aborda processos de mudança e continuidade sociais e revela a arbitrariedade de muitos arranjos sociais” (Monsma; Salla; Teixeira. 2018, p. 65).

Com o surgimento da sociologia histórica fica claro que os problemas concretos delimitados no espaço e tempo, principalmente em casos específicos, são depois analisados, principalmente de forma indutiva e comparativa, para assim montar sua análise, com vistas a identificar e analisar o pode ser chamado, no dizer de Sztompka, de “coeficiente histórico” da realidade social (Sztompka, 1998, p. 358). É o caso dessa pesquisa: analisar a Ditadura Militar e principalmente a Operação Marumbi, deflagrada em 1985, pois é um evento histórico que remete até os tempos atuais, realizada por “agentes humanos, individuais ou coletivos, através de suas ações”, pelas quais se tem a “construção da realidade social” (Sztompka, 1998, p. 359). Esse tipo de estudo é denominado Sociologia histórica.

A partir da década de 1980, a área dialoga com abordagens enfatizando a construção social das identidades, as subjetividades e as representações coletivas, como a história oral, o feminismo ou os estudos pós-coloniais. Atualmente, este subcampo resiste ao reducionismo e prioriza a análise processual de atores e eventos, além das interações de processos sociais distintas (Monsma; Salla; Teixeira, 2018, p. 65).

Mas sempre se deve estar ciente que a Sociologia Histórica é uma vertente da Sociologia, que trabalha utilizando ferramentas da história, como é afirmado a diferença com a passagem a seguir:

Se um historiador descobria as razões de uma guerra na personalidade ambiciosa de um monarca, os sociólogos poderiam facilmente supor que naquela sociedade a guerra cumpriria a função de controle populacional. Em suma, os métodos aplicados pelos sociólogos não apenas retiravam de cena o indivíduo, mas colocavam em seu lugar abstrações conceituais, que alargavam exponencialmente as ambições explicativas da Sociologia, se comparadas às da História (Gomes, 2018, p.133).

É exatamente esse o objetivo desta pesquisa: não apenas estudar a Ditadura Militar, mas também a estudar a partir dos documentos produzidos durante aquele período; assim concretizando esses eventos e permitindo que eles fossem carregados de forma inalteradas pelo tempo até os dias de hoje, ou seja, na atualidade. O que permite interpretar um evento histórico – como a Operação Marumbi e a Clínica Marumbi – e como eles impactam na sociedade. “a Sociologia histórica é melhor compreendida como uma tradição contínua de pesquisa, sempre renovada, devotada para a compreensão da natureza e dos efeitos de estruturas de larga escala e processos fundamentais de mudança” (Skocpol, Miskolci, 2004, p. 11).

A Ditadura Militar, vigente durante os anos de 1964-1985, marcou o país por um período autoritário, com a negação de direitos básicos e constitucionais, além de forte intervenção nos três poderes, executivo, judiciário e legislativo. De acordo com Brunelo (2006), mesmo com a presença autoritária durante o regime, ele também foi portador de inúmeras especificidades que garantiram seu sucesso, e além disso, o diferenciaram de outros regimes militares como de Augusto Pinochet no Chile entre 1974 e 1990.

Tenaglia (2024) observa como, ironicamente, os regimes ditatoriais e repressivos são geralmente muito hábeis em produzir e catalogar uma imensa quantidade de arquivos. E Figueiredo (2015) demonstra isto no caso da ocultação sistemática de documentos por parte das forças militares no Brasil: Não bastasse a criação do SNI, cada uma das forças armadas dispunha de seu próprio serviço de inteligência, ainda que com algumas diferenças de atuação, mas ao que parece trabalhando em rede desde o SNI (de Carvalho, 2023):

O Serviço Nacional de Informações era tão influente dentro do governo e no Alto-Comando das Forças Armadas que dois de seus

ministros-chefes se tornariam presidentes – Médici (1969-74) e Figueiredo (1979-85). Diferentemente do CIE, do Cisa e do Cenimar, o SNI não atuava na repressão. Não sequestrava, prendia, torturava nem matava, pelo menos não de forma direta. O órgão concentrava seus esforços na coleta, análise e difusão de informações, tendo como “clientes” preferenciais, em primeiro lugar; a Presidência da República, seguida pelos serviços secretos militares (Figueiredo, 2015, p. 18).

Não obstante o forte ímpeto arquivístico que reinava entre os órgãos de inteligência durante a ditadura militar, com o início do processo de redemocratização do Brasil, em certa medida a partir da Lei da Anistia (Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979), prontamente se tomaram diversas ações de ocultação dos documentos por receio de que se instalasse um revanchismo generalizado contra os militares, embora a legislação vigente dificultasse a eliminação de tais provas documentais, uma vez que, para isso, deveria se dar em acordo com alguns critérios estabelecidos pelos Decretos n.ºs 27.583/49, 60.417/67 e 79.099/77 (Figueiredo, 2015, p. 71), como se vê na tabela abaixo (Figura 1), reproduzida de Figueiredo (2015, p. 71).

Figura 1. Regras para destruição de documentos sigilosos (1949-97)

Regras para destruição de documentos sigilosos (1949-97)^a

REGRAS	PERÍODO		
	1949-67	1967-77	1977-97
Exigência de autorização oficial prévia	X ^e	X	X
Exigência de testemunha para acompanhar a destruição	X ^{b,e}	X ^c	X ^c
Exigência de lavratura de termo de destruição para documento reservado	X ^{d,e}		X ^d
Exigência de lavratura de termo de destruição para documento confidencial	X ^{d,e}	X	X ^d
Exigência de lavratura de termo de destruição para documento secreto	X ^e	X	X
Exigência de lavratura de termo de destruição para documento ultrassecreto	X ^e	X	X
Exigência de difusão do termo de destruição	X ^e	X	X
Exigência de ofício autorizando alteração do grau de sigilo	X ^e	X	X
Exigência de registro em livro próprio da alteração do grau de sigilo		X	X
Infrações sujeitas a sanção, inclusive no campo penal		X	X

^a Decretos nºs 27583/49, 60417/67 e 79099/77. ^b Uma testemunha. ^c Duas testemunhas. ^d Para documentos com o carimbo "controlado". ^e A regra podia ser contornada, mas também dependia de ordem oficial.

Fonte: Figueiredo, 2015, p. 71.

Como é sabido, ações como a já citada Lei da Anistia, bem o intrincado processo de ocultação documentação durante a ditadura, inviabilizaram ou ao menos retardaram consideravelmente o processo de justiça de transição no Brasil, em

comparação a outros países latino-americanos (Tenaglia, 2024), inclusive preservando velhos pactos dentre as elites dirigentes do país, dificultando na democracia nascente a adoção de políticas de reparação, de recuperação da memória e de justiça (Teles; Quinalha, 2020)

Outra especificidade do regime ditatorial militar brasileiro foi seu contínuo esforço de passar a imagem de um governo democrático. Por exemplo: houve parâmetros que permitiram a sensação de uma suposta democracia, haveria dois partidos, o ARENA representando o governo, e o MDB representando a oposição; as eleições seriam de forma indireta por exemplo. É um governo que tenta se legitimar como democrático de defensor da liberdade, mas, no fundo, apenas precisavam se legitimar para continuar com suas ofensivas contra as liberdades individuais e os ditos subversivos.

No entanto, o governo militar nunca conseguiu evitar que outras ideologias e ideias aparecessem na sociedade, principalmente aquelas que seriam consideradas subversivas, de esquerda ou comunista. E, ainda assim, aquele governo se empenhou ao máximo para impedir esse levante de ideias, sendo necessário para isso, do ponto de vista dos militares, a perseguição violenta dessas pessoas e o enrijecimento das políticas através do Ato Institucional-5, o mais radical e repressivo dos Atos Institucionais, pelo qual se justificava a cassação dos direitos políticos. Essa presença das ideias e do inimigo interno, permitiu que as políticas do regime militar focassem em duas vias: uma na perseguição desse mesmo inimigo interno; e uma segunda em que se utilizava desse inimigo interno, como um perigo a se combater, como legitimação para se manterem no poder.

Claro que essa política de manipulação das massas não era apenas algo contido no que os militares diziam. Para possibilitar maior controle de todos os setores da sociedade foi preciso criar regimentos, ou o que ficou conhecido como Atos Institucionais.

O primeiro Ato Institucional, decretado em 9 de abril de 1964 dava poderes totais ao presidente militar, principalmente perante os outros dois poderes (legislativo e judiciário). Esses Atos Institucionais tinham como objetivo dar à ditadura os meios legais para reprimir e centralizar o poder nas mãos dos militares. Em 27 de outubro tem se então a promulgação do Ato Institucional 2, cujo objetivo era restringir direitos políticos e extinguir os partidos, restringindo a campo político para apenas dois

partidos: o que representaria o governo militar chamado de ARENA, e o partido oficial de oposição, chamada de MDB. Em 1966 o Ato Institucional 3 promulgado e o partido MDB sofre com a perda de 38 de seus parlamentares, então cassados.

Em 7 de setembro do mesmo ano temos o Ato Institucional 4 que visava reabrir o poder legislativo, mas ainda assim mantê-lo controlado pelo poder do presidente militar. Antes de ir para o mais radical dos Atos Institucionais, deve-se destacar que em março de 1967 foi promulgado a Lei de Segurança Nacional. A noção de Segurança Nacional⁵ era uma ideia “paranoica” que muitos militares desenvolveram, e se tornou o elemento norteador do regime militar, com o objetivo de proteger o país de um inimigo interno, ou seja subversivo, era preciso eliminar qualquer resquício desse inimigo, e uma das instituições que poderia intervir em favor ao elemento subversivo seria um tribunal civil. Portanto com o Ato Institucional 2 todos os tribunais civis se tornaram incapazes de julgarem delitos contra a Segurança Nacional, cabendo aos tribunais militares esse papel.

E, enfim, tem-se o Ato Institucional 5, promulgado em 1968, que permitia ao presidente fechar qualquer um dos dois poderes remanescentes, dando total controle ao presidente militar, controle a ponto de até impedir o direito político das pessoas, independente de posição ou cargo.

O penúltimo presidente militar, Ernesto Geisel, promoveu uma abertura gradual e lenta para uma futura democracia. Porém, essa abertura gradual permitiu a aplicação de operações de perseguição aos ditos subversivos, em particular a Operação Marumbi, objeto desta pesquisa.

Sob a justificativa de identificar e prender os militantes do PCB, supostamente infiltrados no MDB, que havia vencido as eleições legislativas no ano anterior, o governo autoritário militar deflagrou uma série de operações de repressão, sendo que no Paraná recebeu a alcunha de Operação Marumbi. Resumidamente, cerca de 100 pessoas foram presas e 65 indiciadas nessa operação (Brunelo, 2012). Está claro que essa operação tinha o intuito de dismantelar a aliança MDB com o PCB e outros militantes comunistas, mas ao mesmo tempo, era uma justificativa para exercer uma política de violência e repressão à população.

⁵ A noção de Segurança Nacional é um direito interno e externo dos diversos Estados, inclusive democráticos, que permanece previsto na Constituição Cidadã de 1988, só que, agora, assumindo dimensões condizentes com os parâmetros democráticos de gestão interna e de relações externas.

Na dissertação de Brunelo (2006) de acordo com as informações coletadas foi possível notar que o medo de uma ameaça dita comunista contra o projeto de poder capitalista militar era tão grande que era preciso acima de tudo um Estado focado não só na opressão, mas também na vigilância, para garantir o impedimento do avanço “vermelho”. O mais irônico nisso, é que a Operação Marumbi, ia também contrário ao sistema que os militares criaram, pois o MDB, como oposição foi apenas permitido existir pelos militares, e toda sua atuação apenas ocorreu porque os militares permitiram, então criar uma operação que tinha como objetivo dismantelar a oposição passiva, mesmo que vitoriosa da última eleição, só pode significar que ou a operação foi um tiro na culatra ou a intenção era tornar a Ditadura Militar mais rígida (Brunelo, 2006, p. 75).

A Operação Marumbi, então, tinha duas funções: prender e perseguir membros do comunismo, em especial do PCB; e em segundo, associá-los como se estivessem em complô com o partido de oposição o MDB. Neste sentido a Operação Marumbi mais do que uma operação policial, era também ideológica, com a intenção de desintegrar esses indivíduos subversivos e eliminá-los da sociedade, contribuindo para a manutenção e o aumento do poder do Governo militar. Segundo Brunelo (2006), toda a base arquivística se encontra no Inquérito Policial-Militar 745 localizado no Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP, junto com as reportagens da Folha de Londrina, publicadas em 1983. Essas reportagens por sua vez estão localizadas atualmente na Biblioteca Municipal de Londrina. Como já observado anteriormente, a pesquisa pôde ser feita tomando apoio no BNM 551, dado que se trata do mesmo documento do Inquérito Policial-Militar 745, e disponível no site oficial do BNM.

3 APRESENTAÇÃO DAS BASES DOCUMENTAIS

Em seu livro, Tenaglia (2024) utiliza como epígrafe do primeiro capítulo uma citação em que se aponta para a ironia de que muitos governos autoritários produzem um enorme conteúdo arquivístico, o que pode permitir ao governo democrático que virá a existir encontrar os meios de punir as autoridades do governo anterior. Essa forma de análise também permite explorar uma característica burocrática desses regimes autoritários, altamente organizados (O'Donnell, 1996; Silva, 2012).

É claro que nem todos esses documentos chegavam ao viés público, sendo muitos destruídos mesmo antes de chegarem às instituições que representassem a justiça. Por exemplo, Tenaglia (2024) lembra que a Comissão sul-africana da Verdade teve que discutir e considerar os problemas oriundos da destruição de documentos pelo governo repressivo durante o *Apartheid*.

Ainda sobre o fato da destruição dos arquivos, muitos dos executores desses regimes podem ainda participar ativamente do governo democrático, e utilizando seu poder político e de influência eles impedem que muitos documentos venham a público. Para coibir políticas e ações de apagamento da história é preciso criar políticas de preservação da memória, garantindo os direitos de reparação e justiça (Azevedo, 2020). Ou em outras palavras, para coibir esse ocultamento sistemático e deliberado de documentos, isso seria necessário criar uma legislação de direito à informação, um direito que de acordo com Tenaglia (2024) está interligado com os Direitos Humanos (1948): “O direito à informação é um direito estabelecido pelos principais tratados internacionais sobre direitos humanos e compreendido como condição essencial para que sociedades democráticas funcionem efetivamente” (Tenaglia, 2024, p. 45).

Para comprovar isso basta ver que os governos mais transparentes, são aqueles que não controlam o fluxo de informação, mas permitem que até documentos oficiais se tornem de acesso público. Ainda segundo Tenaglia (2024), o primeiro governo a promover esse tipo de política foi a Suécia em 1766, ou seja, 245 anos antes da criação da Lei 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação. No contexto da América Latina, o Brasil foi um dos últimos países que, após a ditadura e em pleno governo democrático, como se verá, a promulgar uma lei que garanta o direito à informação e a criar comissões da verdade.

De qualquer modo, como se verá nas seções que compõem este capítulo, a força motora que sustentou cada uma das bases documentais, provavelmente à exceção do SNI, foi justamente impedir o apagamento de um passado bem recente, e que ainda suas influências se fazem atuais, de preservação da memória, da garantia de reparação e justiça. Isto vale, certamente para o Projeto Brasil: nunca mais, para a Comissão Nacional da Verdade e para a Comissão Estadual da Verdade do Paraná, “Teresa Urban”. Os arquivos do SNI, por sua vez, tornaram-se públicos por força da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, permitindo sua preservação e disponibilização pelo Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN).

Todas as bases documentais foram utilizadas a partir de sua digitalização e ampla disponibilização em ambiente virtual. A vantagem de sua utilização se deve aos avanços tecnológicos das ferramentas, busca e pesquisa, e de leitura de documentos digitalizados, principalmente em formato de documento portátil (*Portable document format* em inglês, ou sua sigla, PDF) que apresenta os documentos de forma consistente em qualquer dispositivo ou sistema operacional, preservando confiavelmente a formatação original.

3.1. BRASIL: NUNCA MAIS

Foquemos agora o que pode ser considerado a maior manifestação de salvaguardar as memórias dos acontecimentos durante a Ditadura Militar de 1964 até seu fim em 1985: o Projeto Brasil: nunca mais.

O projeto de pesquisa Brasil: nunca mais nasce a partir de março de 1979, com a posse presidencial do general João Batista Figueiredo. O então presidente prometia se afastar das decisões políticas de seus antecessores e iniciar uma abertura democrática. No entanto, em um ato legalista que buscava impedir uma radical ruptura entre o velho e cambaleante regime ditatorial dos militares e a nascente democracia que pouco a pouco se avizinhava, o então presidente Figueiredo sancionou a Lei 6.683, em 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei da Anistia, que anistiava tanto torturadores militares quanto torturados acusados de serem subversivos. Por um lado, a lei surge em decorrência das pressões sociais ao então presidente; mas por outro, ele cria um mecanismo de anistia restrita aos opositores do regime ditatorial e concede

ampla e irrestrita anistia àqueles que atuaram nos diversos mecanismos e ações de repressão do regime, inclusive os torturadores. O que viciava todo o processo de reparação e justiça diante daquela ditadura.

Neste contexto ainda ditatorial, um pequeno grupo de pesquisadores e especialistas atuando de forma silenciosa e discreta começa sua coleta de dados, e assim surge o Brasil: nunca mais.

Primeiramente publicado em 1985, durante o Estado democrático nascente do então presidente José Sarney, o livro *Brasil: nunca mais* é um vasto arquivo, contando em detalhes o que houve nos porões onde eram realizados os métodos de tortura. Essa pesquisa foi o resultado da união do Conselho Mundial de Igrejas⁶, de cunho protestante, e a Arquidiocese de São Paulo⁷, sendo católica, e contou como seus membros os falecidos Dom Paulo Evaristo Arns⁸ (1921-2016) e Reverendo Jaime Wright⁹ (1927-1999), sendo que Arns era o então arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, e Wright era pastor presbiteriano representando o Conselho; outros membros foram Eny Raimundo Moreira, Charles Roy Harper Jr e Paulo Vannuchi (BNM DIGIT@L, s/d). Embora o nome do Rabino Henry Sobel, que foi o líder da Congregação Israelita Paulista (CIP), não seja mencionado no site do Projeto “Brasil: nunca mais”, há outras fontes que assinalam sua participação no Projeto à época dos anos 80 (MEMÓRIAS DA DITADURA, s/d). O livro pode ser considerado, também, como uma grande denúncia aos graves crimes contra os Direitos Humanos (1948) realizados na época da ditadura militar.

⁶ O Conselho Mundial de Igrejas é a maior organização cristã do mundo, com sede em Genebra Suíça, fundada entre 1937 – 1938. (<https://www.oikoumene.org/>)

⁷ Arquidiocese é uma província eclesiástica metropolitana, liderada por um arcebispo, a partir de 1964 até 1998 a Igreja brasileira vive sob o signo da teologia da libertação e da opção preferencial pelos pobres, torna-se voz dos sem voz e arauto da justiça social em nossa pátria. É de sua responsabilidade a edição do “Brasil, nunca mais”, marco na luta contra a tortura. (<https://arquisp.org.br/>)

⁸ Paulo Evaristo Arns, O.F.M. foi um frade franciscano, cardeal e escritor brasileiro. Foi o quinto arcebispo de São Paulo, tendo sido o terceiro prelado dessa Arquidiocese a receber o título de cardeal. Entre 1979 e 1985, coordenou com o Pastor presbiteriano Jaime Wright, de forma clandestina, o projeto Brasil: Nunca Mais. Este projeto tinha como objetivo evitar o possível desaparecimento de documentos durante o processo de redemocratização do país.

⁹ O reverendo Jaime Wright foi um pastor presbiteriano que teve um papel importante na luta pelos direitos humanos, atuando no Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul e no Projeto Brasil: nunca mais, frentes de ação em que se empenhou após a prisão e o desaparecimento de seu irmão, o deputado estadual por Santa Catarina, cassado, Paulo Stuart Wright em São Paulo em setembro 1973, pelos militares e levado ao DOI-CODI/SP, na operação “Cacau”. Durante o governo de Roberto Requião no Paraná, em 1991 foram abertos os arquivos do DOPS/PR, e neles foi encontrado uma ficha, nomeada “falecidos”, com 17 nomes, dentre eles o de Paulo Stuart Wright. Seu mandato foi-lhe devolvido pela Assembleia Estadual de Santa Catarina, postumamente, em 1993 (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, sd.). Sobre James Wright, maiores informações podem ser consultadas em Sydow (2022).

O projeto conseguiu algo que muitos relatos contra tortura no mundo afora não conseguiram, coletar documentos vindo dos próprios encarregados pelos documentos, ou seja, os próprios militares disponibilizaram esses documentos aos pesquisadores, em verdade sem saber disso. A coleta de dados, após ser entregue aos especialistas, passava por uma microfilmagem. Esse material microfilmado foi levado para fora do país para ser estudado com segurança, sendo que o acervo consistia em algo em torno de 5 mil páginas, e ficou conhecido como projeto A.

Os desafios foram muitos, mesmo em tempos finais de ditadura. há menção de um atentado onde dois oficiais do DOI-CODI foram mortos no Riocentro, este atentado resultou na voltar ao temor e à perseguição. Assim sendo, os membros do projeto Brasil: nunca mais acabam agindo de forma cautelosa, já que o retorno às perseguições era uma possibilidade.

Outro fator importante, e de certa forma urgente é o tempo, o futuro que há por vir; afinal estavam atravessando o final da ditadura, e com isso o início de uma nova forma de governo. Isso poderia resultar nas destruições dos arquivos que o Brasil: nunca mais tentava salvar. Ou seja, devido a uma possível mudança de conjuntura, de organização política e social, havia o receio de que os documentos fossem destruídos. Isso fica mais evidente com a Lei da Anistia de 1979, até a promulgação da Lei de Acesso à Informação em 2011. Um evento que comprove tal temor é a destruição de documentos no fim do Estado Novo (1937-1945), tais documentos eram sobre a polícia política chefiada por Felinto Müller¹⁰ no Rio de Janeiro daquela época (Arquidiocese de São Paulo, 1995).

A ideia de buscar nos documentos salvaguardados um material que no futuro seria um testemunho irrefutável dos crimes e violações acontecidas nos porões da ditadura. E mesmo que os documentos fossem meios burocráticos dessa violência, sem mencionar os criminosos militares que praticavam tais métodos, são esses mesmos documentos que denunciam uma tática de organização social do regime vigente.

Com isso, o Brasil: nunca mais foi dividido em dois projetos, o Projeto A contendo o acervo dos documentos, e o Projeto B, que é o livro propriamente dito, que contém 21 capítulos, do qual serão usados alguns para explicar e dar contexto aos

¹⁰Foi um militar e político brasileiro. Durante o Governo Vargas, destacou-se por sua atuação como chefe da polícia política, e por diversas vezes foi acusado de promover prisões arbitrárias e a tortura de prisioneiros.

documentos a serem usados mais adiante. Esses capítulos contam, mesmo que de forma resumida ainda detalhadamente, o surgimento dos aparelhos repressivos, embora não mencionem a Clínica Marumbi e nem a Operação Marumbi.

Iniciaremos esta análise com o prefácio do falecido Cardeal Paulo Evaristo Arns, na época em que ele mesmo declara que ajudou as famílias dos ditos “subversivos” e desaparecidos políticos, mostrando seu empenho como cardeal de São Paulo a ajudar aqueles que necessitavam, pois em suas palavras:[...] “desejo relatar no frontispício desta obra pretendem reforçar a idéia subjacente em todos os capítulos, a saber, que a tortura, além de desumana, é o meio mais inadequado para levar-nos a descobrir a verdade e chegar à paz”(Arquidiocese de São Paulo, 1995, p.11).

É neste contexto que Arns se torna uma das pessoas essenciais para a criação do projeto Brasil: nunca mais, que visava proteger documentos referentes a presos políticos e outros de serem destruídos no período da perseguição política. O prefácio de Philip Potter, ex-Secretário Geral do Conselho Mundial de Igrejas, também confirma esse tipo de compromisso, o qual projeto Brasil: nunca mais conseguiu coletar da Justiça Militar documentos do período de abril de 1964 até março de 1979 (Arquidiocese de São Paulo, 1995, p.15). “Infelizmente, porém, o golpe militar nos forçou a nos reunirmos em um país vizinho. Estávamos então e continuamos a estar preocupados com o destino de estudantes, professores e intelectuais que desafiavam o sistema político” [...] (Arquidiocese de São Paulo, 1995, p.15).

Deve-se lembrar que a fonte documental citada aqui faz parte do Projeto B do Brasil: nunca mais, onde foi sintetizado um livro, neste caso sua 27ª edição, de 1995, que explica todo o processo pelo qual a equipe do BNM acessou, copiou e coletou os documentos da Justiça Militar brasileira. Vale ressaltar que a coleta desses documentos, feita de forma clandestina, teve como principal objetivo a salvaguarda deles, em vez de utilizá-los para agir contra as instituições militares da época. Há momentos no livro que tem um clamor, um desejo de que o autoritarismo e a tortura nunca mais sejam a norma a ser seguida por uma sociedade, particularmente a brasileira: “A esperança que renasce hoje não pode ser novamente passageira” (Arquidiocese de São Paulo, 1995, p. 21).

Sendo descrita como uma “reportagem” das investigações no campo dos Direitos Humanos (1948) que mostra as forças repressivas do governo ditatorial brasileiro, que tomou seu próprio povo como um adversário, abatido pela repressão

política. Mas a reportagem também é sinônimo de resistência (Arquidiocese de São Paulo. 1995).

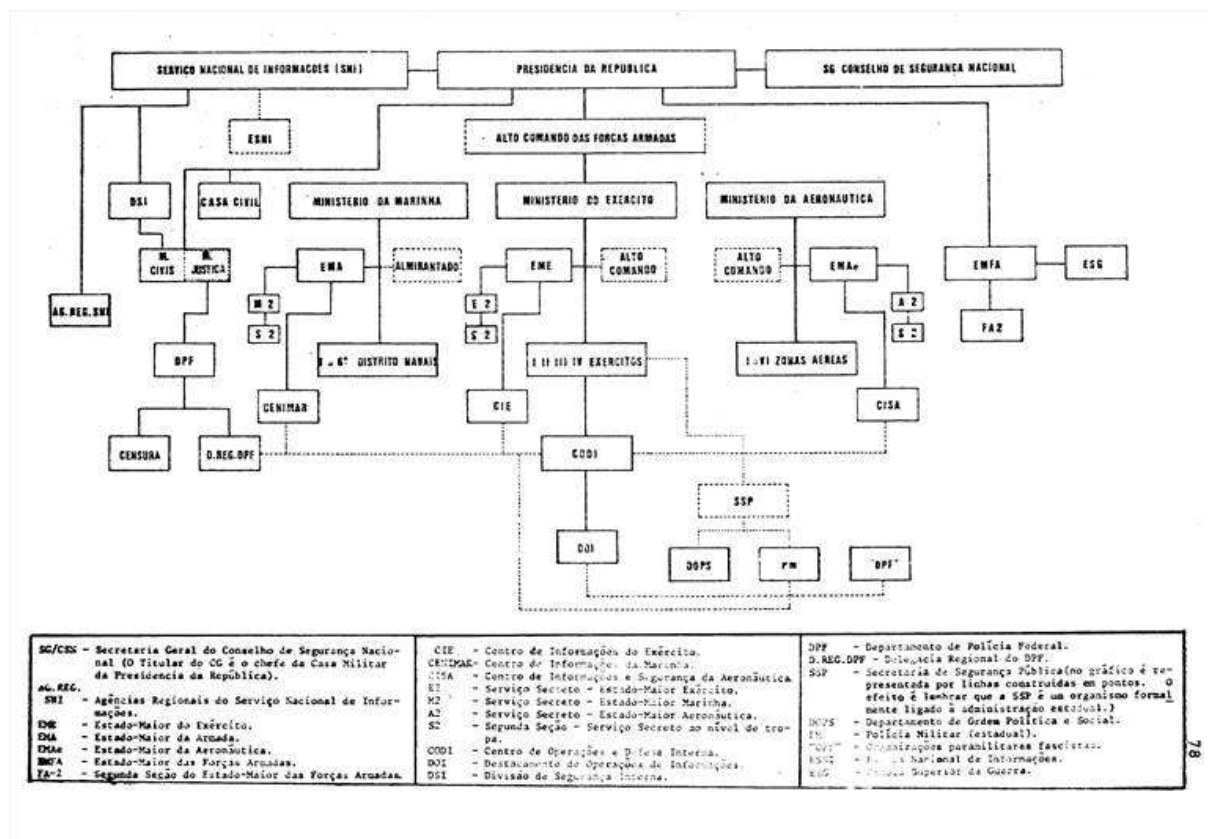
O Brasil: nunca mais não só denunciou as atrocidades cometidas durante a ditadura, mas também toda organização do sistema repressivo, assim sendo um dos trabalhos mais completos que se tem da época da ditadura militar.

Citando o teólogo Joseph Comblim (1978), o Brasil: nunca mais buscou demonstrar que o governo ditatorial, em sua necessidade de manter uma falsa sensação de segurança, exercia até com seus cidadãos meios de torná-los em instrumentos de vigilância e dominar seus iguais; em outras palavras, o cidadão vigiava seus vizinhos e este era vigiado por esses, tudo isso em garantia da Segurança Nacional.

Essa obsessão pela Segurança Nacional fez com que os militares tomassem medidas drásticas, é o caso de prisões ilegais e sequestros de pessoas que muitas vezes não eram subversivas ou inimigas do Estado; mas como não podiam de modo legal abrir um processo ou prender esses indivíduos, era necessário recorrer a ilegalidade. Está claro isso quando surge os aparelhos de repressão, meio dos quais os militares utilizavam ambientes e locais clandestinos para promover tortura e uma investigação totalmente parcial. Esses aparelhos não só tinham função de repressão, mas de mantenedor das normas sociais do regime ditatorial militar, em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional (BICUDO, 1984).

Encontrado no relatório do projeto A do Brasil: nunca mais, o fluxograma (Figura 2) abaixo representa a estrutura do sistema de repressão, que ia desde a presidência até as forças policiais militares como o DOI-CODI. Isso mostra que a estrutura repressiva mais que reprimir cegamente, exercia técnica e burocracia para manter controle em uma sociedade que eles acreditavam estar em constante ameaça comunista.

Figura 2: Fluxograma do sistema repressivo



Fonte: Acervo Brasil: nunca mais/Relatório Projeto A, Brasil: nunca mais TOMO I

Entretanto a aplicação dos aparelhos de repressão é apenas uma das diversas características aplicadas durante o regime militar. Primeiro, deve-se ter conhecimento que ao combater o inimigo interno, o regime militar tomou duas principais medidas: o gigantismo, onde surge diversos setores de repressão e perseguição, assim sendo criado órgãos do Estado; e a segunda medida é a autonomia a esses mesmos órgãos, permitindo a eles agirem da maneira que achassem adequada. Ou seja, um “Estado dentro do Estado” (Arquidiocese de São Paulo, 1995, p. 72).

Denominada como Sistema Nacional de Informações, ou só Sistema na época, tinha função de produção e operação de informações, sendo visualizado como uma pirâmide, onde sua base estava as câmeras de interrogatório e tortura e o topo o Conselho de Segurança Nacional (CSN). O CSN era presidido pelo general presidente, e seu secretário chefe da Casa Militar da Presidência da República, assim delegando plenos poderes ao SNI.

Mas toda esta estrutura não seria produtiva sem a criação de um inimigo, e esse inimigo não era simplesmente o comunismo, já que este era uma ideia que

poderia estar em qualquer lugar do mundo; o inimigo era justamente o subversivo, aquele que espalha a ideia, da mesma forma que se espalha uma doença. Essa forma de ver seus adversários fica mais evidente quando o preso subversivo observa toda sua família ser responsabilizada junto com ele, ou seja, um subversivo infecta todas suas relações, de tal maneira que uma única família era suficiente para ser vista como um núcleo comunista.

“[...] vem se verificando que estão evangelizando à luz do marxismo ou ensinando o socialismo à luz do Evangelho, ao invés de ensinarem o amor a Pátria, o respeito às leis e às autoridades como cumpre à Igreja como instituição reconhecida, imaculada e eterna [...]” (Arquidiocese de São Paulo, 1995, p. 150).

Mas ser subversivo não era suficiente, era preciso haver um crime que justificasse a prisão do subversivo. No Brasil: nunca mais foram identificados três tipos: apoio ao antigo governo de Goulart; propagação através da “propaganda subversiva”; e, críticas a autoridade do regime (Arquidiocese de São Paulo, 1995).

O apoio ao governo de Goulart é resultado dos primeiros Inquéritos Policiais Militares (IPMs), neles estão contidos os nomes daqueles que foram presos no início do governo militar, logo após o golpe. Estes prisioneiros eram os subversivos que ainda tinham conexões com o governo democrático anterior.

Nos processos descritos como “propaganda subversiva” relatam pessoas que foram acusadas pela visão dos militares tinham com a definição de subversão, já que essas pessoas eram acusadas de mudar o país enquanto sob a Lei de Segurança Nacional uma abrangente norma dizia que os militares queriam salvar o país dessa mudança.

Após a edição do Ato Institucional 5 (AI-5), foram levadas ao cárcere pessoas que eram acusadas de críticas ao país e ao governo, mostrando que a política do governo de “Ame-o ou deixe-o” não alcançava toda população, e aqueles que não deixavam o país, mas ainda não concordavam com a situação vigente foram presos, torturados, e muitas vezes mortos e seus corpos desaparecidos.

Às vezes essas prisões não eram feitas tão às claras: sob o aspecto de combate ao terror, operações foram realizadas, muitas das quais visavam prender, sem qualquer justificativa legal, indivíduos que eram acusados de serem subversivos. Através dessas operações muitas prisões clandestinas e ilegais foram feitas. Com as operações como a Operação Marumbi há uma desenfreada escala de prisões ilegais,

porém paradoxalmente protegidas e usadas pela lei, tudo em nome de proteger o país e de promover segurança. Os aparelhos são lugares clandestinos que permitiam a tortura e o desejo de submeter seus prisioneiros as mais cruéis formas de violência.

É preciso lembrar, entretanto, que se o livro foi publicado em 1985, ele é fruto do projeto que tem seu início em 1979. O Projeto A, como é chamado, está presente também na Biblioteca Central da UEL, contendo os 12 volumes, completos, e organizados tematicamente como segue: O Regime Militar (Tomo I); A Pesquisa BNM (Tomo II, V. 1); Os Atingidos (Tomo II, V. 2); Os Funcionários (Tomo II, V. 3); Perfil dos Atingidos (Tomo III); As Leis Repressivas (Tomo IV); A Tortura (Tomo V, V. 1); As Torturas (Tomo V, Vs. 2 e 3); Os Mortos (Tomo V, V. 4); Índice dos Anexos (Tomos VI, V. 1); Inventário dos Anexos (Tomo VI, V. 2). Os volumes do Projeto A foram reproduzidos 25 vezes em *offset*, e doados para entidades de Direitos Humanos (1948), pesquisa e documentação particular e não comercial, como é atestado em carimbo em diversas páginas daqueles volumes.

Para os propósitos gerais da pesquisa desta dissertação, buscou-se acessar os arquivos do Brasil: nunca mais em suas duas formas, o projeto B, isto é o livro propriamente dito, e o acervo do projeto A no site oficial do Brasil: nunca mais¹¹, que preserva fidedignamente aqueles 12 volumes. Ao consultar o acervo, não foi descoberta nenhuma menção à Operação Marumbi. Entretanto, quando consultada a expressão “Clínica Marumbi”, há um total de 22 ocorrências, com 30 menções, sendo 20 no Relatório Final do Brasil: nunca mais (Projeto A), uma no acervo do Conselho Mundial das Igrejas, e uma no Arquivo BNM 551, que corresponde ao IPM 745 (cf. nesta dissertação o APÊNDICE B). Até o presente, momento, o IPM 745 não foi localizado no SIAN, embora haja uma cópia sua na UNICAMP.

O Projeto A, do Brasil: nunca mais, disponibiliza por volta de 300 documentos que menciona a Operação Bandeirantes, uma operação que também caçava comunistas em 1975 em São Paulo, possivelmente porque os pesquisadores do projeto visavam coletar mais documentos de São Paulo e de Brasília onde atuavam. O que sugere que a atenção ou o acesso aos arquivos policiais de outros estados foi bem menor, ao menos se comparado com a Operação Marumbi, operação equivalente no Paraná.

¹¹<https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>

3.2 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV)

Em 18 de novembro de 2011, pela Lei nº 12.528, o governo presidencial de Dilma Rousseff instituiu a criação da Comissão Nacional da Verdade que no ano seguinte, em maio de 2012, começou suas atividades, com a função de investigar as graves violações aos Direitos Humanos (1948) praticados durante os anos de 1946 até 1988, o ano que marca a redemocratização, em respeito ao estabelecido pelo artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República Federativa Brasileira, a nossa Constituição Cidadã, promulgada em 5 de outubro de 1988, e que trata em suas linhas gerais do direito à anistia a todos aqueles e aquelas que, durante o período então considerado no citado artigo e já mencionado mais acima, “foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares”(BRASIL, 2008, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 8º, p. 158). Deve-se ressaltar que durante esse período houve aquele marcado pela Ditadura Militar de 1964-1985.

A Comissão foi formada por “consultores e assessores, e de colaboradores voluntários, nós, conselheiros da Comissão, por designação presidencial” (CNV, 2014, p.15 – A), diretamente vinculados à Casa Civil da Presidência (Lei nº 12.528, art. 1º). Este conselho foi composto por José Carlos Dias¹², José Paulo Cavalcanti Filho¹³, Maria Rita Kehl¹⁴, Paulo Sérgio Pinheiro¹⁵, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari¹⁶ e Rosa Maria Cardoso da Cunha¹⁷, e contou também com um conjunto de colaboradores formados por cidadãos e instituições que forneceram relatos, documentos, audiências para contribuir ao trabalho da Comissão.

Todas essas informações estão contidas no primeiro volume do tomo I do relatório da Comissão como é prevista pela já citada Lei. Vale ressaltar que apenas o primeiro volume contém dezoito capítulos destinados a relatar as atividades decorridas durante a Ditadura Militar que se inicia com o Golpe de 1964. No segundo volume do relatório se encontram temas que também se entrelaçam com as violações aos

¹²Advogado, defensor de presos políticos e ex-ministro da Justiça.

¹³Advogado e ex-ministro da Justiça.

¹⁴Psicanalista e jornalista.

¹⁵Professor titular de ciência política da Universidade de São Paulo (USP).

¹⁶Advogado e professor titular de direito internacional do Instituto de Relações Internacionais da USP.

¹⁷Advogada criminal e defensora de presos políticos.

Direitos Humanos (1948) ocorridas durante a Ditadura Militar; finalizando com o terceiro volume sendo dedicado aos mortos durante esse período.

O período estabelecido para a investigação das violações aos Direitos Humanos (1948) durante os anos de 1946 até 1988, é assim determinado pelo artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal. Tal artigo estabelece que:

É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo n.º 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei n.º 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos. (ADCT, 1988)

A ideia da criação da Comissão surge anterior à lei que permite sua criação: em dezembro de 2009 ocorreu a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, em Brasília reunindo 1200 delegados convocados pela Secretaria de Direitos Humanos, ministério comandado pelo então ministro Paulo de Tarso Vannuchi com o objetivo de revisar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)

Assim o PNDH foi dividido em três áreas: a primeira sobre garantia de direitos políticos e civis, a segunda sobre direitos econômicos, sociais e culturais, e o terceiro e último lidando com o “direito à memória e à verdade”. Assim sendo, é o PNDH-3 que recebeu maior atenção de nossa parte para esta pesquisa, pois é através da criação dele, isto é, o decreto nº 7.037 no dia 21 de dezembro de 2009, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que também afirmou a importância da criação da Comissão da Verdade.

Em maio de 2010, o então presidente Lula e sua equipe encaminhou o projeto de lei que criaria a Comissão da Verdade ao Congresso Nacional, tendo sido tramitado sob regime de urgência. Mas apenas no ano seguinte, já sob o mandato da então presidenta Dilma Rousseff, a ministra Maria do Rosário Nunes, acompanhada por ex-ministros da pasta dos Direitos Humanos, visitaram os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal solicitando o avanço do projeto de lei. Após isso, foi

sancionada pela presidenta Dilma a Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, criando a Comissão Nacional da Verdade.

Visando o fortalecimento das instituições democráticas e beneficiar toda população de 82 milhões de brasileiros que viveram e vivem sob período democrático, após os 50 anos do Golpe de 1964, em que o Governo João Goulart foi deposto e se iniciou um período de Ditadura Militar até 1984; a CNV visou explorar e investigar os diversos crimes ocorridos no período e assim trazer à tona os terríveis feitos do Governo militar, sejam esses feitos acobertados ou não.

Vale ressaltar que, como é exposto por Tenaglia (2024), vários países que tiveram uma época de violação com os Direitos Humanos (1948) tiveram suas comissões da verdade, mostrando uma política internacional. Isso mostra o compromisso brasileiro de não apenas investigar os crimes dentro de suas fronteiras como também sua colaboração com o meio internacional. Desde 1974, mais de 40 Comissões da Verdade foram criadas no mundo, é o caso da África do Sul, Argentina, Chile, Peru, Alemanha, Canadá, entre outros.

Um marco anterior da criação da Lei 12.528/2011, foi a criação da Lei 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), esta Lei permitiu uma maior transparência das informações e gestões públicas, isso permitiu que não só o governo, mas também a população, tivessem acesso aos documentos.

Ainda se referindo à Lei 12.528/2011, foram determinados objetivos e metas a serem cumpridos durante as atividades da Comissão da Verdade:

Artigo 3º – São objetivos da Comissão Nacional da Verdade:

- I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionadas no caput do artigo 1º;
- II – promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;
- III – identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas a prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do artigo 1º, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;
- IV – encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;
- V – colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos, observadas as disposições das Leis nºs 6.683, de 28 de agosto de 1979, 9.140, de 1995, e 10.559, de 13 de novembro de 2002;

- VI – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional;
- VII – promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução histórica dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações. (BRASIL, Lei 12.528/2011)

Para a realização desses objetivos, foi dado à Comissão da Verdade os seguintes poderes de acordo com o Artigo 4º da Lei 12.528/2011:

- I – receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe forem encaminhados voluntariamente, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitado;
- II – requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo;
- III – convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados;
- IV – determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados;
- V – promover audiências públicas;
- VI – requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça, em razão de sua colaboração com a Comissão Nacional da Verdade;
- VII – promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos; e
- VIII – requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos. (BRASIL, Lei 12.528/2011)

Vale ressaltar que não foram apenas coletados depoimentos de ex-prisioneiros e vítimas da Ditadura Militar de 1964-1985; também foi permitido que fossem coletados depoimentos de agentes da Ditadura, desde que estes estivessem protegidos pelo anonimato.

O plano original era para que a CNV terminasse suas atividades em 24 meses, a partir de sua instalação em 16 de maio de 2012. Entretanto, por Medida Provisória nº 632 do dia 24 de dezembro de 2013, que logo após foi convertida em Lei nº 12.998/2014 foi acrescentado sete meses de funcionamento para o CNV; a lei também determinou que ao fim da CNV, seria apresentado um relatório sobre os 31 meses de trabalho da comissão; este relatório será utilizado nesta dissertação.

De acordo com a Lei nº 12.528/2011, a CNV teria total liberdade de promover audiências públicas, com o intuito de coletar testemunhos, tanto de vítimas quanto de agentes da ditadura, para completar seus objetivos (artigo 4º, inciso III, Lei nº 12.528/2011). No decorrer dos trabalhos da comissão, desde o dia 16 de maio

de 2012 até 31 de outubro de 2014 foram 483 audiências públicas e 633 audiências reservadas, dando um total de 1116 audiências, cada uma coletando um depoimento (Brasil, 2014, p. 55).

Infelizmente, ainda que a CNV tenha se dado dentro da legalidade e constitucionalidade democrática, sua atuação incomodou mais conservadores das elites políticas, levando a um colapso do governo da presidente, a CNV foi uma das causas que acabou culminando com seu *impeachment* em 2016, em claro processo de retrocesso diante da democracia instituída a partir da Carta Constitucional de 1988 (da Cunha, 2020):

Essa articulação já ocorria desde 2015, consolidando uma trajetória de institucionalização do conservadorismo político e moral. Um exemplo disso foi o que ocorreu na votação do impeachment, em que uma quantidade expressiva de parlamentares, inclusive indiciados por corrupção, dedicaram seus votos a Deus e à família, direcionados pela defesa da tradição e moral conservadora. (Braga; Melo; Monzelli; Junior; Farias; Correia. 2020, p. 696)

A metodologia empregada pela Comissão foi baseada na especificidade de cada caso. Primeiramente foi preciso selecionar os nomes que seriam entrevistados, muitos dos quais vieram a partir de comissões estaduais e municipais, também familiares de vítimas e comitês populares da memória, verdade e justiça. Assim que foram selecionados os nomes a serem entrevistados, também foram selecionadas as perguntas a serem utilizadas, sempre levando em consideração as especificidades para cada caso e indivíduo.

Deve-se lembrar que havia dois tipos de testemunhas: as vítimas, que prestavam suas testemunhas de forma voluntária, e os agentes da ditadura, que eram convocados a testemunhar através de notificação pelo Departamento de Polícia Federal (DPF). Os agentes também tiveram por segurança informações como seus nomes em sigilo que testemunharam, divulgando apenas as informações prestadas à Comissão. Em outras palavras: pela lei os nomes eram protegidos, apenas seus testemunhos eram públicos.

No primeiro Tomo, do primeiro Volume do Relatório Final, já se menciona a Operação Marumbi. Na seção sobre DOI-CODI da 5ª Região Militar de Curitiba, a CNV destaca como se organizavam os vários membros de repressão que logo dariam início a Operação Marumbi. Além do próprio DOI-CODI havia também o DOPS/PR e

a Secretaria de Segurança Pública do Paraná (SSP/PR) sendo está última uma instituição com funcionamento até os dias atuais (CNV, 2014a, p. 157).

Vale destacar o nome de um dos oficiais que atuou comandando a operação, o tenente-coronel Zuiderzee Nascimento Lins, cujo a atuação de comandante da Operação Marumbi através do DOI-CODI, até o dia 5 de janeiro de 1978, lhe concedeu um lugar no SNI. A Comissão da Verdade também afirma que membros do DOI-CODI do II Exército de São Paulo também participaram da Operação. Há também uma breve descrição da Clínica Marumbi, que apesar de sua localização nunca ter sido identificada com precisão, descreve-se como um local de interrogatório e tortura (Brasil, 2014, p. 157), como outros tantos aparelhos clandestinos de repressão. Neste sentido, vale citar o depoimento de Paulo Malhães¹⁸ à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RJ), apensado ao relatório do CNV, sobre o *modus operandi* da tortura:

CEV-RJ: Qual o interesse em fazer isso [prender uma pessoa] em uma casa e não em uma própria unidade militar?

Paulo Malhães. Porque você causa pavor no interrogado. Ele vê que você está sendo...

CEV-RJ: Ele acha que vai morrer?

Paulo Malhães: Quando o cara entra no quartel ele sabe que está seguro. Ele acha que está seguro, que ninguém vai matar ele dentro do quartel. Quando você prende ele em uma casa, “por que me trouxeram para cá e não me levaram para o quartel?”.

CEV-RJ: Aí é o pavor.

Paulo Malhães: “Se estão me trazendo aqui e porque vão me levar para outro lugar.” E a gente ameaçava com isto, né? “Você já viu que você está preso, mas não está preso no quartel. Você está preso em uma casa. Daqui você pode ir para qualquer lugar. Aqui você não está inscrito em nada.”

[Paulo Malhães, depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro em 18 de fevereiro de 2014. Arquivo CNV, 00092.002760/2014-83.] (CNV, 2014a, p.302).

A Operação Marumbi é novamente exposta no tomo 2 do primeiro volume do relatório final da CNV, em uma sessão destinada exclusivamente para a Clínica Marumbi. Mas antes de aprofundar na Clínica, retomo algumas páginas anteriores para analisar o que o CNV chamou de centros clandestinos, ou como foi nomeado nesta dissertação como aparelhos clandestinos de repressão e tortura. Na página 792 do *Relatório* (2014b) na seção: “A estrutura clandestina”, deixa claro que apesar de não utilizar o termo aparelho como foi denominado e descrito no *Brasil: nunca mais*, a

¹⁸ Paulo Malhães, tenente-coronel reformado, foi agente do Centro de Informações do Exército (CIE) durante a ditadura militar. Um mês depois de depor à comissão, Malhães foi encontrado morto.

comissão em seu trabalho de analisar os aspectos da Ditadura Militar, conseguiu captar bem o que eram esses aparelhos, muitos feitos em locais, que de fato, eram clandestinos.

Fica claro que as intenções da clandestinidade eram facilitar os processos de adquirir informações e reprimir presos políticos através de coerção até tortura de forma mais brutal. Segue adiante um trecho que expõe as funções de tais estruturas clandestinas descritas pela CNV:

Ao contrário de operações de grupos paramilitares ou milicianos, as ações que tiveram como palco os centros clandestinos foram frutos de uma política de repressão das Forças Armadas, e do conhecimento e da aprovação das instâncias de comando, como comprova este Relatório. Tiveram, dessa forma, funcionamento regular e controle de prisões e deslocamentos de presos, com o consequente fluxo de informações entre os órgãos de segurança do regime (CNV, 2014b, p. 792).

Este trecho nos permite também perceber que tais aparelhos não agiam de forma desconexa e sem conhecimento das autoridades militares envolvidas: apesar de clandestinos, eles tinham funções burocráticas e de coleta de inteligência para as Forças Armadas; pertencendo de modo efetivo ao sistema político de governo da época. Além disso era importante a participação de civis nesses locais clandestinos, sua presença era essencial para permitir a ocupação do local, muitas vezes fazendas ou casas disponibilizadas por colaboradores para serem esses centros de coletas de informações e torturas. A clandestinidade e a ajuda de civis permitiram que não só as atividades, mas também o anonimato em caso necessário fosse mantido; isso explica por que a Clínica Marumbi, estudada nesta dissertação, ainda não foi precisamente localizada.

Estruturaram-se em imóveis disponibilizados por particulares, que funcionavam como órgãos de tortura e execução, para que seus comandantes não fossem identificados, como ocorreria se tais práticas fossem perpetradas em quartéis e delegacias. De uma maneira geral, a escolha desses locais tornava a posição do preso político mais frágil – e com sensação ainda maior de impotência, contribuindo para a ocultação dos torturadores e, principalmente, da cadeia de comando, assim como para a eliminação de pistas que levassem a identificação dos militantes presos e as circunstâncias em torno das prisões, torturas, mortes e desaparecimentos forçados (CNV, 2014b, p.792).

Ao pesquisar no relatório final, tomo 2 do primeiro volume, encontram-se breves menções ao termo aparelho, sendo que a presente pesquisa deve ser cautelosa para não confundir Aparelhos de Repressão com aparelho/objetos de tortura. É o que

se pode atestar, no depoimento do então general Adyr Fiúza de Castro, por exemplo, à CNV:

nós [do CODI] cedemos umas dependências na Barão de Mesquita ao CIE para eles fazerem uma espécie de “cela preta”, que aprenderam nos Estados Unidos e na Inglaterra. Mas o CIE tinha autonomia para trabalhar em qualquer lugar do Brasil. Eles tinham aparelhos especiais, não oficiais, fora das unidades do I Exército, para interrogatórios [...]. Como a Casa de Petrópolis (CNV, 2014b, p. 797).

O termo aparelho não é apenas utilizado para indicar lugares clandestinos de repressão e tortura, mas também centro de reunião e agrupamento de militantes e pessoas opositoras ao regime. Adotamos o termo Aparelhos de Repressão e Tortura, pois se encaixa principalmente no *modus operandi* dos membros responsáveis da Ditadura Militar.

Comissão Nacional da Verdade: Esses aparelhos como a Casa de Petrópolis, eram do conhecimento de quais autoridades dentro das Forças Armadas? Quer dizer, os ministros sabiam? O ministro do Exército sabia da existência?

Paulo Malhães: Deveriam saber. Alguns deles, eu sei que sabiam. Mas deveriam saber, todos eles. Se não sabiam foi erro. [...]

Comissão Nacional da Verdade: Mas quem era o chefe da Casa de Petrópolis?

Paulo Malhães: O chefe da Casa de Petrópolis era o chefe de contrainformações.

Comissão Nacional da Verdade: Quem era?

Paulo Malhães: Era o coronel [Cyro Guedes] Etchegoyen

[Paulo Malhães, depoimento concedido à Comissão Nacional da Verdade, no Rio de Janeiro, em 25/3/2014. Arquivo CNV, 00092.000732/2014-21.] (CNV, 2014b, p. 302).

Vale ressaltar que, com o trabalho da CNV sobre os aparelhos, muitos dos que foram descobertos se tornaram locais públicos e de memória mediante o Artigo 3º da Lei 12.528/2011, a mesma Lei que permitiu à CNV cumprir seu papel para expor as violações dos Direitos Humanos (1948) durante a Ditadura Militar.

3.3. COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO PARANÁ – “TERESA URBAN”¹⁹

A Comissão Estadual da Verdade do Paraná tem um contexto semelhante com a Comissão Nacional. Denominada por Teresa Urban, a Comissão foi instituída por intervenção do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça, temas centrais das comissões da verdade em todo mundo. Portanto foi sancionada pelo então Governador Carlos Alberto Richa a Lei Estadual nº 17.362, de 27 de novembro de 2012.

Súmula: Cria a Comissão Estadual da Verdade no âmbito do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada a Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU. (Lei Estadual nº 17.362/2012, Casa Civil, 2012)

Só depois de dois anos, durante o ainda governo de Carlos Alberto Richa, a Casa Civil determinou via decreto de lei renomear a Comissão Estadual da Verdade para Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban.

Súmula: Dispõe que a Comissão Estadual da Verdade, criada pela Lei nº 17.362, de 27 de novembro de 2012, passa a denominar-se Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban, e adota outras providências (Decreto 10941/14, 2014).

A comissão Estadual da Verdade do Paraná tem seu corpo constituído por Ivete Maria Caribé da Rocha,²⁰ José Antônio Peres Gediel,²¹ Márcio Mauri Kieller Gonçalves,²² Maria Aparecida Blanco de Lima,²³ Olympio de Sá Sotto Maior Neto,²⁴ Pedro

¹⁹ Por que nomear a CEV-PR de Teresa Urban? Quem foi ela? Um dado biográfico significativo, e que se cruza diretamente com a história da ditadura militar brasileira, é que no dia do golpe, em primeiro de abril de 1964, Teresa Urban ingressava, na Universidade Federal do Paraná (UPFR), no curso de jornalismo. Teresa se forma em 1967 e durante sua existência como universitária participou da Ação Popular (AP) e da Organização Revolucionária Marxista Política Operária, POLOP (CEV-PR, 2017, p.36). Em decorrência das suas alianças e visões políticas, Teresa se tornou militante e fez parte da resistência contra o regime militar, até que foi presa, torturada e exilada para o Chile em 1970, onde residiu até 1972, quando retornou ao Brasil. Em 1975, ela retorna à legalidade na sua vida militante (Conradi, 2016). Com o trabalho das Comissões, Teresa Urban e outras vítimas e os próprios militares foram postos “[...] face a face com a ditadura civil-militar e a transição democrática e com a questão acerca do dever de investigar e punir os crimes cometidos em nome do “terror de Estado”, (a institucionalização de ações repressivas por meio de leis, prisões, sequestros, desaparecimentos forçados, tortura, execuções e julgamentos sumários)” (CEV-PR, 2017, p. 36). Teresa Urban veio a falecer em 2013, vítima de um infarto aos 67 anos, deixando um legado de luta pelas causas sociais e ambientais.

²⁰ Advogada e integrante do Comitê de Refugiados do Paraná;

²¹ Procurador de justiça e professor de direito da UFPR;

²² Bancário e vice-presidente da CUT no Paraná

²³ Desembargadora do Tribunal de Justiça;

²⁴ Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná

Rodolfo Bodê de Moraes²⁵ e Vera Karam de Chueiri,²⁶ sendo nomeados por Decreto de Lei nº 7128 de 28 de janeiro de 2013.

Com o objetivo de analisar as graves violações aos Direitos Humanos (1948) praticados no Estado do Paraná durante o período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988, a Comissão Teresa Urban visava, do mesmo modo que a Comissão Nacional da Verdade (CNV), dar voz aos indivíduos e suas famílias, relatando os acontecimentos da época da Ditadura Militar, e travando assim uma batalha contra o esquecimento. Para isso o relatório a ser utilizado nesta dissertação foi elaborada de acordo com os trabalhos de diversos setores monitorados pelos membros da Comissão, sendo então dividido o relatório final em dois volumes e 11 capítulos, seis capítulos no volume um, e cinco no volume dois. É digno de nota que as ações e trabalhos da Comissão Teresa Urban eram previstas em Lei, decorrentes de acordo com as demandas da sociedade civil e seus diversos setores, principalmente pelo Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça (CEV-PR, 2017a, p. 21)

Para desenvolver melhor o trabalho da Comissão, foram estabelecidos grupos de trabalho (Gts) por temas para que, assim, cada grupo se dedicasse a uma coleta de relatos específica. Os grupos são: Ditadura, Sistemas de Justiça e Repressão; Graves Violações a Direitos Humanos; Operação Condor; Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura; Segurança Pública e Militarização e Violações de Direitos Humanos no Campo e Povos Indígenas.

O próprio documento da Comissão Teresa Urban, nos afirma que as determinadas ações da Justiça de Transição, tiveram a eficácia mais tardiamente que em países como Chile ou Argentina (CEV-PR, 2017a, p. 24). Essa justiça tardia se deve as estruturas e os acordos dos militares com outros setores da sociedade, resumidamente os acontecimentos só tiveram sucesso no momento que foi ignorado a chamada Lei da Anistia, ou seja, Lei nº 6.683/1979.

É essencial, que as decisões dentro das Comissões da Verdade sejam elas Estaduais ou Nacional, foram tomadas com o principal objetivo de impedir um passado como a Ditadura Militar se torne realidade no tempo presente ou futuro. Assim sendo a Comissão Teresa Urban busca mecanismos de justiça, para impedir o levante de pensamentos ou movimentos de cunho ditatoriais.

²⁵Professor do setor de Ciências Humanas da UFPR e especialista em violência, falecido em decorrência de câncer no pâncreas.

²⁶Professora e vice-diretora do Setor de Ciências Jurídica da UFPR

Há um porém: como já era previsto, os mecanismos de justiça de transição têm encontrado dificuldade de serem construídas e exercidas, isso deve ao fato das diversas ideologias e mentalidades que variam de locais como cidade e Estado e em toda sociedade brasileira. Mas isso só pode ser usado como meio de redobrar as ações das Comissões, e com muito esforço conquistar os espaços democráticos de forma que visa protegê-los (CEV-PR, 2017a, p. 25).

Vale ressaltar que o trabalho das Comissões por mais essencial que seja para a Justiça de Transição, ela não agiu sozinha, sendo auxiliada por diversas áreas e setores da sociedade, sejam elas oficiais ou de domínio público. É o caso de arquivos públicos e particulares, bibliotecas públicas e particulares, Ministério Público estadual e federal, universidades públicas e privadas, Ordem dos Advogados do Brasil, centrais sindicais e sindicatos, Grupo Tortura Nunca Mais. Mostrando assim o empenho que toda sociedade brasileira teve com sua dedicação as Comissões da Verdade, Nacional ou regional.

3.3.1 Operação Marumbi

Quando se pesquisa sobre a Operação Marumbi no primeiro volume do Relatório, ela aparece apenas em oito menções, enquanto a Clínica Marumbi aparece somente quatro vezes. Analisando com cautela o que essas menções trazem, descobriu-se o seguinte: primeiramente que muitos relatos da Operação vêm de sobreviventes cujos relatos fazem parte do Grupo de Trabalho (GT) “Graves Violações dos Direitos Humanos”. Esses relatos também fazem referência à existência da Clínica Marumbi, onde eram realizadas as torturas pelo DOI-CODI.

Há relatos da prisão do juiz Aldo Fernandes durante a Operação, sendo levado do Tribunal de Justiça em Curitiba pelos militares. O magistrado foi então indiciado no Inquérito Policial nº 06/75 (DOPS-PR), e sofrendo torturas como relatado por sua família, Aldo seria perdoado apenas em 1977 e 1979, pelos Conselho Especial de Justiça Militar e pelo Superior Tribunal Militar respectivamente. “A família relata que, nessa ocasião, o juiz Aldo Fernandes sofreu tortura, mas que se recusava a falar sobre isso” (CEV-PR, 2017a, p. 65).

Há também a aposentadoria compulsória de Noel Nascimento, mesmo não tendo um delito em seu nome sofreu tamanha punição. Mas seu contato com a Operação Marumbi acontece em 1975, quando, conforme o Ofício nº 89 de 16 de outubro

de 1975, assinado por Zuiderzee Nascimento Lins, para novamente prender Noel Nascimento. Após a Lei da Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979), em 17 de março de 1981, obteve sua reintegração aos quadros do Ministério Público.

A primeira parte do Relatório final da Comissão Teresa Urban, na seção da Operação Marumbi, há uma breve lista de recomendações feita para futuras pesquisas sobre a Operação Marumbi e Clínica Marumbi:

Recomendações específicas:

- a. Aprofundar as investigações referentes ao uso do quartel da Polícia Militar, localizado à época na praça Rui Barbosa, em Curitiba, em instalações militares no interior do Estado, como no mencionado 30º Batalhão de Infantaria Motorizada, em Apucarana;
- b. Aprofundar a investigação sobre o local e a cadeia de responsabilidades sobre a denominada Clínica Marumbi, reiteradamente apontada como local de tortura;
- c. Acompanhar, junto à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, os inquéritos policiais em curso ou que venham a ser instaurados sobre o caso;
- d. Identificar os agentes e a cadeia de comando, bem como apurar sua responsabilidade por crimes de lesa-humanidade;
- e. Apurar a responsabilidade pelo uso, com desvio de finalidade, de instalações do Exército Brasileiro para tortura de cidadãos por motivos políticos;
- f. Organizar um centro de memória no município de Curitiba;
- g. Exigir do governo do estado do Paraná, do governo federal a colaboração para a construção do referido centro (CEV-PR, 2017a, p. 137).

Já na parte dois do relatório a Operação Marumbi aparece apenas 6 vezes, enquanto não há menção à Clínica Marumbi. Parece que ao pesquisar a Operação Marumbi, muitos dos relatos colhidos resultaram de forma frustrante, já que parece que os militares estavam um passo à frente perante a possível ocultação de documentos que prova a Operação como um todo e a própria Clínica Marumbi, inclusive seu local.

Deve-se lembrar que a Operação Marumbi foi apenas uma dentre várias operações de caça a comunistas, ou subversivos, mesmo que muitos deles não eram necessariamente comunistas. A Comissão, ao montar o relatório, trouxe consigo alguns nomes e perfis que foram perseguidos durante a Operação Marumbi.

Elizabeth Franco Fortes Nascimento, uma das perseguidas na época, tinha 29 anos quando se iniciou a Operação Marumbi, morava no interior do Paraná, estudante da Universidade Federal do Paraná (UFPR), não era filiada a nenhum partido, apenas fazia parte do Movimento Estudantil. Foi presa duas vezes em 1968: Presídio

Bandeirantes em São Paulo (uma semana); e ainda em 1968: Presídio do Ahú (um ano e 6 meses), depois de liberta passou por dificuldades de regressar à universidade. Aqui um trecho do seu relato:

Ao ser perguntada sobre como era o comportamento dos jornalistas na época da ditadura, Elizabeth afirmou que a maioria publicava somente o que era permitido ou se calava. Na época da “Operação Marumbi”, ela já não militava mais no Movimento Estudantil, participando apenas como cidadã (CEV-PR, 2017a, p. 320).

Tendo o relato anterior pode-se perceber que a Operação Marumbi seguia com a intenção de prender qualquer indivíduo possível que fossem suspeitas suficiente para chamar a atenção dos oficiais, independente de suas alianças ou crenças, o que importava para os militares era eliminar qualquer ameaça comunista presente na sociedade e assim garantir a ordem capitalista vigente.

3.4 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)

O “ministério do silêncio”, assim denominado e idealizado por Golbery (Gaspari, 2014; Arquidiocese de São Paulo, 1995) foi o mais desafiador, pois o SNI não deixou registros em formas de livros para descrever seus propósitos e objetivos, ou história; pelo contrário, seus documentos apenas demonstram a indiferença com os cativos que estavam sendo torturados e julgados nos porões da ditadura.

Organizado mesmo antes do Golpe de 1964, o SNI foi formulado pela Escola Superior de Guerra (ESG) com as intenções de ser parte da comunidade de informações e inspirada nas atividades da CIA, a inteligência norte-americana, visava-se instaurar um sistema de inteligência que pudesse coletar informações e usá-las no combate contra o comunismo em contextos de Guerra Fria (Carvalho, 2023).

Criado por Lei em 13 de junho de 1964, com um orçamento secreto o que permitia que os agentes do SNI atuassem de forma implacável. A máquina de coletar informações e tornar essas mesmas informações em dispositivos de guerra demonstra o tom de crueldade com que agiam os militares. Não era função do SNI coletar informações de subversivos, mas de forma preventiva, impedir, manipular, e reprimir qualquer tipo de ação subversiva no país com a segurança da Lei de Segurança Nacional.

Dito pelo Projeto A do Brasil: nunca mais, a função principal do SNI seria “estudar” a vida dos militares e civis que eram indicados para trabalhar no administrativo (Arquidiocese de São Paulo, 1995), ou em palavras mais diretas um sistema de espionagem para a estrutura interna do governo, até que serviu para estruturas externas também. Todas essas mudanças acontecem durante o governo Médici, o qual amplia o poder do SNI no Administrativo Civil, para também uma Divisão de Segurança e Informação.

Com seu poderio de vigilância, o SNI atuou para as implicações de determinados fatos, e se por acaso ocorresse prisões ou inquéritos policiais, o SNI transferiria dados para os órgãos competentes, assim sendo o julgamento de um subversivo estava mais nas mãos dos agentes do SNI que dos seus advogados. Claro que isso era apenas uma das ações desses agentes, muitos dos quais também subjugavam e permitiam interrogatórios em seus estabelecimentos.

Aliás, é com o governo Médici que é criado o SISNI (Sistema Nacional de Informações), neste sistema o órgão central é o SNI, sendo chefiado pelo general Carlos Alberto Fontoura (Carvalho, 2023). Mas também estaria vinculado ao SISNI o Centro de Informações do Exército (CIE); Centro de Informações da Marinha (Cenimar), Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), entre outras organizações. O SISNI acompanhado do SNI tinha o objetivo de coletar e controlar informações em uma guerra psicológica organizada pela esquerda armada (Carvalho, 2023, p. 107).

Essa busca pela coleta de informações para serem usadas como táticas de guerra contra as ditas guerrilhas de uma esquerda armada deu origem a várias operações de informações. Essas operações tinham três objetivos principais: dissuadir e direcionar um adversário para desintegrar sua unidade; segundo objetivo de desorientar os adversários assim permitindo um ataque maximizado; e por último controlar as comunicações e redes impedindo os guerrilheiros de se organizarem e montarem um levante (Carvalho, 2023, p. 110). Pode se concluir que mais que uma batalha em campo aberto, era também uma guerra de espionagem, onde informações e conhecimento eram tanto objeto a serem coletados quanto armas a serem utilizadas no campo de batalha.

Em toda atuação das operações de informação, pode se notar que elas estiveram atuando em duas frentes, uma pelo SISNI onde centralizava o SNI, e uma segunda frente do Sistema de Segurança Interna, ou SISSEGIN, representada pelas

forças dos DOI-CODI, sob comando do Exército (Carvalho, 2023). Além de serem forças de repressão, os DOI-CODI também agiam conforme o DOPS, organizações que passavam informações para construção de inquéritos jurídicos, estes depois eram passados para órgãos da justiça.

É através desses Inquéritos Policiais Militares (IPM's) que depois de anos após o fim da Ditadura Militar, e com a promulgação da Lei de Acesso à Informação, que muitos desses documentos produzidos pelo SNI se tornaram públicos, permitindo às pessoas terem acesso a uma memória que se tentava esconder e apagar.

Na Universidade Estadual de Londrina (UEL), um acervo arquivístico do SNI foi disponibilizado, mostrando o benefício da Lei de Acesso à Informação. No Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH),²⁷ cujo acervo é composto de 7 mil arquivos, sendo que até o momento, cerca de mil deles foram catalogados. No entanto, para os propósitos da pesquisa desta dissertação, nós nos valem do acervo disponibilizado pelo Arquivo Nacional, mediante o SIAN.

Devido a atuação do SNI durante os anos polêmicos de Ditadura Militar, muitos dos seus métodos de atuação, para além da tortura ou interrogação via submissão e humilhação, ainda estão sendo descobertos, a aplicação da Lei de Acesso à Informação é um grande passo para o aprofundamento e descoberta de como os agentes do SNI aplicavam seus objetivos tudo sob uma falsa pretensa de proteger o país da ameaça subversiva.

²⁷ Convém situar historicamente o Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH), da UEL. Nos anos sessenta do século XX, um grupo de professores da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, promoveram uma enorme coleta de documentos e outros materiais para a fundação do Museu e Arquivo Histórico. Em 1973 o acervo do Arquivo Histórico foi transferido para a universidade (UEL), onde continuou recebendo material para o acervo. Em meados dos anos oitenta, os professores de História do Departamento de História e Filosofia reativaram o acervo do Arquivo, com ajuda de estagiários, estudantes e outros professores, o Arquivo foi reestruturado em Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH). No ano de 2016, passando por uma transformação administrativa pela Resolução CEPE/CA Nº 072/2016, a qual cria o Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica (NDPH) e o vincula ao Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas da UEL. Sua gestão também passou a ser feita por um diretor e um vice, assessorados por um Conselho de Núcleo com funções deliberativas. Em 2024 em uma nova resolução, voltada a sua nomeação, foi determinado chamar o NDPH de Enezila de Lima. Falecida professora em 2022 que contribuiu com o crescimento do Arquivo desde 1983. Mas ao decorrer dessa pesquisa não será utilizado o Acervo do SNI do NDPH. Devido às demandas que a pesquisa exige é preciso recorrer ao acervo online do Arquivo Nacional – SIAN, que permite uma pesquisa mais rápida e elaborada. Ainda assim o Acervo do NDPH é um marco histórico para a transparência para o fácil acesso a esses documentos ao público e principalmente para pesquisadores.

4 ANÁLISE DOCUMENTAL

Neste capítulo foi realizado uma etapa central desta pesquisa: a análise e compreensão dos documentos coletados das bases documentais. Será levado em consideração que muitos desses materiais foram encontrados em sistemas *virtuais*, principalmente os arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e das Comissões da Verdade, ambos fundos arquivísticos sediados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), e também os arquivos do Projeto Brasil: nunca mais (que não estão no SIAN). O SIAN se tornou então uma ferramenta fundamental deste trabalho, o que permitiu uma coleta e análise das informações contidas nos arquivos e documentos.

A partir dessa coleta de documentos, foi realizada uma análise de conteúdo e comparativa. Primeiramente o conteúdo que buscou analisar são aqueles que envolvem a Operação Marumbi e a Clínica Marumbi. Mas também coletar informações sobre tortura, relatos dos detidos durante a operação, entre outros. Depois dessa coleta detalhada de informações, parte-se para uma análise comparada onde será de extrema importância levar em consideração os dados que as bases documentais trazem para a pesquisa, e como essa diversidade afeta a análise feita dos documentos. Por exemplo, já foi deixado claro que no Brasil: nunca mais são relatos coletados dos autos processuais, sendo essa coleta feitas pela equipe do Brasil: nunca mais (BNM) cujos membros são principalmente civis, enquanto o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi realizado pelos próprios militares e simpatizantes e contratados; essa diversidade permitirá diferentes resultados na análise a ser feita neste capítulo.

Uma última consideração antes de iniciar a análise documental propriamente dita: para uma melhor estruturação da compreensão dos documentos foi necessário a criação de alguns quadros (cf. Apêndices A, B, C, D, E). Esses quadros subsidiariam a forma de comparar e analisar qualitativamente os documentos a serem selecionados para esta pesquisa. Para isso será feita três quadros de acordo com as bases documentais, e dois para auxiliar na análise comparativa dessas bases (como já dito antes, a partir de amostragem).

O primeiro quadro (Apêndice A), e o mais extenso, conta com os documentos localizados no acervo do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Nesta tabela estão contidos os documentos referentes ao Serviço Nacional de Informações

(SNI) encontrados no fundo arquivístico de mesmo nome (BR DFANBSB V8). Para a coleta foi utilizado duas palavras-chaves principais: “Operação Marumbi” e “Clínica Marumbi”. Essa busca utilizando palavras-chaves permitiu uma extração mais rigorosa, permitindo uma coleta seletiva e amostragem. Mas para o quadro, foram considerados outros fatores, à medida que o pesquisador se familiarizava com os documentos (Cellard, 2012). Foram utilizadas e criadas colunas como Ano, Nome, Laudas entre outras para categorizar os documentos.

O segundo quadro (Apêndice B) refere-se ao Brasil: nunca mais, principalmente o Projeto A. Em pesquisa prévia foi descoberto que muitos desses documentos estavam no Relatório do Projeto A, e, portanto, sua consulta foi feita inteiramente online. Isso permitiu, mesmo que com certa dificuldade, uma análise via palavras-chave, também, como mencionado anteriormente, utilizando “Marumbi” como denominador comum. Mas para esse quadro foram utilizados outros critérios, como tomo, volume e página para a localização; Nome; Idade; quantas vezes a expressão “Marumbi” é mencionada, e tipos de tortura, criando assim um quadro mais detalhado. Seu principal objetivo foi identificar os nomes dos presos e indiciados na Operação Marumbi que relataram episódios de tortura.

O terceiro quadro (Apêndice C) se refere às Comissões da Verdade, exatamente a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. O quadro foi dividido em duas partes para cada comissão, onde estão localizados a Seção, quantas vezes se menciona “Marumbi”; a página, volume e por fim ano.

O quarto quadro (Apêndice D) é uma comparação entre os arquivos BNM e SNI. Neste quadro encontram-se os nomes descritos na tabela do BNM (Apêndice B) acompanhado dos documentos do SNI (Apêndice A), foi investigado onde esses nomes aparecem e selecionados portanto os documentos que têm esses nomes. Esta tabela permitirá uma análise comparada mais completa, e permitirá uma fácil seleção de documentos a serem usados na pesquisa.

O quinto e último quadro (Apêndice E), consiste em uma junção comparativa dos dados do Apêndice B com o Apêndice C. Ele foi concebido utilizando os nomes que aparecem no Relatório do Projeto A do Brasil nunca mais, com a quantidade de menções ou depoimentos nas Comissões da Verdade. Assim foi formado um quadro com os nomes e quais dessas pessoas prestaram depoimento aos grupos das

Comissões da Verdade, permitindo o estabelecimento da seleção intencional dos documentos, apresentados a seguir.

Isto posto, passemos à análise propriamente dita dos documentos que sustentaram a presente pesquisa de mestrado.

4.1. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN)

Para realizar a seguinte análise, foi necessário utilizar o SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional), por ser um sistema descrito como o principal meio de acesso a documentos nos acervos custodiados pelo Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. No Sistema do SIAN existem dois módulos de pesquisa: Fundos e Coleções, ou os Mapas. Como os Mapas não trazem resultado sobre a Operação Marumbi, foca-se apenas nos fundos e coleções.

Para a pesquisa no sistema foi utilizado duas abordagens: uma busca geral, e uma busca por um fundo mais específico, sendo os arquivos onde estão os documentos, neste caso SNI (BR DFANBSB V8) e Comissões Nacional e Paranaense da Verdade (BR RJANRIO CNV). É preciso salientar que os arquivos das citadas comissões não produziram resultados em quantidade expressiva (cf. APÊNDICE C). A busca foi feita pelas palavras-chaves: “Operação Marumbi”, apresentando 107 resultados, e “Clínica Marumbi”, apresentando apenas 10 resultados. Essa busca revelou outros fundos, ou seja, outros acervos documentais: o fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (BR DFANBSB Z4); o fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (BR RJANRIO TT); o fundo Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal (BR DFANBSB ZD), e por fim; fundo Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (BR DFANBSB H4).

Selecionou-se os acervos com menos documentos, neste caso a Secretária da Presidência, o Ministério da Justiça e o Ministério de relações exteriores. Daremos atenção primeiramente a estes para agilizar o processo, e assim permitir uma análise mais profunda dos outros acervos.

Inicia-se com o arquivo da Secretária de Assuntos Estratégicos da República, o documento (BR DFANBSB H4. MIC, GNC, NNN, 910009114) em questão do ano de 1991 traz em si o carimbo de confidencial sobre a publicação e lançamento do livro

Memórias Torturadas (e Alegres) de um Preso Político, de autoria Ildeu Manso Vieira, membro do Partido Comunista Brasileiro, lançado em 30 de abril de 1991. O documento parece ser construído todo em torno da coragem de Ildeu Manso Vieira, e sua dedicação de escrever como foi sua trajetória política e de prisioneiro político. Vale ressaltar que Ildeu, também foi preso durante a Operação Marumbi, como foi publicado pelo Jornal *Folha de Londrina* do dia 25/04/1991.

Em 1975 o jornalista e escritor mineiro Ildeu Manso Vieira, então com 46 anos, circulava com apreensão pelas ruas de Curitiba, onde morava. A Operação Marumbi desencadeada no Paraná para prender ativistas políticos à época ilegais partidos de esquerda, já estava a todo vapor. Centenas de pessoas seriam sequestradas pelos órgãos de segurança no segundo semestre daquele ano, nos quatro cantos do Estado [...] Todos de uma forma ou de outra seriam submetidos às torturas e no Paraná, 64 presos políticos acabariam respondendo a processo na justiça militar (Folha de Londrina, 25/04/1991 In BR DFANBSB H4. MIC, GNC, NNN, 910009114).

O pequeno trecho ao lado de uma breve descrição como Ildeu é um sobrevivente de uma época em que o silêncio era a melhor forma de garantir viver o dia a dia; em outro trecho desse mesmo artigo vemos que a edição da *Folha de Londrina*, também afirmava que o direito à força era maior que a força de direito.

Isso demonstra como a criação de uma organização, mesmo que clandestina operava para manter toda a sociedade por baixo do regime militar que se iniciara em 1964. E esse artigo jornalístico é de uma época após ditadura, mas que muitos de seus fantasmas ainda caminhavam pelas ruas de forma indiscreta, isto é, as consequências da ditadura ainda se faziam presentes à luz do dia e a olhos vistos. Alguns documentos do SNI que são posteriores ao fim da ditadura, servem para mostrar que ainda continuaram em atuação por muito tempo, até 1990, sob governo Collor.

Outro dado importante sobre Ildeu Manso Vieira é que no Inquérito Policial Militar (IPM) 745, referenciado no BNM como BNM 551, que é a cópia da Apelação n.º 41.949, de 13 março de 1978, ao Supremo Tribunal Militar (STM), da sentença condenatória, do qual ele foi um dos apelantes, ele foi o único que no Termo de Qualificação e Interrogatório, em 18 de maio de 1976, fez menção à Clínica Marumbi (BNM 551, p. 3143; com paginação manuscrita 2763). É ainda exemplar como no mesmo documento, para atestar sua inocência e honestidade, o apelante recorre a aspectos caros para o governo ditatorial militar de sua ideologia social:

[...] como prova de sua inocência quer o interrogando deixar consignado que é pessoa dedicada à família, não tendo nunca qualquer

atividade ilegal, acrescentando que tem endereço certo e profissão definida; que nesta oportunidade declara mais que sua família está prestes a se destruir em razão de sua prisão, esclarecendo que seus filhos por esse motivo deixaram os estudos (BNM 551, p. 3139; sem paginação manuscrita)

O fato de afirmar a inocência alegando para tais aspectos, isto é, dedicação à família, ter endereço e profissão definidas e que nunca se envolveu em atividade ilegal, apontam para a concepção de sociedade defendida pela ditadura militar, como defensora e salvadora da pátria. A ideia de democracia que o regime militar impunha à sociedade é sustentada por valores positivos, como defesa da família e do trabalho como pilares da sociedade. Da mesma forma para o endereço “certo”, isto é publicamente conhecido, permitindo sua fácil localização e também como sede do pilar familiar. De um ponto de vista dos valores negativos, contrários ao modelo de sociedade defendida pela ideologia militar, ter endereço e profissão definida indicam que o indivíduo não era um vagabundo, tanto do ponto de vista trabalho quanto da moral social; assim como a declaração de que não tinha envolvimento ilegal é uma negativa de qualquer vínculo com o PCB (embora fosse filiado ao MDB) e com os movimentos de subversão da ordem social. Apesar de se declarar inocente e honesto, com base nesses valores, isto não impediu que Ildeu Manso Vieira fosse preso, julgado condenado (daí a razão da apelação) e torturado, como se pode insinuar pela referência à Clínica Marumbi, aparelho clandestino da Operação de mesmo nome.

O segundo documento (BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.1100) é de um arquivo do Ministério da Justiça, documento de 1977, após a Operação Marumbi, mas que ainda detinha em seus elementos consequências da operação, é o caso do objeto do documento: Francisco Luiz de França (“Fagundes”). Francisco tinha sido preso na Operação Marumbi em 1975, sendo novamente preso em 1977 simplesmente por não estar em Prisão Provisória em Curitiba (Ahú) como havia sido determinado pela justiça militar no mesmo ano. No caso de Francisco, além de ser considerado um subversivo por ser membro do PCB, ele foi preso em 1975 e só dois anos depois teve sua sentença determinada. Foi uma forma de prisão preventiva em que não recebeu julgamento nem sentença, mesmo assim estaria proibido de sair em local público.

O caso de Francisco, que nem todo prisioneiro é tratado igual, mesmo com liberação do Diretor da Ahú, ele foi preso novamente enquanto lidava com assuntos

peçoais em Curitiba. Nem todo prisioneiro é igual, mas todo prisioneiro político ainda é assim um prisioneiro.

No Ministério de Relações Exteriores, o arquivo (BR DFANBSB Z4.SNA.OEP.6) contém 249 páginas, e quando pesquisado sobre Operação Marumbi ou Clínica Marumbi, aparece apenas uma reportagem do jornal *O Globo* do dia 07/02/1976.

Figura 3: Foto de presos políticos, identificados, no Presídio do Ahú



Fonte: Presídio do Ahú, Fórum Verdade, 2025.

Na reportagem vemos que Pedro, um prisioneiro político que tenta negar as acusações de vínculo com o PCB, descreve um sistema clandestino de tortura, que funcionaria junto a outros setores do governo militar como o DOI-CODI, isso demonstra que todos esses setores mesmo que distintos, agiam com cooperação para desmantelar qualquer subversividade que eles determinavam existir na sociedade

Agora partiremos para o acervo que tem mais documentos sem estar envolvido no SNI ou CNV, A Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal (BR DFANBSB ZD). Em alguns documentos desse acervo selecionados pode se perceber que a Operação Marumbi é citada mesmo que brevemente. É o caso do documento (BR_DFANBSB_ZD_0_0_0028a_0050_d0001), onde consta que o nome de Antônio Narciso Pires de Oliveira está marcado como preso durante a operação e que a mesma tinha objetivo de desarticular as ações do PCB. Em outro documento (BR_DFANBSB_ZD_0_0_0024a_0018_d0003) há um relato de como mesmo com o “sucesso” da operação, ainda haveria indícios que o PCB estaria se reorganizando.

Também é encontrado o nome de Edilson Leal de Oliveira no documento (BR_DFANBSB_ZD_0_0_0040a_0030_d0002), um jornalista editorial da *Folha de Londrina*, que mesmo não sendo preso durante a operação, foi investigado. Existem também documentos como (BR_DFANBSB_ZD_0_0_0024a_0101_d0003) que mostram a organização do Partido Comunista Brasileiro.

Partindo, do que se pode considerar uma pré-análise desses documentos que não estão nos acervos propostos para esta dissertação, é de esperar que o Brasil: nunca mais, ou o SNI ou as Comissões da Verdade apresentem documentos semelhantes e até mais aprofundados no tema da Operação Marumbi.

4.2 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)

A seguir serão analisados os documentos coletados via SIAN no fundo do SNI (BR DFANBSB V8), foram identificados 77 arquivos, mas apenas 69 foram localizados no SIAN (cf. APÊNDICE A), ao ser pesquisado a partir de palavras-chaves como “Operação Marumbi” e “Clínica Marumbi”. A primeira impressão é que os arquivos do SNI são mais completos do que os das Comissões da Verdade, que como é sabido, se baseou muito nos arquivos contidos no SIAN. Isso torna a situação curiosa, já que a expectativa era que as comissões trouxessem mais luz a esses documentos (cf. APÊNDICE C).

Como foi pré-estabelecido nesta pesquisa, a coleta de documentos sobre a Operação Marumbi foi determinante para sua realização, no entanto nem todos os documentos foram utilizados prevalecendo uma metodologia de pesquisa por amostragem. Para isso foram utilizados os quadros 1 e 4 dos respectivos apêndices para

viabilizar a amostragem dos documentos. O quadro 1 busca apresentar a relação de documentos do SNI disponibilizados pelo SIAN que tratam, direta e indiretamente, daquela operação. O quadro 4, por sua vez, consiste em um primeiro cruzamento de informações oriundas do relatório do Brasil Nunca Mais sobre as denúncias de tortura sofridas por presos durante a operação, como descritos no quadro 3, e do SNI, conforme já coletadas no quadro 1. O critério para estabelecer esse cruzamento foi a presença de relatos de tortura por presos durante a operação.

Dessa comparação entre os quadros 1, 3 e 4, foram selecionados quatro documentos para análise por tema e relevância, sendo que dois deles eram relatórios da operação. Sua relevância se justifica pelo fato de que, como tais, apresentam uma síntese razoavelmente completa da operação, desde sua concepção até sua conclusão. Claro que existe algum risco de omissão de dados e perda de algum detalhe, no entanto, está ali a consideração pelo(s) autor(es) daqueles textos do que era mais relevante a ser considerado às instâncias superiores. Os outros dois arquivos, um se utiliza do papel da mídia local para expor a atuação dos agentes da Operação Marumbi, e o outro trata das expectativas e receios dos militares sobre a atuação dos “subversivos” após a operação.

O documento intitulado “Operação Marumbi” (GNC.NNN.81000993) neste arquivo dividido em cinco partes conta por extenso como foi realizada a Operação e como foi descrita pelos militares. O documento “Atividades do PCB – Operação Marumbi” (GNC.AAA.75088865), dividido em três partes, da mesma forma que o documento citado anteriormente, carrega o desenvolvimento da operação sob a ótica de uma análise das atividades do PCB no Paraná. Já documentos mais curtos, como o “Desbaratado PCB no Paraná” (GNC.NNN.81001031) e o “Estimativa Sobre o Aumento ou Diminuição das Atividades Subversivas” (GNC.AAA.75088944) são os documentos selecionados mais curtos, contendo 5 laudas em média; entretanto parecem carregar o perfil ideológico de modo mais presente em seus relatos.

Começaremos o arquivo GNC.AAA.75088865. Ele é aberto com a Informação N.º 1737/116/ACT75, datado em 20 de novembro de 1975, e com o carimbo de protocolo do SNI, Agência Central, N.º 924631 de 21/11/75. O documento é o relatório das atividades de “desenvolvimento da operação ‘MARUMBI’ e mostra a estrutura montada pelo PCB no Paraná, bem como as principais atividades que vinham sendo desenvolvidas ultimamente pelo ‘Partido’ neste Estado”. Esse arquivo contém mais de

198 páginas, e foi dividido em 3 arquivos sob mesma identificação. É um documento extremamente detalhado, que conta não só como foi a Operação (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975, laudas 2-8), mas também o que causou essa operação, como já foi tratado na dissertação, havia um temor que o PCB voltasse a se organizar, assim foi lançada uma série de operações para impedir esse levante. O “Partido” como é definido no documento, parecia ver na vitória do MDB uma chance de se reorganizar (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975, laudas 8-38). Em nenhuma das laudas do relatório, e na verdade de todo o arquivo, a Clínica Marumbi é mencionada.

A primeira parte dele consta com uma capa, datada de 1975, provavelmente em 26 de novembro daquele ano (não dá para saber ao certo, pois está borrado) e de um relatório de 73 páginas. Na capa consta também uma descrição do objeto desse documento, já que a 5ª RM/DE, de Curitiba, estabeleceu que o relatório fosse distribuído aos escalões superiores e órgãos de inteligência; descreve também como a operação Marumbi se desenvolveu e como o PCB se estruturava no Paraná e principais atividades deste, que eles assumem chamar de “Partido”, destacado pelas aspas, provavelmente por sua clandestinidade.

O Comando da 5ª RM/DE elaborou, para remessa aos escalões superiores e distribuição aos O.I. da área, o R.E.I Nº 1/75 (cópia anexa), no qual relata o desenvolvimento da operação “Marumbi” a mostra a estrutura montada pelo PCB no Paraná, bem como as principais atividades que vinham sendo desenvolvidas ultimamente pelo “Partido” neste Estado (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 2).

O relatório, nomeado Relatório Especial de Informações nº 1/75, nos dá o contexto de toda Operação Marumbi, seus objetivos como “desarticular e neutralizar o PCB no Estado do Paraná” e “mostrar a estrutura montada pelo PCB no Paraná”. Esses objetivos evidenciam que a Operação tinha a intenção de “proteger” a sociedade de partidos e subversivos clandestinos, uma vez que seus militantes eram vistos não apenas como opositores ao regime de ditadura, mas como subversivos prontos a desmantelar a sociedade, pelo menos seu modelo tal como era ideologicamente defendido e propagandeado pelo regime; o que exige, ao mesmo tempo, que havia a função policial de vigiar a sociedade para mantê-la nas normas e o no ideário estabelecido pelo governo militar, como já observado por Cardoso (1975), Fernandes (1982), Bicudo (1984), Neves Júnior (2021).

Os antecedentes da Operação Marumbi como descritas neste relatório são os acompanhamentos pelos Órgãos de Informações que tinham a suspeita de que o PCB estaria com objetivos de fortalecimento no Paraná, além dessas suspeitas havia ocorrido prisões em outros Estados como da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Ao que tudo indica essas prisões e a coleta dos órgãos de informações foram essenciais para montar o argumento que haveria um levante do PCB na região do Paraná e que por isso haveria necessidade de uma operação nas proximidades (Neves Júnior, 2021):

[...] a 5ª RM/DE, apercebendo-se do quadro que se apresentava no Paraná, apressou a montagem de uma estrutura adequada ao combate direto à subversão e ao terrorismo, instalando o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), a Central de Informações (CINFO) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI), respectivamente a 6 Mai, 15 Mai e 30 Jun, tudo de 1975 (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 3).

Percebendo de um possível levante subversivo, a 5ª RM/DE montou uma estrutura de combate à subversão e principalmente ao terrorismo que poderia crescer no Estado. Foram montados o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), um Centro de Informações (CINFO) e o Destacamento de Operações de Informação (DOI), dentro do período de 6 de maio até 30 de junho no ano de 1975 (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 3). A rapidez com que foram criados esses aparelhos e órgãos de defesa e informação passa a noção de usar fogo contra fogo, isto é, que eles estavam dispostos ao uso da violência de forma mais bruta para combater um inimigo que até então não parecia ter dado mostras de sua intenção (Cardoso, 1975; Martins, 1988; Sá Motta, 2000; Godoy, 2014), a não ser da suspeita da infiltração do PCB no MDB, pelo menos desde as eleições de 1974.

O próprio documento afirma que com tal estrutura, principalmente do DOI, a operação podia ser planejada e desencadeada. Assim, foi feita uma “ampla pesquisa” (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 4) a partir dos órgãos de inteligência e informação com o objetivo de fazer um levantamento preliminar de suspeitos membros do PCB. Aqui se pode notar algum elemento ideológico, pois o relator trata a ação de espionagem como um ato praticamente científico, neutro e objetivo, bastante de acordo com o ideário positivista apregoado pelas lideranças militares (cf. Neves Júnior, 2021). Dito isso se revela que na

investigação realizada principalmente pelo DOI, visava-se localizar e confirmar a militância de membros do PCB, e utilizando os membros localizados buscava-se também membros mais importantes do partido.

Em algumas páginas estão os nomes dos detidos e suas respectivas funções e objetivos dentro do PCB. E em um dos anexos de GNC.AAA.75088865, vale mencionar, aqueles nomes foram divulgados pela 5.^a RM à imprensa, confirmada em artigo do Jornal *Gazeta do Povo*, p. 8, em 14 de novembro de 1975, com o título “5.^a RM desbarata comunismo no Paraná”, no qual informa os “nomes das pessoas envolvidas e o comportamento de cada uma delas na trama subversiva que se desencadeava” (SNI. Íntegra de Comunicado à imprensa. GNC.AAA.75088865, 1975, lauda 192; cf. também o arquivo do SNI. Desbaratado PCB no Paraná. GNC.NNN.81001031), indicando, juntamente com o título (que tem uma carga dramática), o viés ideológico implicado na ação contra o que chama de trama subversiva realizada pelos supostos militantes do PCB no Paraná. Assim, pode-se confirmar que o relatório feito pelas redes de inteligência, descreveram detalhadamente como os membros presos na Operação Marumbi, tinham arquitetado suas próximas ações e como eles teriam executado essas mesmas ações.

O relatório chega a conclusões que confirmam que o objetivo da Operação Marumbi não era apenas dismantelar um “Partido” como eles mesmo descrevem, mas também contar com apoio do DOI e do CODI para ajudar a destruir e dismantelar “a trama subversivo-comunista articulada no Estado do Paraná” e a “articulação subversivo-comunista que se processava no Estado” (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975, lauda 62 e lauda 63, respectivamente). Isso resultou na prisão de mais 60 pessoas ditas subversivas, o êxito dessas prisões como o relator do documento se gaba é tomada por alguns fatores: um DOI recentemente criado no Paraná; a força de órgãos de inteligência presentes no Estado; e como esses setores de repressão conseguiram se articular e agirem juntos na perseguição durante a Operação Marumbi, e cumprir seu objetivo geral: “Capturar os militantes e principais elementos de apoio do PCB no Paraná” (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975, lauda 2).

Para isso, ainda segundo o mesmo arquivo, a Operação Marumbi se dividiu em quatro fases, a saber: primeira fase, destinada à coleta de dados e investigações preliminares, entre 15 de julho e 17 de agosto de 1975; segunda fase, com o

aprofundamento das investigações, focada nos “alvos selecionados, visando caracterizar a rede do PCB no Paraná” (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975, lauda 3), realizada entre 28 de agosto e 11 de setembro de 1975; na terceira fase, iniciada em 12 de setembro de 1975, as atividades da Operação se concentraram na captura e interrogatório dos presos, prosseguimento nas investigações a partir dos dados obtidos em interrogatório e novas prisões, “encaminhamento dos implicados à DOPS/PR – ainda dentro do período de incomunicabilidade previsto na LSN – a fim de serem submetidos a Inquérito Policial” (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975, lauda 4); e quarta fase, sem data inicial prevista, mas a partir de 12 setembro daquele ano, cuja atividade consistia na “Entrega dos indiciados à Justiça Militar, a ser efetuada após a conclusão do Inquérito Policial instaurado pela DOPS/PR no dia 12 Set 75, cuja duração não poderá exceder – de acordo com a LSN – a 60 dias” (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975, lauda 4).

Em seguida, foi mostrado o comportamento dos agentes na operação, ou ao menos da forma que foi descrita no relatório, dando um carácter de relatório mais policial que militar. Muito provavelmente, isto se deve ao fato de que aos olhos das forças policiais envolvidas na Operação, assim como havia ocorrido na Operação Bandeirantes em São Paulo, os militares dos batalhões “[os militares] careciam de experiência num campo em que [os policiais] trabalhavam há muitos anos, [os militares] eram despreparados para realizar investigações, além de contarem com pouca fineza e sensibilidade política” (Joffily; Chirio, 2025, p. 27; acréscimos meus). Neste sentido, vale lembrar que, segundo Godoy (2014, p. 253), “interrogatório e investigação foram as engrenagens que moveram o DOI do começo ao fim”; ainda que ele se refira ao DOI de São Paulo, mas que também vale para o DOI do Paraná.

O relatório explicita ainda as ações: as atividades de captura de alvos; interrogatório preliminar (e como de se esperar num documento oficial, não há quaisquer indícios de tortura); continuar a investigação com a obtenção dos relatos dos interrogatórios; prisão de elementos identificados nos interrogatórios; e, por fim, enviar os detentos ao DOPS/PR, mas dentro do período de incomunicabilidade previsto na Lei de Segurança Nacional. O período de incomunicabilidade é o tempo que o indiciado pode permanecer sob custódia, por isso os membros do PCB ao serem acusados e presos eram levados ao DOPS durante esse período. Por fim, entregar à Justiça Militar

os acusados presos e finalizar o Inquérito Policial Militar realizado pelo DOPS durante o período de 60 dias determinado pela LSN. O documento afirma que os interrogatórios permitiram a coleta de dados para assim esclarecer a estrutura do PCB na região.

Sobre as prisões feitas pelos militares, os interrogatórios realizados foram suficientes para os fornecimentos de mais informações aos Órgãos de Informações da região do Paraná, permitindo uma análise da estrutura do PCB no Paraná. É preciso ressaltar que as questões ideológicas eram tantas que a 5ª RM/DE quando trouxe a Operação à imprensa, fazia isso com “preocupação” de:

[...] em bem esclarecer a população paranaense a respeito da atuação dos órgãos de Segurança em seu exclusivo benefício e de neutralizar pronunciamentos de elementos interessados era distorcer a verdade dos fatos para, com essa técnica, sensibilizar a opinião pública contra os Agentes da Lei (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975, lauda 8).

Também, sob um viés de preocupação, foi recorrido a mídia local para tentar mostrar que a operação era realizada para o bem-estar das pessoas e que também buscava-se impedir distorções da verdade perante a atuação dos agentes. Em alguma medida, era adotado um tom de grandiosidade e de total sucesso da Operação (cf. o documento “Desbaratado PCB no Paraná”, GNC.NNN.81001031, que será analisado mais adiante), embora, ao que parece pelos documentos aqui considerados, que havia alguma expectativa pessimista e temor pela permanência dos supostos subversivos no Paraná e sua ação de cooptação da população (cf. o documento GNC.AAA.75088944, nomeado “Estimativa Sobre o Aumento ou Diminuição das Atividades Subversivas”).

O documento GNC.AAA.75088865 também traz nomes como o de Newton Candido, tratado como “profissional do comunismo”, ou ainda de Francisco Luiz de França, “profissional do PARTIDO” (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 10), isto é, de militantes do PCB destacados ao Paraná para garantir o sucesso de infiltração do PCB no Estado, e identificados pelas investigações em curso durante a Operação. Aqui já traz uma característica de temor a um grupo de pessoas que deveria ser combatida, temor ou preocupação essa presente no alto escalão militar:

O Comando da 5ª RM/DE expediu à imprensa, durante a Operação, três comunicados, cujas cópias constituem os anexos Nº 6 a 8. Tais comunicados traduzem a preocupação do Cmt [Comandante] da 5ª

RM/DE em bem esclarecer a população paranaense a respeito da atuação dos órgãos de Segurança em seu exclusivo benefício e de neutralizar pronunciamentos de elementos interessados era distorcer a verdade dos fatos para, com essa técnica, sensibilizar a opinião pública contra os Agentes da Lei (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 9; acréscimo meu).

Fica explícito esse temor e essas suspeitas quando o próprio relatório traz uma descrição das eleições de 1974 que, a despeito das eleições para governadores serem por voto indireto, de ainda ter a vigência do AI-5 e de não ter anistia política, segundo Martins (1988, p. 123), foram as eleições “mais livres” desde 1966, sendo nesse ano que a oposição se fez mais presente na política, já que maioria dos candidatos apoiados pelo PCB ganharam as eleições legislativas e assim acusam essa vitória de propagar e fortalecer o comunismo: “O êxito alcançado na campanha eleitoral de nov 74, com a eleição de todos os candidatos apoiados pelo ‘PARTIDO’, estimulou os comunistas do PARANÁ, levando-os a decidirem-se pela reorganização, no mais curto prazo possível, do PCB no Estado (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 11).²⁸

É exaltado no documento que as informações extraídas dos presos permitiram uma análise ideológica dos eventos, sendo que principal foi as eleições de 1974, que marcariam para os presos a volta da democracia, ou “redemocratização do país” (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 13), grafada, entre aspas no relatório mostrando a divergência e contradição de concepção ideológica entre o PCB era contra a democracia autoritariamente imposta pelos militares.

²⁸ Luciano Martins (1988) faz uma síntese da situação política nacional em 1974, que refletiu em seguida em operações de repressão como a Operação Marumbi, no Paraná, a Operação Bandeirantes em São Paulo, e a Operação Barriga Verde, em Santa Catarina: “A suspensão da censura à imprensa e as eleições legislativas de novembro de 1974, realizadas oito meses após a posse do governo Geisel, iniciaram o novo curso político. A despeito do fato de os governadores estaduais serem eleitos pelo voto indireto, de não haver anistia política e de o Ato Institucional n.º 5 ainda estar em vigor, as eleições de 1974 foram as ‘mais livres’ desde 1966. Tendo livre acesso ao rádio e à televisão, a oposição parlamentar foi bem sucedida na promoção de uma substancial campanha de mobilização política, em sua própria consolidação como partido político (o Movimento Democrático Brasileiro, ou MDB) e mesmo na ‘descoberta’ de sua popularidade no país. Não apenas na parcela de votos em branco se reduziu pronunciadamente, como também o MDB elegeu dezesseis senadores (dentre vinte e dois eleitos em 1974) e 160 deputados federais (34 por cento da Câmara) e aumentou o total de votos recebidos, a nível nacional, em 16 por cento (de 21,3 para 37,8 por cento). As eleições de 1974 também mostraram que o reduto da oposição eram os centros urbanos e as regiões mais industrializadas (do sul do país). A reação do governo a esse revés revelou a dinâmica do processo político – e o controle exercido pelo regime sobre ele” (Martins, 1988, p. 123).

Os militares caracterizavam os membros do PCB como pessoas ardilosas, com o intuito de infiltrar e manipular a população. O PCB buscava dissimular e se infiltrar em bairros populares, e assim aliciar a população para juntar a eles; esse tipo de visão mostra que a ideologia de combate dos membros e agentes militares pregavam uma dupla ideia de combater os subversivos e proteger a população de um inimigo que ia contra a sociedade.

Com relação às Associações de Bairros, o CM (Comitê Municipal) se utilizaria delas, dissimuladamente, para ligar o Partido ao movimento comunitário e, após essa aproximação inicial, buscaria, através do aliciamento, atrair o maior número possível de elementos para os seus quadros, incluindo-os em Organizações de Base (OB) ou mesmo em outros órgãos de sua estrutura organizacional. A mesma técnica seria empregada em relação a outras organizações (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 23).

Sobre o “Partido” PCB, foi concluído o seguinte: que o PCB estaria com planos de se infiltrar no MDB e expandir sua influência no Estado do Paraná; e principalmente uma força antifascista que integraria o PCB e o MDB junto com outros grupos que eram contra a dita “Revolução de Março de 1964”. Essas conclusões tanto das que se valorizam a atuação da Operação Marumbi e das que criticam as atuações do PCB, mostram a linha ideológica que os órgãos de inteligência seguiam; mostrando que elementos criados pelo próprio governo como o MDB podiam ser vistos como um perigo iminente, já que podiam ser infiltrados por subversivos comunistas.

Fica mais explícita ainda a preocupação de uma infiltração de membros do PCB no MDB quando em uma reunião realizada pelo PCB, relatada no documento, se recomenda que membros filiados à oposição deveriam comparecer a uma convenção e votar em uma emenda proposta pelo Deputado Estadual Enéas Faria²⁹. A Convenção aparece entre aspas, podendo indicar que os agentes militares não viam tal encontro como forma legítima de política.

Foi dada ênfase à Convenção do Diretório Municipal do MDB, a ser realizada nos próximos dias. Foi estabelecido que Moacyr Reis Ferraz (“Antônio”) e Veríssimo Teixeira da Costa, por serem filiados ao Partido da oposição, deveriam comparecer à referida “Convenção” e votar na chapa EMEDEBE, encabeçada pelo Dep. Est. Enéas Faria (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 25).

²⁹ Enéas Eugênio Pereira Faria (1940-2004), então eleito deputado estadual pelo MDB, durante a legislatura de 1974-1978.

Infiltrar-se no partido de oposição, MDB, parecia ser a principal causa para os membros do PCB, ao menos é isso que o documento expõe, mas em um regime político no qual o multipartidarismo havia sido extinto, e muitos partidos remanescentes foram colocados na clandestinidade, se aliar à oposição parecia única saída. Entretanto os militares viam isso com temor, pois se o Arena perdesse espaço significaria uma derrota a toda uma construção de sociedade que eles almejavam chegar.

Nessa reunião, Arnaldo Ramos Leomil recebeu a incumbência de organizar o CM de Apucarana, tendo, para tal fim, realizado vários encontros em seu escritório e na residência de Osiris Boscardin Pinto. Este foi orientado no sentido de se infiltrar no Diretório Municipal do MDB de Apucarana e de procurar alcançar posição de destaque no mencionado Diretório. Imbuído desse propósito, chegou rapidamente ao cargo de 1º Secretário do Partido da oposição, no Município (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 27).

Na lauda 28 do documento, menciona que em Apucarana Newton Cândido, do PCB, se encontraria com o deputado do MDB José Domingos Scarpellini, para debaterem as seguintes pautas: “Revogação do DL 477; extinção do AI-5; anistia aos presos políticos; monopólio estatal do petróleo; volta ao ‘Estado de Direito’; política contra o ‘arrocho salarial’” (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 28). Entre essas medidas além do conhecido AI-5, está também o Decreto de Lei n.º 477, de 26 de fevereiro de 1969, que visava punir estudantes, professores e funcionários considerados subversivos, ou envolvidos em “organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles, ou comícios não autorizados”, que, por sua vez, reforçava a Lei n.º 4464, de 09 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, que trata da organização e da representação estudantil no ensino superior. O que chama mais atenção é novamente o Estado de Direito estar marcado em aspas, confirmando um conflito ideológico que a democracia autoritariamente imposta pelos militares entraria em conflito com o Estado de Direito presente em muitas democracias pelo mundo, e com aquela que os ditos subversivos e comunistas queriam implementar no Brasil.

Mais adiante no citado documento, fica explícito que o acordo entre PCB e MDB também visava as seguintes pautas políticas como forma de garantir o apoio do “PARTIDO” àquele oficializado como oposição:

- Anistia aos presos políticos;

- Eleições diretas em todos os níveis;
- Extinção do AI-5;
- Revogação do Decreto-Lei 477;
- Abolição da Censura;
- Retorno da vigência do “*Habeas-Corpus*” para crimes capitulados na Lei de Segurança Nacional; e
- Convocação de uma Assembleia Constituinte para a elaboração de nova Constituição para o Brasil (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 33).

Vale ressaltar que apesar de truculência da Ditadura de 1964, ainda havia certas liberalizações, o que permitiu essas alianças e até mesmo a vitória do MDB (cf. Martins, 1988). Mas claro que isso não é uma defesa da ditadura, apenas uma exposição que o governo autoritário brasileiro não tinha assumido total controle de todas as camadas políticas da sociedade, o que permitiu a vitória do MDB na eleição de 1974, mas também um revanchismo através de operações como a Marumbi.

Claramente os acordos entre membros do PCB e MDB eram vistos como nocivas, como pautas subversivas e comunista, contrárias à ordem em vigor e o modelo de sociedade defendida e imposta pelos militares. Por isso, eles precisavam ser combatidos e eliminados permanentemente, função que foi incumbida à 5ª-RM/DE. Essa missão de extermínio era tão pessoal para eles, que em certa forma foi colocada de modo sentimental no seguinte trecho do documento, em um ressentimento de não dispor de condições mais adequadas ao combate e desmantelamento da célula do “Partido” comunista no Paraná:

A 5ª RM/DE ressentia-se de uma estrutura capaz de acompanhar continuamente as atividades do PCB no Paraná e de se opor permanentemente à sua ação deletéria.

A instalação do CODI, da C Info e do DOI, no período Mai/Jun 75, proporcionou-lhe os meios adequados ao desencadeamento de investigações planejadas e ininterruptas, que resultaram na captura dos principais militantes do “Partido” e na neutralização do dispositivo subversivo-comunista no Estado (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 37).

O sentimento de vitória, de exaltar os militares que participaram da Operação Marumbi aparece novamente nas conclusões do relatório, expondo de forma clara que acima de ser uma operação era também uma forma de estabelecer controle e medo na população. Por outro lado, constata-se um tom de vanglória, por exemplo, em um agradecimento ao DOI, na época recém-construído, com seu “espírito ofensivo e convenientemente motivado para o cumprimento de sua missão” (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 37).

Esse sentimento de vitória fica bastante evidente, inclusive, na divulgação das ações da Operação nos jornais locais. Um bom exemplo disso se nota ao analisar o arquivo nomeado “Desbaratado PCB no Paraná”, de nove laudas, datado em dia 17 de novembro de 1975, e enviado pela Agência Curitiba para Agência Central do SNI, descreve como os agentes da 5ª RM/DE agiram de forma a colocar a mídia sob uso da operação, ao manter as pessoas da sociedade a favor da Operação Marumbi, mesmo que as ações militares e policiais pudessem indicar o contrário. “Esta Agência encaminha, em anexo, íntegra do comunicado distribuído à imprensa pelo Comando da 5ª RM/DE, divulgando a atuação do PCB no Paraná, nomes das pessoas envolvidas e o comportamento de cada uma delas na trama subversiva que se desencadeava” (SNI. Desbaratado PCB no Paraná. GNC.NNN.81001031, 17 de novembro de 1975, lauda 2).

Ou seja, o objetivo de tal medida além de expor os supostos subversivos, era também acrescentar apoio ou medo da parte da população; afinal os militares e policiais que agiam na Operação Marumbi justificavam suas ações de repressão alegando proteger a população de manipulações subversivas comunistas. O que corrobora o argumento de Neves Júnior e Lanza (2023) ao afirmarem que:

Dessa forma, da perspectiva ideológica de produção da contrainformação, eram características a recorrência a elementos tradicionais (patriotismo, valores morais e religiosos, entre outros) e a exacerbação da suposta periculosidade do sujeito subversivo, retratado de forma quase desumanizada (Neves Júnior.; Lanza, 2023, p. 8)

Como Neves Júnior e Lanza (2023) observam, a utilização do artigo publicado em jornal tinha como objetivo a produção de contrainformação, exaltando o sucesso da operação. O jornal utilizado foi a *Gazeta do Povo*, edição local de sexta feira do dia 14 de novembro de 1975, iniciando na 8ª página dessa edição com um título de teor sensacionalista: “5ª RM desbarata comunismo no Paraná” (SNI. Desbaratado PCB no Paraná. GNC.NNN.81001031, 17 de novembro de 1975, lauda 3). Cheia de palavreado com cunho emocional, eles tentaram evocar uma lealdade a um governo que persegue sua oposição, e utiliza-se do medo criado contra os subversivos e comunistas, para ganhar apoio de sua população, como seus defensores e protetores:

[...] quer expressar seu reconhecimento pelo elevado espírito de compreensão demonstrada pela família paranaense, refletido seja nas inúmeras manifestações de apoio inequívoco à operação realizada, seja no entendimento de que não se tratava de perseguição de caráter

pessoal ou político-partidário, mas de benefício exclusivo da coletividade (5ª RM desbarata comunismo no Paraná, Gazeta do Povo, Curitiba, 14 de novembro 1975, lauda 8; in SNI. Desbaratado PCB no Paraná. GNC.NNN.81001031, 17 de novembro de 1975, lauda 3).

Apesar de declarar através da mídia que não se trata de uma “perseguição de caráter pessoal ou político-partidário”, o arquivo “Atividades do PCB – Operação Marumbi” (GNC.AAA.75088865) destaca, entretanto, o PCB como “Partido” referindo-se a seus membros como subversivos ou até terroristas, e que, por isso, a ação dos militares tinha por objetivo eliminar o “Partido” do Paraná. Nesses casos, inclusive, é possível sustentar que o uso das aspas é uma estratégia de desqualificação do PCB. A noção de família e de defesa da coletividade mostra que os valores positivistas e tradicionalistas (NEVES JÚNIOR, 2021), em que o conjunto supera o individual, permeiam a política ideológica do governo militar.

Também é revelado neste arquivo o uso da mídia para expor as suspeitas que o governo tinha perante o resultado eleitoral de 1974, expondo também as pautas que o PCB exigia de uma provável aliança com o MDB, estas pautas foram expostas no arquivo anterior analisado: “Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi” (GNC.AAA.75088865). Essa suspeita de uma manipulação pelo PCB e o uso da mídia para exposição dessa suspeita, demonstram o uso dos militares não só da mídia, mas do medo e da paranoia (Neves Júnior, 2021; Sá Mota, 2000).

Os órgãos de segurança da área, em sua permanente vigilância, acumularam indícios, cada dia mais evidentes, das atividades do PCB no Paraná, anteriormente sintetizadas, todas elas clandestinas e ilegais, que se inserem no contexto da crescente atividade desenvolvida pelo comunismo no Brasil, com sua ação de infiltração e de proselitismo e que constituem crimes previstos na Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei n 898 de 29 de Setembro 1969). Para neutralizá-las planejaram a “Operação Marumbi” desencadeada a partir de 12 de setembro de 1975, que desarticulou completamente o dispositivo subversivo – comunista no Paraná (5ª RM desbarata comunismo no Paraná, Gazeta do Povo, Curitiba, 14 de novembro 1975, lauda 9).

Essa última parte nos revela que os agentes policiais e militares da operação, além de servirem aos interesses da suposta “família paranaense”, também eram tidos como heróis sempre vigilantes contra as ameaças da sociedade. O artigo de jornal continua sua exposição ao nomear os presos pela operação, como um ato de vergonha pública e ao mesmo tempo reforçar que os ditos heróis estão sempre

vigiando. Entretanto a Clínica Marumbi, essencial para a operação, não é mencionada, talvez porque diferente das ações heroicas, as ações na clínica demonstram um lado mais desumano de seus agentes, e seria bom manter a clínica e os seus feitos em clandestinidade.

No arquivo nomeado “Estimativa sobre o aumento ou diminuição das atividades subversivas” (GNC.AAA.75088944), trata do sucesso das operações durante sua realização, apesar de ser um documento de cinco laudas, ele conta resumidamente os fatos que já foram abordados em outros arquivos. No arquivo, datado no dia 30 de novembro de 1975 pela Agência Curitiba e enviado para a Agência Central do SNI, e por fim, cujo recebimento foi protocolado no dia dois de dezembro de 1975. É discorrido neste arquivo sobre possível diminuição das atividades subversivas, principalmente após as operações ocorridas no Paraná e Santa Catarina.

O êxito alcançado pela “Operação Marumbi” na desarticulação e neutralização do PCB, representado pela prisão de mais de sessenta ativistas, é creditado ao perfeito entrosamento verificado entre as Agências de Informações e Órgãos de Segurança do Estado (SNI. Estimativa sobre o aumento ou diminuição das atividades subversivas. GNC.AAA.75088944, 30 de novembro de 1975, lauda3).

Entretanto ele conclui o que pode ser considerado os tipos de pessoas possíveis vulneráveis de serem “vítimas” da ideologia comunista ou subversiva pelo PCB. Eles concluem que essas pessoas seriam os trabalhadores e estudantes, os trabalhadores pelas condições instáveis no ambiente de trabalho e econômico; enquanto os estudantes por certa vulnerabilidade em se alinhar com as ideologias subversivas.

Das classes sociais mais sensíveis, atualmente, destacamos a estudantil e a assalariada. A primeira, mais por entusiasmo do que por ideologia extremista, enquanto que a segunda devido aos problemas que atingem mais diretamente sua estabilidade, causando inúmeras transformações e inseguranças, sendo uma das principais causa a "condição de vida", preocupação comum e explorada ao máximo pelos opositores e oportunistas (SNI. Estimativa sobre o aumento ou diminuição das atividades subversivas. GNC.AAA.75088944, 30 de novembro de 1975, lauda 5).

Razão pela qual, tanto a classe laboral quanto a estudantil deveriam ser constantemente vigiadas. Isto se faz notar, por exemplo, na importância daquele artigo do jornal *Gazeta do Povo*, de 14 de novembro de 1975, não apenas trazer os nomes dos 67 presos, mas incluir sua atuação na organização do PCB no Paraná e seu exercício profissional ou sua condição estudantil. Da mesma forma que era preciso

atentar às pautas reivindicadas pelo PCB para apoiar o MDB nas eleições, legislativas de 1974 e municipais de 1976, e que já foi mencionado mais acima nesta dissertação (cf. SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 33).

O documento também reafirma que houve uma coleta e levantamento de dados fornecido pelas investigações e interrogatórios aplicados pela 5ª RM/DE, além de prisões tanto no Paraná ou outras regiões do país. De acordo com eles, essa técnica quase científica e positivista (cf. Neves Júnior; 2021) é o que permitiu a atuação da 5ª RM/DE em desarticular o crescimento do PCB no Paraná.

Sobre a própria Operação, o documento GNC.AAA.75088865 relata como foram realizadas as investigações, diligências e análises dos interrogatórios em função de deter, prender e exterminar permanentemente o PCB e os subversivos. Entretanto não é mencionado como esses dados foram coletados, principalmente no uso de tortura, que nunca é mencionada. É mencionado, no entanto, o uso do temo “Revolução de Março de 1964”, marcando assim, mais uma vez, o viés ideológico contido nos militares que participaram do Golpe de 1964, e no projeto comunista de derrubada do regime militar:

[...] Alguns comunistas estavam sendo preparados, desde já, para esse mister [isto é, a preparação de candidatos a vereador e a prefeito], com possibilidade de se elegerem no pleito de 1976; Vinha propugnando pela criação da "Frente Patriótica Anti-Fascista", que deve congrega, além ao PCB o do MDB, todas as forças que se oponham ao regime instituído pela Revolução de Março de 1964 (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 38; acréscimo meu).

O relatório GNC.AAA.75088865 (Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi) termina na lauda 39, mas continua no arquivo uma série de documentos em anexo, muitos dos quais demonstram o viés ideológico da operação e instituições da época. É o caso por exemplo do “Comunicado da 5ª RM/DE”, de 17 de setembro de 1975, assinado pelo Gen. Div. Samuel Augusto Alves Corrêa, então comandante da 5ª RM/DE, que em uma selecionada passagem tenta apresentar com carisma o respeito pelas pessoas e instituições e o progresso da pátria, sendo estes valores ideológicos presente numa noção de defesa nacional dentro da Ideologia de Segurança.

Pode estar certa a Família paranaense de que as ações em curso visam a garantir sua tranquilidade o a ordem indispensável ao trabalho profícuo, fatores imprescindíveis ao progresso de nossa Pátria; ademais, vêm sendo – e continuarão a ser – conduzidas respeitando-se a

pessoa humana, obedecendo-se a Lei e somente nos casos impostos pela Segurança Nacional. Cabe agradecer a atuação dos meios de comunicação social que, em nenhum momento, prejudicaram as diligências (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 61).

Em outro comunicado do Comando da 5ª RM/DE, datado em 20 de setembro de 1975, ainda assinado pelo Gen. Div. Samuel Augusto Alves Corrêa, se sustenta que, para realizar a “proteção” da população, era necessário prender os suspeitos membros do PCB, e que qualquer tentativa de mostrar que esses indivíduos eram perseguidos sem justa causa seria uma tentativa de dissimular os fatos contra os agentes da operação.

Assim, saibam todos que esses pronunciamentos e comentários distorcidos se identificam com técnica muito conhecida, que consiste em difamar e desmoralizar os agentes da Lei perante a opinião pública, ao mesmo tempo que procura apresentar as pessoas detidas como cidadãos inocentes, vítimas de injustificável e cruel opressão, tudo com a finalidade de sensibilizar nosso povo e colocá-lo contra os Órgãos de Segurança (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 62).

Fica mais explícito esse temor comunista e esse desejo de proteger a sociedade quando aparece uma lista de objetivos do PCB, muitos dos quais não parecem apresentar embasamento, somente temor que esse grupo destruísse as convicções do governo militar e das pessoas com essa forma de governo. Em novo comunicado do Comando da 5ª RM/DE, sempre assinado pelo Gen. Div. Samuel Augusto Alves Corrêa, dessa vez de 4 de outubro do mesmo ano, lê-se:

- ressaltar junto a população as deficiências e as dificuldades existentes no país, atribuindo-as exclusivamente à responsabilidade e incapacidade das autoridades governamentais, negando ou diminuindo os êxitos, mesmo que evidentes, visando com isto a agravar os problemas existentes, levar o povo ao descontentamento e a insatisfação, e tornar o governo impopular;
- investir aberto ou insidiosamente contra os valores morais e espirituais da população, suas crenças e convicções, a fim de corroer e deformar seu caráter;
- infiltrar elementos seus em associações, meios de comunicação social, partidos políticos, etc, a fim de, aos poucos e subrepticiamente (sic), passar a influir nas decisões e exercer sobre eles domínio completo;
- organizar uma minoria selecionada, muitas vezes treinada em outros países, que constitua um núcleo coeso e tenaz, capaz de iniciar e levar adiante o processo subversivo;
- aliciar com habilidade novos adeptos, captando sua simpatia para a causa revolucionária, atribuindo-lhes missões cada vez mais complexas até que fiquem comprometidos, de tal modo, com os atos

ilegais praticados que não terão mais condições de optar livremente e sair da organização mesmo que queiram;

– usar todas as liberdades e franquias democráticas em benefício da ampliação do movimento subversivo

(SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Laudas 64-65).

Esse temor do comunismo fica mais explícito com a lista de objetivos acima, que é um temor de corromper as pessoas e as instituições da sociedade brasileira, tanto por atuação interna, ou seja, do inimigo interno, até por atuação externa. É até considerado que a democracia, ou o que restou dela, poderia ser usada para os subversivos terem direitos e se infiltrarem na sociedade de modo a corrompê-la. Essa corrupção vai contra os valores religiosos, morais e sociais (Neves Júnior, 2021; Neves Júnior; Lanza, 2023), restando claro para eles, os militares, que o comunismo precisava ser combatido de todas as formas, independente da agressividade.

O comunicado da 5ª RM/DE termina parafraseando um autor desconhecido, que traz todo esse temor e paranoia presentes em suas convicções: “O máximo da eficiência não é obter cem vitórias em cem batalhas, mas sim vencer os exércitos do inimigo sem precisar lutar” (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 65). Em verdade, o autor desconhecido, é o famoso estrategista militar chinês, Sun Tzu, autor de *A arte da guerra*, que viveu por volta do século V a.C., o que alude para a importância da estratégia e, principalmente para o serviço de inteligência, como forma de subjugar os inimigos do governo ditatorial militar.

4.3 COMISSÕES DA VERDADE: CNV E CEV-PR “TERESA URBAN

Para agilizar conforme a necessidade da pesquisa, muitos dos dados coletados foram feitos no Arquivo Nacional através do SIAN, no fundo Comissão Nacional da Verdade (BR RJANRIO CNV), as Comissões da Verdade foram tratadas aqui como dois eventos diferentes, mas com temática semelhante que envolvia trazer justiça à sociedade brasileira. Portanto muitos dos arquivos não eram tratados de forma distinta, ou seja, tal documento não era da Comissão Nacional ou da Comissão Teresa Urban, independente da origem do documento, ele era colocado no fundo “Comissão Nacional da Verdade”, independentemente de ser de outra comissão ou não.

Ao pesquisar Operação Marumbi (cf. APÊNDICE C), foram descobertos 16 registros, enquanto Clínica Marumbi apenas 9. Dos documentos presentes nesses registros apenas 16 foram possíveis de serem baixados via internet para a pesquisa, mesmo tendo um total de 25 registros. Muito provavelmente essas poucas menções refletem a dificuldade que as equipes de trabalho das Comissões, CNV e CEV-PR, em acessar os arquivos e documentos comprobatórios das ações do governo autoritário militar que buscavam investigar e esclarecer (Tenaglia, 2024), sendo que há ainda outros arquivos a serem disponibilizados e trabalhados.

Infelizmente muitos dos arquivos encontrados não tratam com a devida detalhe as questões da Operação Marumbi e Clínica Marumbi. Dos 16 arquivos baixados, poucos tratavam de forma profunda os horrores cometidos durante esses eventos. Em um dos arquivos, um que expressa tratar das audiências da Comissão Nacional da Verdade na UFPR, a Operação Marumbi só é mencionada, sem qualquer aprofundamento.

Entretanto, alguns arquivos apresentavam documentos importantes. É o caso de alguns relatórios das comissões trazerem diversos relatos presentes no corpo do texto:

Segundo Marival Chaves: Restou ao aparelho repressor a opção de desenvolver operações com o objetivo de dizimar as estruturas de direção do Partido Comunista Brasileiro, PCB, bem como seu órgão de divulgação, Voz Operária, deixados temporariamente de lado, em épocas passadas, por se tratar de organização que preconizava o trabalho de massa como forma de alcançar o poder.
Arquivo CNV, 00092.000283/2014-11 - Depoimento de Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento do Exército, à CNV, em fevereiro de 2014.

Esses relatos, tanto de militares quanto das vítimas perseguidas durante a Operação Marumbi, mostram as funções e objetivos da operação e dos aparelhos de repressão. É como o próprio relatório expressa que as ações por serem clandestinas não podiam operar em campo aberto, assim evitando a presença de olhares curiosos da população e da imprensa (CNV, 2014a).

Se a análise isolada dos relatórios do CNV e do CEV não parecem agregar muitas informações, quando comparados com alguns daqueles documentos constantes dos arquivos do SNI, encontramos outros dados que parecem bastante instrutivos e relevantes à pesquisa.

No documento nomeado “Operação Marumbi” (GNC.NNN.81000993), são apresentados os nomes dos detidos durante a Operação. Mais que isso, revela o

processo investigativo sobre aqueles indivíduos, os interrogatórios e comentários de cada um deles. Para a exposição aqui na dissertação, será considerado para esta pesquisa os trechos em que o documento explicita a atuação desses elementos no PCB e sua influência no MDB, conforme os depoimentos coletados e ajuntados no arquivo. Ao invés de uma capa com os dados do arquivo, se inicia com um documento intitulado: “RELAÇÃO NOMINAL DE ELEMENTOS PRESOS PELO DOI/5ªRM/DE DURANTE O DESENVOLVIMENTO DA ‘OPERAÇÃO MARUMBI’. A QUAL TINHA POR OBJETIVO ‘CAPTURAR OS MILITANTES E PRINCIPAIS ELEMENTOS DE APOIO DO PCB NO ESTADO DO PARANÁ” (SNI. Operação Marumbi A, GNC.NNN.81000993. 25 de novembro de 1975. Lauda 1). No decorrer, após esse título, vêm os nomes dos 67 presos da Operação Marumbi.

A primeira capa, se é que pode ser considerada assim, aparece na décima primeira lauda, onde estão escritos os nomes do Ministério do Exército, o III Exército, o comando da 5ª RM/DE, e o Estado Maior, intitulado de “Informação nº 1341-E/2-75”, esta informação teria origem no DOI da 5ªRM/DE e mandada para órgãos de inteligência como CIE, o III Exército e a Agência Central SNI, enviada no dia 25 de Novembro de 1975 e com protocolo de recebimento em 02 de Dezembro de 1975. Além dos nomes contidos, vale destacar também as seguintes informações:

b. Dos 67 elementos presos pelo DOI/50 RM/DE, 62 foram indiciados pelo Encarregado do Inquérito Policial. Os 5 restantes deixaram de ser indiciados pelas seguintes razões:

1. DIRCE ALVES, ALMIR MOREIRA PASSO, NELSON RODRIGUES DOS SANTOS e MANOEL JACINTO CORREIA, por não ter sido possível comprovar o envolvimento em atividades subversivas. Correspondem aos números 63, 64, 65 e 66 da relação constante da letra a {corresponde à lista de 67 presos} desta Info; e

2. ALDO PEDRO DITTRICH ("PRADO"), por não ter respondido a Inquérito Policial no Paraná, por ter sido encaminhado ao II Exército, em virtude do ter exercido militância, até recentemente, no Comitê Municipal do São Paulo do PCD. Corresponde ao nº 67 da referida relação.

(SNI. Operação Marumbi A, GNC.NNN.81000993. 25 de novembro de 1975. Lauda 13)

Em seguida, o arquivo documental dividido em cinco partes, carrega consigo de forma resumida as declarações daquelas pessoas, com suas respectivas fotos, digitais e fichas quando foram presos pelo DOI da 5ª RM/DE, durante a operação. Para prosseguir com a análise, será mostrada a seguir a montagem do Apêndice E,

que permitiu essa pesquisa selecionar alguns nomes dos presos para concluir está análise.

Para a seguinte análise foi utilizado os apêndices B, que consiste nos nomes apresentados pelo Brasil Nunca Mais, e o apêndice C que consiste numa análise das Comissões da Verdade, assim com a junção desses apêndices, foi criado o apêndice E que consiste nos nomes do BNM e como eles aparecem no CNV e CEV. Essas pessoas foram detidas e interrogadas como subversivos pelos agentes de repressão que atuaram na Operação Marumbi. São também os únicos nomes que aparecem como denunciante das torturas e violências sofridas durante suas prisões e interrogatórios.

Em um dos relatos, de Francisco Luiz de França (codinome “Fagundes”), é possível destacar a influência do PCB junto ao MDB: nela, ele indica que Sebastião Rodrigues deu a Moacir Reis Ferraz a soma de 5000 cruzeiros (moeda da época) para a campanha do MDB. Moacir, por sua vez, “[...] Disse que não precisava de apoio para se eleger, Mas acabou aceitando.” (SNI. Operação Marumbi A, GNC.NNN.81000993. 25 de novembro de 1975. Lauda 17). O que, nos autos processuais, indicaria o financiamento clandestino, do PCB para um candidato do MDB, de campanha, confirmando as suspeitas dos serviços de inteligência (em especial o SNI).

Nomes, como de Newton Cândido, foram classificados como “profissional do Partido Comunista Brasileiro” (SNI. Operação Marumbi A, GNC.NNN.81000993. 25 de novembro de 1975. Lauda 22). Na ficha de seu depoimento, é informado que ele era filho de Sebastião Domiciano da Silva e Elisa Cândido Vieira, e casado com Célia França Cândido. Ainda no depoimento, é relatado que em 1974 ele veio ao Paraná para selecionar candidatos do MDB coniventes com o PCB. Até o dia da sua prisão, em 08 de outubro daquele ano de 1975, em São Paulo, Capital, pelos agentes do DOI/II EX, como afirma o documento, é deixado claro que Newton pode ser um dos nomes mais importantes da organização do PCB no Paraná, participando de vários encontros em várias cidades e ajudando a organizar o “Partido”.

Que posteriormente, foi feita uma reunião na máquina de café de ARNALDO RAMOS LEOMIL, com a presença do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, ARNALDO RAMOS LEOMIL e o depoente [isto é, Newton Cândido].

Nessa oportunidade, foram expostas as teses políticas do PCB (supressão do AI/5 e Dec nº 477, anistia aos presos políticos,

soberania nacional, defesa do monopólio estatal do petróleo, volta ao Estado de Direito, política Contra o arrocho salarial) (SNI. Operação Marumbi A, GNC.NNN.81000993. 25 de novembro de 1975. Lauda 29; acréscimo nosso).

Após a sua prisão, no resumo das declarações, ele foi acusado de participar do PCB, sendo citado nas declarações de depoimentos de:

“FRANCISCO LUIZ DE FRANÇA (‘FAGUNDES’), UBIRAJARA MOREIRA (‘CATARINA’), MOACYR REIS FERRAZ (‘ANTÔNIO’), MARIO GONÇALVES SIQUEIRA (‘BONIFACIO’), GENECY SOUZA GUIMARÃES (‘PENIGNO’), JOÃO ALBERTO EINECK (‘SETUBAL’). ANTÔNIO LIMA SOBRINHO (‘TANAKA’) e ILDEU MANSO VIEIRA (‘MINEIRO’) (SNI. Operação Marumbi A, GNC.NNN.81000993. 25 de novembro de 1975. Lauda 22).

O que permite supor a rede de informações – ou seja, a partir dos depoimentos – coletadas pelos agentes do DOI/5ª RM, que levaram até a investigação e prisão de Newton Cândido: a coleta de um depoimento visava não apenas identificar a atuação do investigado e sua participação no PCB, mas também identificar outros subversivos comunistas atuantes no Paraná. É deixado claro através do apêndice B desta dissertação que alguns nomes acima junto com de Newton Candido sofreram ou viram outros sofrerem processos de tortura, sejam elas físicas ou psicológicas, como é relatado no Relatório do Brasil Nunca Mais e no Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Em outubro de 1975, também o metalúrgico Newton Cândido foi preso e torturado com o irmão, passou pela “cadeira do dragão” e durante vários dias teve seu corpo queimado com cigarros. Sua esposa, Célia, presa a seguir, sofreu choques na vagina e seus dois filhos, Regina e Ronaldo, bem como sua cunhada, Bernadete, sofreram sessões conjuntas de tortura, com choques elétricos, “telefone” e espancamentos. A situação foi tão traumática que Célia, esposa do metalúrgico, posteriormente, tentou suicídio por quatro vezes, necessitando de acompanhamento psiquiátrico permanente até o final da vida (CNV – Vol. II, 2014c, p. 76).

Pelo que consta nos autos processuais do arquivo do SNI, que constam os depoimentos daqueles que foram presos e indiciados durante a Operação Marumbi, os nomes de Célia, Regina, Roberto e Bernardete, respectivamente esposa, filhos e cunhada de Newton Cândido não aparecem. Não foram presos e judicialmente indiciados. Ainda assim foram presos para interrogatório e torturados.

Por outro lado, entretanto, naqueles documentos oficiais do SNI, nada se encontra sobre o “*modus operandi*” dos interrogatórios e de coleta dos depoimentos,

sobre a truculência e violência metodicamente empregada para “convencer” e “persuadir” presos como ele a prestarem todas as informações, necessárias e convenientes, à continuidade das investigações e ações para desbaratar o PCB no Paraná. Vale destacar que o resumo dos depoimentos de Newton Cândido tem oito páginas, afora as fichas de sua identificação com o resumo de sua prisão: tendo sido preso, mediante busca e apreensão, sem oferecer resistência em 08 de outubro de 1975, em São Paulo no dia 10 de outubro, deu entrada no DOI/5ª RM, sendo transferido para o DOPS/PR em 18 de outubro daquele ano, ambos sediados em Curitiba. Sua ficha dactiloscópica é de 14 de outubro,

O nome de Antônio Narciso Pires de Oliveira, também aparece como um depoente nos relatórios das Comissões da Verdade, e ao mesmo tempo aparece nos arquivos do SNI. Antônio era comerciante, filho de Adonay Vieira de Oliveira e Selika Pires de Oliveira, e casado com Maria Helena do Lago Vieira, que na época residiam em Apucarana, sendo Antônio preso em 16 de outubro de 1975 por seu envolvimento com o PCB e demais acusados: “por ter sido citado em declarações de NEWTON CÂNDIDO (“CLÁUDIO”), ARNALDO RAMOS LEOMIL e VLADIMIR SALOMÃO DO AMARANTE” (SNI. Operação Marumbi C, GNC.NNN.81000993. 25 de novembro de 1975. Lauda 8).

Como se nota, a prisão de Antônio Narciso foi uma semana após a prisão de Newton Cândido, o que evidencia a lógica que relaciona a prisão e depoimento de um com a prisão e depoimentos de outros, levando a uma ação em série da Operação Marumbi: Newton Cândido, como já vimos, foi preso em São Paulo em 08 de outubro de 1975, e em algum momento de seus depoimentos, ele cita os nomes de Arnaldo Ramos Leomil, preso em Apucarana no dia 11 de outubro (SNI. Operação Marumbi B, GNC.NNN.81000993. 25 de novembro de 1975. Lauda 69), e de Vladmir Salomão do Amarante, que por sua vez, foi preso no dia 13 de outubro daquele ano em Guaparuva (SNI. Operação Marumbi B, GNC.NNN.81000993. 25 de novembro de 1975. Lauda 57). Obviamente, isto é apenas um recorte bem específico da rede de depoimentos que levava a um processo em cadeia de perseguições e prisões e novos depoimentos que foram levando aos nomes daquelas pessoas que, tratadas como subversivas, sempre ligadas ao PCB (seja como “profissional”, seja como simpatizante), eram o mais rapidamente presas, muito provavelmente para impedir a comunicação entre seus correligionários e permitir assim o mais rapidamente possível dismantelar

o PCB no Paraná: o simples fato de ser citado num depoimento, ou de ter algum parentesco com o depoente-suspeito, já seria o suficiente para marcá-lo como suspeito de subversão e, assim, ser vítima da força e truculência dos agentes de repressão do DOI/5ª RM e do DOPS/PR.

No depoimento de Vladimir Salomão do Amarante, é afirmado que Antônio conheceu Newton Candido em Apucarana, e foi responsabilizado por Newton a cuidar da máquina de impressora, denominada “reco reco” e o jornal, na época ilegal, Voz Operaria.

Após quinze dias do contato inicial, ANTÔNIO NARCISO PIRES DE OLIVEIRA, apareceu em GUARAPUAVA/PR, trazendo consigo o “reco-reco”, tintas para impressão, papel e o Stencil e em sua casa, procederam a impressão, auxiliados pela esposa de NARCISO. (SNI. Operação Marumbi B, GNC.NNN.81000993. 25 de novembro de 1975. Lauda 57)

Para os depoimentos das Comissões da Verdade, Antônio afirmou ter sido levado para a Clínica Marumbi, é relatado por ele que as técnicas de levar prisioneiros para a Clínica era de forma encapuzada e algemada, impedindo a chance de fuga ou de reconhecimento do local:

CEV-PR: E onde era essa clínica?

Antonio Narciso Pires de Oliveira: Nós não sabemos. Nós fomos levados para lá com capuz na cabeça, com algemas. Eu fui sequestrado em Apucarana [...]. Cerca de 100 pessoas foram presas, e todas com um modus operandi: algemas, capuz na cabeça, levadas para esse centro clandestino (CNV Vol I TOMO II, 2014, p. 816. b).

Outro preso na Operação e que também relatou ter sofrido torturas e violências foi Ildeu Manso Vieira. Em Janeiro de 1975 foi eleito para o Comitê Estadual do PCB no Paraná. Em 14 de setembro de 1975 foi levado junto com seu filho pelo DOI-CODI para um lugar desconhecido onde foram torturados. Ildeu foi condenado pela Justiça Militar a três anos de prisão.

Desenvolveu inúmeras doenças devido às sequelas físicas e psicológicas de sua prisão e tortura. Faleceu em Maringá em maio de 2000. Em seus momentos finais, imobilizado e delirante em uma cama de UTI, clamava: “Me libertem, sou comunista, mas não cometi crime algum! Tenho o direito de ir e vir e de me reunir com os meus companheiros!” (CEV - PR, Vol I. 2017a, p. 371).

Durante o interrogatório a que Ildeu foi submetido, foi relatado também o “aparelho” da reunião com membros do PCB em Mandaguari/PR, além de descrever

o interior da casa de Curitiba usada para uma reunião em janeiro de 1975 (SNI. Operação Marumbi A, GNC.NNN.81000993. 25 de novembro de 1975. Lauda 44). É necessário enfatizar que a noção de aparelho apresentado aqui não é o mesmo de Aparelho de Repressão como a Clínica Marumbi, o aparelho que Ildeu se refere pode ser entendido como local de resistência, um local escondido dos olhos dos militares.

João Alberto Einecke também foi depoente nas Comissões da Verdade, trazendo informações importantes sobre as torturas e, principalmente, ele se torna uma peça fundamental para descrever e localizar a Clínica Marumbi, que além de ser clandestina ainda é desconhecida por muitas pessoas:

Após colocarem óculos escuros no interrogado, que não permitiam a visão do que estava ocorrendo, foi transportado para a cidade de Curitiba para a casa situada à rua Pedrosa, esquina com a rua Brigadeiro Franco [...]. Foi introduzido numa sala e, mediante ameaça de que o interrogado teria que falar o que seus inquisidores quisessem, foi-lhe perguntado se conhecia o sr. Luiz Gonzaga Ferreira e Osvaldo, e, diante de sua negativa, foi de imediato seviciado com tapas no ouvido, socos na altura da boca do estômago, “cuteladas” no pescoço. [...] O interrogado foi conduzido para o local situado na rua Pedrosa, esquina com a rua Brigadeiro Franco. Neste local, foi levado para uma sala, a mesma sala em que esteve quando pela primeira vez foi conduzido a Curitiba; [...] que, em seguida, o interrogando ia entrar no “magneto”, que é um aparelho quadrado, espécie de uma caixa, não podendo adiantar as dimensões [...]; que do “magneto” tinham dois fios que foram ligados em um dos dedos de cada pé, que recebeu três choques [...] (CNV Vol II. 2014c, p. 816).

João Alberto Einecke, codinome “Setubal”, foi preso em Londrina no dia 12 de setembro de 1975 “por este Destacamento, durante a OPERAÇÃO MARUMBI, por seu envolvimento com o PCB/PR” (SNI. Operação Marumbi A, GNC.NNN.81000993. 25 de novembro de 1975. Lauda 63). O Destacamento em questão é, certamente, uma referência ao DOI, cujos agentes da equipe “A” não são identificados. Um elemento interessante que consta no resumo de suas declarações é que ele começou a ter envolvimento com membros do PCB, sempre apresentados por codinomes – “Claudio”, “Jonas”, “Jair”, “André” – em fins de 1973 e que começou a “doutriná-lo na ideologia comunista” (SNI. Operação Marumbi A, GNC.NNN.81000993. 25 de novembro de 1975. Lauda 63).

Vale observar que, conforme o documento, aqueles codinomes parecem indicar pessoas diferentes. No entanto, “Claudio” e “Jonas” eram dois codinomes atribuídos a Newton Candido (SNI. Operação Marumbi A, GNC.NNN.81000993. 25 de novembro de 1975. Lauda 30). Além disso, chama a atenção o aspecto ideológico a ser

combatido pelos agentes de repressão, isto é, a ideologia comunista, e que ela é atravessada pela noção de doutrinação, pela qual corrompe e desvia as mentes e o caráter das pessoas, disseminando a subversão. Em um certo sentido, se Einecke é tratado como subversivo e, por isso, preso como tal pelo Destacamento, ele também é tomado, ao mesmo tempo, como alguém que foi vítima daquela subversão comunista.

4.4 BRASIL: NUNCA MAIS

A análise do Projeto A do Brasil Nunca Mais, em face de extensão, concentra-se aqui a apenas dois aspectos: a análise do IPM 745, contido no BNM 551, disponível no acervo digital do Brasil Nunca Mais³⁰, e no relatório do Projeto A, tal como é apresentado nos seus tomos II, volume 3 (“Os Funcionários”), com alguns complementos tomados do tomo V, volumes 1-3 (“As Torturas”), bem como a alguns detalhes oriundos da leitura dos documentos das Comissões da Verdade.

4.4.1 IPM 745 / BNM 551

O Inquérito Policial Militar 745, que integra o BNM 551, foi disponibilizado pela equipe do acervo digital do Brasil Nunca Mais; o IPM 745 foi dividido em sete partes, sendo que cada parte contém uma breve descrição feita pela equipe do BNM: “Ministério Público Federal, BNM 551, Ação Penal 745, Apelação STM 41.949” (Brasil Nunca Mais, 2016, BNM 551, Lauda 1). Dessa forma, é possível sustentar que o IPM 745 é parte integrante, juntamente com a Apelação STM 41.949, do BNM 551.

Já a capa original do IPM, também disponibilizada, consta no Arquivo TPP na numeração DLI sendo divididos em sete volumes; mas também consta a descrição do arquivo fonte com 20 volumes, de origem no Paraná no ano 1975 e refere-se à organização do PCB. Refere-se ao processo 745 e a apelação 41.949, sendo os réus nomeados Newton Cândido e Fernando Pereira Christino. Devido à digitalização da época, muitas partes do documento encontram-se borradas, apagadas ou ilegíveis, mostrando um desafio para a pesquisa.

O arquivo do Supremo Tribunal Militar de numeração já mencionada se inicia com a apelação, no ano de 1978, três anos após a Operação Marumbi, sendo o relator

³⁰ <https://bnmdigital.mpf.mp.br/>

o Ministro Dr. Gualter Godinho. Marcando assim o primeiro volume do BNM 551. A autuação realizada então no dia 13 de março de 1978 e sendo posteriormente arquivada no dia oito de janeiro de 1980.

A seguir aparecem alguns nomes absolvidos no dia seis de outubro de 1977 do crime previsto no artigo 43 do Decreto Lei 898/69, Lei esta que “define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências” (BRASIL, Decreto Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969). O artigo 43 desta respectiva Lei consta o seguinte:

Art. 43. Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso: Pena: reclusão, de 2 a 5 anos (BRASIL, Decreto Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969).

Na capa do IPM em si, está escrito: Poder judiciário, justiça militar, auditoria da 5ª circunscrição judiciária militar sendo de Curitiba de numeração de 745, volume um. Sendo o juiz auditor o Dr. Darcy Ricetti e escrivão Telmo Boeira. Autuação do dia cinco de dezembro de 1975. E a seguir os 65 nomes dos presos da Operação Marumbi sendo acusado por lei citada anteriormente, sob acusações de sua natureza ilegal, “manteve constante atividade clandestina, procurando sempre aliciar novos adeptos” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 9)

Ao sentir um “enfraquecimento de seus agentes” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 10), o Partido Comunista transferiu “elementos atuantes” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 10) de outras regiões do país para o Paraná. Os militares reforçam que “desses elementos haviam sido processados e até condenados pela Justiça Militar” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 10). Isso mostra que os militares viam muitos membros do PCB como criminosos comuns e isso adicionava uma carga de moralidade em que os criminosos comunistas precisavam ser detidos. Isso fica mais evidente quando os militares analisam os eventos da última eleição de 1974, em que:

[...] a principal preocupação dos comunistas eram as eleições, quando cerraram fileiras contra os candidatos do ARENA, apoiando os do MDB contra troca de promessas de defenderem estes, em suas tribunas parlamentares, os interesses comunistas (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 10).

Essa passagem não só mostra como os militares temiam o levante comunista, mas viam neles um inimigo ardiloso, capaz de “cerrar” as chances de vitória de o partido governista, a ARENA, como descrito no IPM 745, nas eleições de 1974. É reforçar a noção que não são criminosos comuns, já que além do trabalho dentro do “Partido” tinham também financiado eleições e organizações no Paraná.

Retornaremos para o Apêndice E, que ajudará analisar os nomes a seguir disponibilizados pelo IPM. A função de utilizar o Apêndice E consiste em selecionar alguns nomes dentro dos 67 indiciados pelos militares. O critério de seleção foi os daqueles que atuaram como depoentes nas Comissões Nacional e Estadual da Verdade. Assim, os nomes escolhidos foram: João Alberto Einecke, Mario Gonçalves Siqueira, Ildeu Manso Vieira, e Antônio Narciso Pires de Oliveira.

Começamos por João Alberto Einecke, codinome “SETUBAL, conforme às fls. 24” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 11). O arquivo afirma que foi “aliciado” pelo Partido Comunista por Newton Cândido, este responsável a dar para Einecke edições do “VOZ OPERARIA e outras publicações comunistas” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 11)

Com grande temor que utilizam das confissões de Einecke, que o temor do comunismo deveria ser levado seriamente, já que jovens como o próprio Einecke podiam “Ingressar no Partido Comunista Brasileiro com a finalidade de implantar através da luta, o comunismo no Brasil.” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 11).

Claro que a rede de agentes dos órgãos de inteligência também se utilizou das confissões de outros membros do PCB para formar uma rede de acusações e de confirmações de identidades, ou seja além de se utilizar do interrogatório e tortura para adquirir uma informação, utilizavam da mesma para conseguir nome de outros membros do “Partido”. Isso fica claro na parte de João Alberto Einecke, quando é mencionado o relato de outro membro do PCB que confirma: [...] “sendo certo que as declarações de ANTONEEL DE SOUZA E SILVA, de fls. 447, discriminam a participação efetiva de “SETUBAL” na formação do Comitê Municipal de Londrina” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 11).

Mario Gonçalves Siqueira, cujo codinome é “BONIFACIO” (IPM 745, IN: BRASIL NUNCA MAIS. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 12), é outro indivíduo que aparece no Apêndice E, e o IPM 745 apresenta o seguinte sobre ele:

[...] foi aliciado por FRANCISCO LUIZ FRANÇA e a partir de 1971, iniciou intensas atividades no PC, operando na infiltração comunista no Sindicato dos Ensacadores de Paranaguá (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 12).

Mario também confessa que se tornou em 1971 primeiro secretário do Comitê Municipal de Paranaguá, e que em um domingo de janeiro de 1975 participou da reunião do Comitê Estadual do Partido Comunista na cidade de Curitiba.

Ildeu Manso Vieira, cujos codinomes são “DOMINGOS”, “MINEIRO” e “PEREIRA” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 21), começou a participar de atividades “esquerdistas” em 1958, principalmente no ano 1970 onde se envolve com o Partido Comunista Brasileiro sendo “[...] leitor da ‘VOZ OPERARIA’ e contribuía com o Partido Comunista” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 20).

No período de março de 1974, junto com Newton Cândido e Francisco Luiz França, “[...] trataram das primeiras providencias para fundarem o Comitê Estadual do Paraná” (IPM 745, in: BRASIL NUNCA MAIS. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 20). Em meados de maio do mesmo ano, abrigou em sua residência Diogo Afonso Gimenes, este estando “foragido das autoridades de São Paulo” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 20).

Ildeu, juntamente com Roacir Leite Ferraz, estabeleceram contato com candidatos da oposição prometendo apoio do PCB, desde que: “de suas tribunas, se eleitos defendessem seus interesses subversivos” (IPM 745, in: BRASIL NUNCA MAIS. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 20). Ao comparecer na reunião do Comitê Estadual do Paraná, na casa de Ubirajara Moreira, foi eleito membro do Comitê, sendo a ele dado: “o Setor de agitação e propaganda” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 21), isso ocorre em 18 de janeiro de 1975.

A ficha de Newton Cândido se encontra inicialmente apagada, tornando algumas informações de difícil compreensão e análise, entretanto as informações coletadas tratam de um conjunto de reuniões dos meses de junho e julho de 1975, onde eram tratados temas de “ideologia contrária as normas governamentais e ‘reativamente’ do Partido Comunista” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 46). Reativamente se encontra em aspas pois devido ao estado do documento se torna difícil interpretação. Participou de outras reuniões em outros locais do país, como Rio de Janeiro e que ao se encontrar com alguns ativistas locais teceu

considerações sobre o Partido Comunistas. Novamente as informações coletadas foram de difícil interpretação.

Nas notas sobre Antônio Narciso Pires de Oliveira, consta que o acusado participou da: “ALN (Aliança ‘Liberadora’ [sic] Nacional), organização subversiva, que pregava a tomada de poder pela violência” (IPM 745, IN: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 48). A ALN representa um grupo de guerrilheiros armados com a intenção de lutar contra a Ditadura de 1964, e apesar de ser correto o uso da força na ALN, os agentes da Ditadura omitem o uso da violência, como a tortura, com os acusados deste documento.

Tendo se identificado com Arnaldo Ramos Leomil, e participaram de uma reunião em janeiro de 1975 onde a pauta foi: “intensificação das atividades comunistas em Apucarana, inclusive a instalação de Comitê Municipal” (IPM 745, IN: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 49). Boa parte escrita sobre Antônio Narciso se encontra apagada ou borrada, tornando difícil leitura da seção. No final desta parte do arquivo se encontra a assinatura do Procurador em exercício.

Dando continuação aos diversos documentos do arquivo, a Secretária de Segurança Pública de 1975 juntamente a Delegacia de Polícia de Ordem Política e Social (DOPS) realizou uma autuação, no dia 12 de setembro do mesmo ano já mencionado, na cidade de Curitiba do Paraná, contra os acusados.

Na página seguinte a Portaria de número seis de 75, descreve:

Tendo em vista o levantamento feito das atividades do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, no Estado do Paraná e conforme Resolução de n 1323/75, datado de 12 de setembro de 1975 da Diretoria da Polícia Civil e em virtude de encontrar-se prêso FERNANDO PEREIRA CHRISTINO, militante do COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, DETERMINO ao senhor Escrivão que A esta instaure-se o competente Inquérito policial para apurar a responsabilidade criminal do elemento supra citado e de outros pertencentes da ORGANIZAÇÃO do P.C.B., que forem detidos durante o andamento deste procedimento, devendo:

- a) Junte-se aos Autos a cópia da Resolução n 1323/75 do Ilmo Sr. Diretor da Polícia Civil.
- b) Presente FERNANDO PEREIRA CHRISTINO seja o mesmo qualificado, interrogado e pregressado.
- c) Oficie-se ao M. M. Juiz da Autoria da 5 C.J.M. nos termos do artigo 59 da Lei de Segurança Nacional, comunicando as prisões de elementos pertencentes ao PARTIDO

COMUNISTA BRASILEIRO (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 56).

E finaliza-se o documento com carimbo e assinatura do delegado de Ordem Política e Social, delegado Ozias Algauer. Que por sua vez foi designado para esse inquérito através de suas atribuições legais:

[...] conferidas pelo Artigo 50, Item IX do Regulamento da Polícia Civil, Decreto número 9.949 de 13/11/1.962, resolve,

DESIGNAR

O bacharel, Onias Algauer [sic], Delegado da Polícia de 3º Classe, titular da Delegacia de Ordem Política e Social, para instaurar inquérito policial em torno do fato constando do expediente protocolado sob nº 1597/75 – CISESP, que dá notícias da prática de atividades subversivas, pelo indivíduo Fernando Ferreira Cristino – membro do Partido Comunista Brasileiro.

Diretoria da Polícia Civil, em 12 de setembro de 1975. (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 59)

Sobre os números de Decretos e Artigos anteriormente destacados, é válido fazer as seguintes considerações: em uma pesquisa via internet, o Decreto 9949 de 13/11/1962 não foi encontrado nada que pudesse explicá-lo, seja em âmbito nacional ou na região do Paraná. Em uma pesquisa similar do Artigo 50 do Item IX do Regulamento da Polícia Civil, também demonstrou difícil acesso, mostrando resultado de Decreto Lei posterior à data de 1975. O número de protocolo citado pela segunda citação também não foi localizado. Por motivos que ainda se desconhece não será localizado para esta pesquisa os dados contidos nesses Decretos, levando a considerar talvez uma possível omissão de dados.

Ozias Algauer também se tornou responsável pelos interrogatórios de alguns presos da Operação Marumbi. Devido a extensão do documento torna difícil uma análise extensa documental, porém pode-se utilizar os mesmos nomes já citados anteriormente, é o caso de João Alberto Einecke, sendo: “[...] o mesmo qualificado, interrogado e pregressado. Ctba., 18 de setembro 1.975” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 77)

Indo mais além, no que pode ser descrito como um processo burocrático ideológico, a seguinte passagem se encontra nas seguintes palavras, mesmo que algumas palavras se encontrem apagadas: “Como adianto se vê do Auto de Qualificação, e interrogatório e vida de JOÃO ALBERTO EINECKE, certifico haver dado fiel e integral cumprimento aos termos contidos no despacho retro. O referido é verdadeiro e dou fé” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 78). É como

se parecesse que a palavra de João, mesmo que de um subversivo, se for considerado ideologicamente aceitável, suas palavras seriam consideradas verdadeiras, como um confessorário num sistema religioso.

Na seguinte ficha do Auto de Qualificação e Interrogatório, supervisionado por Ozias Algauer, João tem seus dados disponibilizados, desde sua fé espírita, nascido em Lages em Santa Catarina, pai de dois filhos e entre outras descrições. Também mostra o interrogatório de aproximadamente 10 laudas e quais os conteúdos de resposta de João Alberto Einecke.

Eles afirmam que é um funcionário da Viação Garcia e que vendia bilhetes na Estação Rodoviária de Londrina por quatro anos. Já fazia nove anos que João veio para Londrina, onde trabalhou também na VASP (Viação Aérea de São Paulo) e como vendedor ambulante. (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1).

Em meados 1973, Einecke conheceu Claudio, que posteriormente soube que este fazia parte do Partido Comunista Brasileiro. Claudio em relatos anteriores era o codinome de Newton Cândido. Em 1974 é revelado para João que Claudio seria “[...] um revolucionário e contra o atual governo, porque não admitia existir tantos pobres e outros com muito dinheiro” (IPM 745, in: BRASIL NUNCA MAIS. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 80). Recebeu ainda de Claudio um exemplar do jornal clandestino *Voz Operaria*, além de exemplares de livros e livretos, um contendo a situação operaria na Rússia, não é dito o nome do exemplar (IPM 745, IN: Brasil Nunca Mais 551, 2016, VOL.1), apenas que Claudio depois de um tempo afirmou fazer parte do: “[...] comunismo e que sua função e a de seus companheiros era implantar através da luta o comunismo no Brasil” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 80).

A relação entre Claudio e Einecke parecia ser um tanto íntima, a ponto de se encontrarem diversas vezes na estação, debaterem livros e opiniões sobre comunismo e até convidar um para a casa do outro. Antes das eleições de 1974, João fora convidado por Claudio para ir ao apartamento em Londrina, edifício Tuparandí, onde se encontrariam com um contato, da Bahia, de Claudio, em investigação é revelado que o apartamento pertencia ao advogado Luiz Gonzaga Pereira. (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1)

Dentro desse período Einecke conheceu outro membro do PCB sob codinome Zé, este era conhecido de Claudio e veio lhe perguntar sobre João Alberto Einecke,

provavelmente para saber se ele não seria um infiltrado ou alguém leal ao movimento. Outro militante do PCB é identificado como Flavio Ribeiro, sendo advogado na cidade de Londrina.

Posteriormente é perguntado por Claudio se Einecke conhecia Genecy Guimarães do MDB, o que ele confirma que conhecia e lhe revela que Genecy era membro do PCB também. (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1). Em abril de 1975 Einecke é procurado por Claudio que requisitou seu endereço, pois viria um contato de Guanabara (RJ) para a casa de Einecke, o indivíduo de Guanabara é uma pessoa de codinome Ney, e que Einecke teria que levá-lo a Genecy Guimarães.

Essa vinda de Ney junto com Claudio, Genecy e outros agentes do PCB para uma reunião que ocorreu na casa de Einecke, onde foi debatida a força do MDB na região de Londrina, e as chances de perder a eleição eram baixas (IPM 745, In: BRASIL NUNCA MAIS. BNM 551, 2016, VOL.1). Certo dia Einecke se encontra com Terezinha Kimura, identificada como companheira de Claudio.

Einecke conheceu todas essas pessoas pois haveria uma grande reunião dos membros do PCB, onde fora debatido diversas pautas como por exemplo:

[...] parte da Igreja estava colaborando fazendo uma frente ampla para o P.C.B. disse que o Exército estava dividido e o Governo estava desesperado, que o Governo do Peru estava a favor do regime COMUNISTA pois recebia apoio do COMUNISMO internacional e que Portugal estava dominado pelos COMUNISTAS, disse ainda que todos militantes deveriam filiar-se ao M.D.B., com vistas às eleições de 1.976. (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 83).

Apesar de certo apoio de uma camada da igreja, eles mencionam que as Colônias Hebraica e Árabe estão se afastando do apoio ao PCB. Também foi feito na reunião citada acima uma reorganização do PCB no Paraná, citando nomes como Diogo Afonso Gimenez, Ildeu Manso Vieira, Ubirajara Moreira, e outros nomes e codinomes. (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1), junto com essa reorganização, foi debatido entre alguns nomes um “plano de trabalho para o P.C.B.” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 84).

Einecke ainda parecia demonstrar em seu interrogatório uma falta de importância que alguns membros do PCB detinham, após a reunião e retornar sua família para Londrina, João foi informado por Claudio que deveria votar em candidatos do MDB, tais como: “Senador LEITE CHAVES, para Deputado Federal OLIVIR

GABARDO, e JOSÉ ANTONIO DEL CIEL” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 84).

Claudio também dá a Einecke uma informação que ele afirma vir do exército: “[...] dizia que um General ou Marechal Golberi [sic] estava traindo a Revolução e que existia um General de sobrenome AZEVEDO que era pederasta passivo [...]” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 85). A descrição é um tanto longa, mas a mais importante é o envolvimento de Golbery, como um dos grandes ideólogos do governo militar a partir da doutrina da segurança nacional, sendo um dos colaboradores para a formação do SNI, apesar de não ser possível confirmar sua suposta traição, a breve menção de seu nome já é suficiente para causar suspeitas do comprometimento subversivo. Ainda, a afirmação sobre o suposto general Azevedo ser um pederasta passivo também remete a uma ideia de conservadorismo quanto aos costumes e vida sexual e afetiva, que poderia estar contaminando as fileiras militares. E, em se tratando de um oficial de alta patente, isto pode ser visto como de alto risco e comprometimento dos próprios militares e, talvez até, da “revolução” do golpe de 1964. Neste sentido, vale lembrar o que Quinalha (2021) observa sobre a ditadura, isto é que se pode perguntar se ela não pode também ser pensada como uma ditadura hétero-militar, afinal, “a retórica da moralidade pública e dos bons costumes foi central na construção da estrutura ideológica que deu sustentação à ditadura de 1964” (Quinalha, 2021, p. 22).

Outras reuniões são citadas por Einecke, como uma feita no bairro Jardim Edy da região de Londrina, na residência de um “operário de atendida pelo nome de JOSE” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 86). Nesta reunião Claudio afirma que o governo atual na época estava fraco por ter ganho do governo Médici “verdadeira bomba de efeito retardado e que agora estava estourando e que tudo indicava que as próximas eleições resultariam num fracasso para o governo” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 86)

Com o efeito dessa “bomba”, o PCB via uma oportunidade em que buscar aliados no MDB e garantir a vitória nas próximas eleições. Assim marcada o fim da reunião o objetivo era buscar esses aliados, a lista de aliados citados foram “OS-VALDO MACEIO, ANTONIO BELINATTI, ALVARO DIAS, OLIVIR GABARDO e JOSÉ ANTONIO DEL CIEL” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 86), entretanto nem todos dentro do PCB apoiavam os nomes selecionados.

Entre as pautas citadas que tanto o PCB quanto o MDB deveriam apoiar já haviam sido citados aqui, mas vale a pena rememorar devidas suas importâncias:

Anistia ampla aos presos políticos, Combate as multinacionais, a Revogação do Ato Institucional nº 5 e o Decreto Lei 477, Defesa do monopólio Estatal do Petróleo e Defesa da soberania nacional e ainda para realizar a propaganda eleitoral o P.C.B. precisaria que fossem fornecidos pelos candidatos propaganda política, que fundassem Comitês Eleitorais nos bairros de Londrina e ainda deveriam dar uma contribuição em dinheiro para o PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 85)

Com a próxima reunião seria sobre a organização do Comitê Municipal de Londrina, marcada por Claudio no dia 16 de fevereiro, João Alberto Einecke decide se aproximar do estudante de direito Severino Alves Barbosa, com intenção de agregá-lo ao Comitê. “SEVERINO sabia da condição de militante do P.C.B. do interrogado que expôs a ele que haveria uma reunião do P.C.B. [...]” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 88).

Na reunião do dia 16 fica claro que alguns militantes teriam a tarefa de agregar dez mil cruzeiros até o mês de outubro de 1975, ficou decidido também que contando com o auxílio de Severino formaria uma frente estudantil.

O interrogatório de João Alberto Einecke encerra com João afirmando uma análise da vitória do MDB nas eleições e com vista nas eleições de 1976 todos deveriam se filiar ao MDB. É encerrado aqui e com o seguinte registro:

achando conforme em presença das testemunhas FRANCISCO DE ARAUJO, brasileiro, casado, RG Nº 130.184 do I.I. do Paraná, residente a rua Manoel Eufrásio nº 1.540 n/Capital e MANOEL GONÇALVES NETO, brasileiro, casado, RG Nº 163.632 do I.I. do Paraná, residente a rua Professor Sebastião Paraná nº 791 n/Capital, os quais presenciaram o presente interrogatório que se fez sem coação física ou moral (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 91).

O próximo Auto de Qualificação e Interrogatório realizado pelo DOPS é o de Mario Gonçalves Pereira, o documento indica que a realização desse interrogatório foi feita às 8 horas do dia 19 de setembro de 1975, sendo assinada pelo delegado Dr. Ozias Algauer. Além de conter dados básicos de Mario Pereira, focaremos principalmente na descrição do interrogatório.

Começando na cidade de Paranaguá, onde Mario trabalhava em 1961 como ensacador de café, onde além de trabalhador era também pertencente ao Sindicato dos Ensacadores de Café. A declaração deixa claro que nos anos iniciais de 1961 até 1966, Mario apenas atuou como ensacador, depois começou a comparecer as reuniões sindicais (IPM 745, in: BRASIL NUNCA MAIS. BNM 551, 2016, VOL.1). Durante 1970, ele foi convidado por outro ensacador, Vitor Antonio Guilherme, que o levaria a Paranaguá para uma reunião diferente: “o interrogado soube que se tratava de uma reunião comunista, e que nesta reunião foi apresentado a um elemento chamado – ‘FAGUNDES’” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 98).

Fagundes tinha intenção de entregar jornais clandestinos para Mario e ademais membros ensacadores na reunião sindical, em outras palavras Fagundes era o único comunista na reunião, e visava conseguir novos seguidores, o jornal clandestino em questão é o Voz Operaria, principal jornal do PCB. A partir de então Mario começa a participar das reuniões administradas por Fagundes, cuja maioria das reuniões tinha como intenção agregar adeptos (IPM 745, in: BRASIL NUNCA MAIS. BNM 551, 2016, VOL.1). No ano de 1974 a pauta da reunião muda, não mais sobre agregar força ou financiamento para o PCB, a situação agora era apoiar o MDB nas futuras eleições.

Em uma reunião realizada em Curitiba, o local exato foi omitido por Fagundes que pediu que Mario e outro membro chamado Paulinho permanecessem de olhos fechados até chegarem no local adequado. “FAGUNDES solicitou ao interrogado e PAULINHO que após descer do veículo fechassem os olhos, ficando na mesma posição, isto é de olhos fechados como já vinham no veículo” (IPM 745, in: BRASIL NUNCA MAIS. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 101).

Nessa reunião, foi visto por Mario outros membros do PCB, incluindo Claudio, um membro que também se fez presente no interrogatório de João Alberto Einecke. Na reunião Mario afirma que foi pautada o Comitê Estadual do PCB, e que Mario e Paulinho deveriam desenvolver atividades no Comitê Municipal de Paranaguá. Depois da reunião de janeiro, Mario ficou sem contato com Fagundes por dois meses, e que só entrou em contato para: “qual era o balanço do PCB, tais como arregimentação de adeptos e angariação de fundos, o interrogado respondeu-lhe que até aquela data não havia feito nada” (IPM 745, in: BRASIL NUNCA MAIS. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 102).

Também conversam de uma futura reunião no dia 10 de maio, onde o ponto de encontro seria a BR-277, próximo a vila popular. Após se encontrar com Fagundes, foram em direção a Curitiba e deixado na Praça da Estação Ferroviária, próximo a Câmara Municipal, Mario seria buscado por outro membro do PCB nessa localização. Então com o passar das horas Fagundes, junto com Antônio e Ildeu Manso Vieira, juntos se dirigiram para a região norte do Estado, e novamente: “FAGUNDES’ por medidas de segurança solicitou a todos que deveriam fechar os olhos, isto próximo do local aonde seria realizada a reunião, alertando, porém que ILDEU MANSO VIEIRA não necessitaria de fechar os olhos” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 103).

A reunião é pautada sobre as condições estruturais e financeiras do PCB no Estado do Paraná, Mario revela que a situação estaria difícil, tanto em agregar aliados e apoiadores quanto de conseguir ajuda financeira. O interrogatório de Mario se encerra com suas considerações sobre essa última reunião, tendo em vista que o interrogatório teve participação de civis como testemunhas Eraylton Moreschi e Oswaldo Gomes Ferreira, afirmando que junto ao testemunho o interrogado Mario não passou por nenhuma coerção física ou moral.

Próximo interrogatório a ser analisado é de Ildeu Manso Vieira, um nome que já apareceu em outro interrogatório, de Mario Gonçalves. Novamente o interrogatório é realizado pelo DOPS, sob o Delegado Ozias Algauer. Ildeu nasceu em Minas Gerais na cidade de Alfenas, tendo 47 anos na data que foi preso e até então casado.

Dando início ao interrogatório vale a pena considerar que parte da redação está pagada ou gasta, tornando difícil uma total compreensão do texto. Entretanto Ildeu afirma que começou seus interesses políticos em 1950 através da Diretoria da União Nacional dos Estudantes, que apesar do documento não identificar como movimento comunista, ainda assim o afirma sendo um movimento de esquerda.

Entre 1954 e 1958, Vieira atuou como sindicalista dos Bancários do Rio de Janeiro, o sindicalismo apresentou muitos companheiros de Ildeu sendo eles de esquerda ou comunistas como: “HUMBERTO MENEZES PINHEIRO, JOSÉ PEREIRA, ALUIZIO PALHANO” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 219).

Ildeu Vieira também considerou depois de 1958 se filiar para o PCB. Entretanto, antes disso, volta para Minas Gerais onde ele se filia ao Partido Trabalhista Brasileiro. Ildeu afirma:

“sempre seguiu uma doutrinação de esquerda; que, com advento da revolução de 1964 foi o interrogado [...] em Inquérito Policial Militar motivado por ser do Partido Trabalhista Brasileiro local considerado seguidor da linha de LEONEL BRIZOLA” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 220).

Depois de tal IPM (não há informações que precisem qual o IPM), Ildeu Vieira foi absolvido, e em 1965 se mudou para Maringá. Mas mesmo com o passar dos anos ele foi constantemente “assediado” por membros do PCB (IPM 745, IN: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 220).

No ano de 1970 Ildeu Vieira decide se filiar ao Partido Comunista Brasileiro, interagindo não só com outros membros, mas também se tornando leitor do Voz Operária. Um ano depois se muda para Curitiba onde começa um trabalho na “UNIVEST (Distribuído de Títulos e Valores Imobiliários)” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 220-221). E depois, por questões de trabalho na UNIVEST, foi transferido para Santa Catarina.

Mas mesmo sendo transferido, sua família e sua residência foram mantidas em Curitiba, onde ele visitava com frequência. Durante esse tempo ele não exerceu qualquer atividade com a esquerda, até que em 1974 foi procurado por Fagundes, mesmo codinome que aparece no interrogatório de Mario Gonçalves Siqueira, Fagundes buscou Ildeu com a intenção de integrá-lo ao Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro, no entanto Ildeu inicialmente relutou a proposta.

Entretanto, depois de um tempo Ildeu Vieira manteve contato com Fagundes, que o apresentou a outros membros do PCB, inclusive Claudio, codinome de Newton Cândido, e que por Newton/Claudio não ter residência fixa em Curitiba, Ildeu o ajudaria com deslocamento em outras regiões como Londrina e Maringá.

Vale ressaltar que parte do interrogatório está ilegível, fazendo com que citações diretas e a leitura dos documentos estejam comprometidas. Uma página inteira está perdida, encontrando-se borrada. Outra página de difícil leitura não permite uma análise completa, mas ainda há a compreensão de tratar de uma reunião que visava apoio ao MDB nas próximas eleições.

Também é mencionada uma organização de uma Reunião em Londrina, onde Claudio (Isto é, provavelmente Newton Candido) buscou Ildeu Vieira para organizar um espaço para a futura reunião que pautava a estrutura do Comitê. Mesmo tendo uma seção levemente apagada ainda se pode compreender que se trata das pautas e objetivos que o PCB tem com o MDB, esses objetivos já foram mencionados em outros locais da dissertação.

A última página novamente se encontra apagada, tornando impossível nomear as testemunhas presentes no interrogatório, mas se os interrogatórios seguem o mesmo padrão, existem duas testemunhas usadas para dizer que não houve coerção contra Ildeu Manso Vieira.

Antônio Narciso Pires de Oliveira, nascido em Cornélio Procopio no Paraná e morador de Apucarana, detinha apenas 26 anos quando seu interrogatório supervisionado por delegado Ozias Algauer, no dia 22 de outubro de 1975.

Por ser o mais novo até aqui pesquisado, o interrogatório confirma muito de seu papel como estudante, sua atuação no Grêmio Estudantil e da União dos Estudantes. Em sua atuação sempre criticou a política do Governo, acreditando: “que o estudo deveria ser gratuito, melhorar o nível educacional, ampliação do número de vagas nas Faculdades” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 674).

Encerrando em 1968 seu Curso Secundarista, fica em Apucarana até 1969 onde se encontrou com José Idézio Brianezi, onde estabeleceu contato com a ALN (Aliança Libertadora Nacional), no documento do interrogatório a ALN é definida como: “organização terrorista” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 674).

Esse contato na verdade consistia em um grande arquivo de documentos que permitiu estudos e discussões, de acordo com o interrogatório de Oliveira, ele mesmo discordava de alguns assuntos dos documentos como guerrilha rural e guerrilha urbana, até que em 1966 se transferiu para Curitiba para trabalhar no Serviço Federal de Processamento de Dados. Ele permanece em Curitiba até 1970, onde começa uma série de dificuldades na vida pessoal e dos estudos: [...] “ou seja, tendo sido preso [ileg] ano pelo Exército, perdeu seu emprego e a Bolsa de Estudos.” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 674).

Ele então retorna para Apucarana em 1971, onde presta o vestibular para a Faculdade de Ciências e Letras da cidade de Jandaia do Sul, em 1973. Ao terminar a faculdade busca lecionar em Apucarana, mas por ter antecedentes negativos da DPS, tem que desistir de lecionar e busca emprego numa fábrica de brinquedos “PUBLI-ARTE – PUBLICIDADES ART – SCREEN LTDA” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 675).

Em 1974 Antônio se encontra com Leomil para alugar um quarto em Apucarana, e em 1975 criam vínculo de amizade um com outro, e em trocas de ideias Antônio identifica em Leomil um pensamento voltado para a esquerda, e em janeiro descobre que este era membro do PCB.

Ao manter contato com Leomil, Antônio Oliveira logo se viu vinculado a outras personalidades, como Newton Cândido, e até participou de reuniões com outros membros do PCB, onde debatiam a redemocratização do país.

Ao término da reunião Newton Cândido se aproxima de Oliveira com intenções de explicar sobre o jornal Voz Operaria, e assim com a ajuda de Antônio colocar em uso um antigo mimeografo para a produção de mais exemplares. Antônio aceita e produzem 300 cópias do jornal, Antônio também ficou responsável para a criação de uma máquina denominada “reco-reco” (IPM 745, in: Brasil Nunca Mais. BNM 551, 2016, VOL.1, Lauda 677). Reco-reco parece ser um tipo de maquinário com intenções de tirar impressões de novos jornais de forma clandestina.

Após uma conversa com Newton Cândido, Antônio Oliveira explica que mesmo com a produção do jornal Voz Operaria, o local de produção não era seguro o suficiente, Newton o acalma explicando que outra pessoa de nome Vladmir Salomão Amarantes ficaria responsável pela impressão em Guarapuava. No interrogatório também é afirmado que Antônio Oliveira e Newton Candido construiriam uma gráfica do PCB no Paraná, mas até onde se percebe nunca se concretizou.

Fica evidente nesta análise que para a realização da Operação Marumbi, e de diversas outras operações, foi montada “um forte aparato burocrático-legal”(Brunelo, Priori; 2019; p.135). Semelhante ao que Guillermo O'Donnell (1996) determina e descreve como uma burocratização autoritária. Essa burocratização se torna mais evidente quando analisada os interrogatórios que consistia de testemunhas numa tentativa de impedir que os interrogados sofressem de coerção, de inicio parece uma

situação razoável, mas quem poderia confirmar que essas testemunhas eram guiadas por lealdade ou medo de um governo repressor.

A quantidade de documentos e assinatura dos responsáveis também é notável, mostrando que a força policial, como do DOPS, agia sempre com o intuito de descrever seus interrogados e proteger a gestão e o dirigismo governamental. Por exemplo, os dados apresentados nos documentos sobre os interrogados sempre envolvem questões pessoais, tais como família, casamento, filhos, local de nascimento ou habitacional. Percebe-se que essa forma de operar se assemelha muito com a rotina de uma atual polícia civil ou militar, mostrando que ou nada mudou, ou que o modo de atuação do governo de 1964 visava, a olhos visto, construir uma imagem de agir em conformidade com a lei e se justificar em termos de legalidade (Rezende 2001).

Para preservar a imagem de legalidade do regime ditatorial e do respeito do regime às normas legais estabelecidas, nota-se que nos interrogatórios realizados no DOPS não mencionam sequer uma vez a tortura; entretanto as questões ideológicas sempre presentes a fim de uma manifestar que o comunismo estaria se espalhando pelo Estado paranaense (Brunelo, Priori; 2019). Por exemplo, considerando o interrogatório de João Alberto Einecke, tal como aparece nos autos do IPM 745 e presentes no BNM 551, por uma perspectiva ele, não se define como comunista, mas ao mesmo tempo ele se apresenta como um doutrinado por outros membros do PCB, que pareciam selecionar novos asseclas de forma arbitrária. O que indicaria, de modo exemplar, a contaminação subversiva engendrada pelos comunistas às pessoas mais fragilizadas e suscetíveis.

Portanto, toda essa legalidade autoritária (Brunelo, Priori; 2019) serviu acima de tudo como uma forma de expor os comunistas e ao mesmo tempo velar as ações repressoras das forças policiais. Afinal está claro que para os militares e agentes de repressão as ações durante essas operações eram ações burocráticas legalistas, já que agiam de acordo com determinada lei, mas surge o questionamento se determinada lei não seria repressora, ou limitadora de Direitos Humanos (1948) e constitucionais básicos, como é o caso evidente da LSN ou AI-5. Por isso para trazer evidências que houve tortura dessas forças recorrerá ao Relatório do Projeto A Brasil Nunca Mais.

4.4.2. O relatório do Brasil Nunca Mais

Inicia-se esta secção analisando o relatório do Brasil: nunca mais, um relatório importante para a apresentação da pesquisa clandestina que foi o Projeto A e B. A importância está em reconhecer o período em que viviam não era um momento calmo, mas de extrema turbulência em toda América Latina. No Brasil, principalmente com o crescimento de movimentos sociais, essa rápida evolução foi uma das causas da ruptura marcada pelo Golpe de 1964. Tendo essa conscientização básica que se pode fazer uma pesquisa focada na Clínica Marumbi, onde apresentou 22 ocorrências (cf. APÊNDICE B) resultados, e Operação Marumbi, sem nenhuma ocorrência nesse relatório. Porque isso acontece está além da capacidade de comprovar desta dissertação, mas levanto a hipótese que tais resultados compõem a metodologia empregada pelo Brasil: nunca mais.

A primeira ocorrência da Clínica Marumbi foi um quadro dos locais onde foram realizadas torturas, listando o código do local e o número de denúncias envolvendo o local. No caso da Clínica Marumbi, reconhece que ela ficava na Rua Pedrosa, em Curitiba, sob código 199, código este, dado pelos próprios militares, e tendo 65 denúncias de presos políticos da época.

A segunda ocorrência é um relato do professor Antônio Narciso Pires de Oliveira, já mencionado na introdução deste capítulo. Ele Relata que foi levado a Clínica, sem sofrer nenhum mal físico, apenas ameaças de morte, como forma de tortura psicológica.

Outro relato contado por Arnaldo Ramos Leomil, preso em 11 de outubro de 1975 em sua própria residência, vendado e levado ao quartel de Apucarana, isolado depois de colocado em uma sala, até a chegada do capitão Romariz. Depois foi transferido novamente vendado para o que ficaria conhecido como Clínica Marumbi, foi interrogado por duas pessoas Dr. Ruy e Dr. Peter, este último delegado. É relatado também os sons de vítimas torturadas no local, mostrando ser um local de dor e desespero aplicados pelos militares.

Diogo Afonso Gimenes prisioneiro político não apresenta muitos detalhes, mas afirma que a presença de agentes do DOI durante seu transporte para a Clínica Marumbi, foi ameaçado e torturado com socos, inclusive na região da genitália. Por não

suportar tal tratamento ele aceitou assinar diversos documentos mesmo sem saber o conteúdo descrito. Junto com Diogo, estava Genecy Souza Guimarães, somente se conheceram no cárcere da Clínica, onde partilhavam salas onde eram torturados.

O documento de Ildeu Manso Vieira é mais impactante, sendo preso junto com seu filho, mesmo este sendo liberto no mesmo dia, Ildeu sofreu diversas formas de tortura, além de físicas e ameaças, choques elétricos entre outros. Em seu relato somos apresentados ao Dr. Ruy, chefe do DOI, e Major Lins; este último levaria Ildeu à Clínica Marumbi. A partir de seu cárcere na Clínica, ele relata com um tom traumatizado que preferia assinar seu pedido de morte. Um adendo, o documento de Ildeu está manchado e danificado provavelmente por tinta, não há como saber se é intencional ou não.

Um relato brutal é o de João Alberto Einecke, mostrando diversos tipos de tortura, xingamentos, choques elétricos, socos entre outros, a ponto de João dizer que estava ensanguentado. Depois disso foi levado a Clínica Marumbi, onde afirma ser uma dependência do DOI-CODI. Aqui ele expõe torturas como pau de arara, espancamento, e uma técnica psicológica de ver companheiros de celas sofrendo as torturas. O depoimento assinado no DOPS, João afirma, representa que os torturadores podiam forjar as provas se sentissem à vontade, e que o aceitar os depoimentos era mais uma tortura psicológica, já que muitos não aguentavam a tortura física novamente. Este depoimento expresso aqui diferente dos outros foi uma carta feita pelo próprio João Alberto, mostrando sua sede por justiça.

José Caetano de Souza já nos relata que nem todos os sobreviventes conseguiram viver com os traumas e cicatrizes, no caso de José que desenvolveu esquizofrenia e audição e visão debilitadas logo após sua passagem pela Clínica Marumbi.

Estes relatos, expõem uma época em que a vida dos brasileiros, se fossem considerados subversivos, eram brutalmente torturados, e claro presos sem ao menos passar por um julgamento parcial e justo. Sendo assim, o Brasil: nunca mais permitiu que as gerações presentes na Ditadura Militar e as futuras gerações também não esquecessem os horrores como locais da Clínica Marumbi. Fica claro que os esforços marcantes do Brasil: nunca mais são a mais importante forma de exposição das atrocidades de uma ditadura.

Na seguinte tabela pode-se perceber a quantidade de denúncias de tortura ocorridas entre os anos de 1964, início da ditadura, e 1977, um ano antes da

publicação do Projeto Brasil Nunca Mais, na qual se identificam as dependências onde as torturas ocorreram. Os dados aqui apresentados são oriundos do Projeto A, especialmente o Tomo V, vol. 1, “A Tortura”, a partir do quadro 120 (Brasil Nunca Mais, 2016, p. 82-83). Pode ser notado que todos esses locais denunciados estão situados no Estado do Paraná, e buscamos destacar principalmente os locais que foram criados ou serviram de base para a realização de torturas durante a Operação Marumbi em 1975. O que por si mostra o alto número de ocorrências de tortura naquele ano.

Quadro 1: Locais onde ocorreram torturas no Paraná (1964-1977)

Dependência	Total de denúncias
DOI-CODI	7
Quartel da Polícia do Exército	21
27º Batalhão Logístico	1
Clínica Marumbi (Rua Pedrosa)	65
Unidade Militar em Apucarana	19
Unidade Militar em Foz do Iguaçu	12
Quartel de Paranavaí	1
Unidade Militar de Guarapuava	1
Dependência na rua Pedrosa esquina com Brigadeiro Franco – Departamento Veterinário do Exército	10
DOPS	72
Delegacia de Polícia de Cascavel	3
Delegacia de Polícia de Pato Branco	2
Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu	3
Delegacia de Polícia de Laranjeira do Sul	10
Mandaguari	1
Londrina	1
Polícia Federal	14
CPOR de Curitiba	4
AD-5 (Quartel)	4
Curitiba	32
Polícia Militar	3

Delegacia Regional de Jacarezinho	2
Quartel da Praça Rui Barbosa	11
Lugar fora da cidade de Curitiba	6
Arapongas	3
30º Batalhão de Infantaria Mecanizada de Apucarana	1
Na própria residência	3
Carro ou viatura Policial	12
Delegacia de Polícia de Paranavaí	3

Fonte: O próprio autor, com base em Brasil Nunca Mais, 2016, p. 82-83.

Segundo o Quadro 122, do mesmo Tomo e volume do Relatório do BNM, que trata do número de denúncias de tortura por Estado, no Paraná foram registradas 365 denúncias de tortura, perfazendo um total de 6,06% dos casos denunciados no País. Considerando a distribuição geográfica das denúncias de tortura (Brasil Nunca Mais, 2016, tomo V – vol. 1, p. 107), entre 1964 e 1977. O que em princípio parece sugerir que, comparado com outros Estados, o Paraná ocupou uma posição bastante considerável no que diz respeito ao uso de violência e de tortura na repressão policial e militar durante o regime ditatorial. O Paraná foi o quarto Estado com maior número de casos entre as denúncias que englobam um total de 18 Estados. Outros oito estados não tiveram ocorrências registradas, segundo os dados localizados e fornecidos pela equipe do Brasil Nunca Mais.

Figura 4: Número de Denúncias de Tortura por Estado

-95- QUADRO 122
NÚMERO DE DENÚNCIAS DE TORTURA POR ESTADO

ESTADO	Nº DE DENÚNCIAS	
	TOTAL	%
RIO GRANDE DO SUL	122	2,02
SANTA CATARINA	2	0,03
PARANÁ	365	6,06
SÃO PAULO	1370	22,77
RIO DE JANEIRO	1694	28,15
MINAS GERAIS	466	7,74
MATO GROSSO DO SUL	0	--
MATO GROSSO	2	0,03
GOIÁS	20	0,33
ESPÍRITO SANTO	50	0,83
BAHIA	98	1,62
SERGIPE	0	--
ALAGOAS	0	--
PERNAMBUCO	237	3,93
PARAÍBA	22	0,36
RIO GRANDE DO NORTE	21	0,34
CEARÁ	313	5,20
PIAUÍ	0	--
MARANHÃO	32	0,58
AMAZONAS	4	0,06
RONDÔNIA	0	--
DISTRITO FEDERAL	149	2,47
PARÁ	12	0,19
ACRE	0	--
RORAIMA	0	--
AMAPÁ	0	--
não consta	1037	17,23
TOTAL	6016	

Fonte: Brasil Nunca Mais, Relatório BNM, 2016

O Projeto Brasil Nunca Mais também disponibilizou em seu acervo uma série de quadros que marca os tipos de tortura e as regiões por Estado no Brasil, facilitando uma análise de conteúdo, a partir dos dados estatisticamente coletados. A primeira coisa que chama a atenção, é que os dados coletados têm algumas vezes, algo de impreciso. Quando se compara o quadro 122, já mencionado, com o quadro 123, da distribuição geográfica e cronológica dos tipos de tortura, e em específico do Paraná (Brasil Nunca Mais, 2016, Tomo V, vol. 1, “A Tortura”, p. 101), o quadro traz um total de 439 torturas denunciadas, entre 1964 e 1977.

Figura 5: Distribuição geográfica e cronológica dos tipos de tortura

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E CRONOLÓGICA DOS TIPOS DE TORTURA

ESTADO	TIPOS DE TORTURA (CÓDIGO COMPACTO)	A N O															TOTAL
		1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977		
P A R A N Á	COAÇÕES MORAIS E PSICOLÓGICAS Genéricas-Tentadas e Consumadas	1	0	0	6	0	4	15	11	2	0	0	37	0	0	76	
	COAÇÕES FÍSICAS Genéricas-Tentadas e Consumadas	2	0	0	3	0	26	33	13	1	0	0	78	0	0	156	
	VIOLÊNCIAS SEXUAIS	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	
	TORTURAS COM INSTRUMENTOS	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	3	
	TORTURAS COM APARELHOS MECÂNICOS	0	0	0	0	0	4	2	3	0	0	0	11	0	0	20	
	TORTURAS COM APARELHOS ELÉTRICOS	0	0	0	0	0	5	5	4	0	0	0	26	0	0	40	
	TORTURAS CONTRA SINAIS VITAIS	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	3	0	0	5	
	TORTURAS COMPLEMENTARES À TORTURAS	1	0	0	0	0	5	7	4	0	0	0	67	0	0	84	
	TORTURAS ATÍPICAS	0	0	0	4	0	7	12	4	0	0	0	27	0	0	54	
T O T A L		4	0	0	13	0	54	75	39	3	0	0	251	0	0	439	

NOTA: OBSERVE SEMPRE A TABELA COMPLETA DOS CÓDIGOS COMPACTOS

BIBLIOTECA CENTRAL
FAC. DIR. U.S.P.

802/12

-101-

Fonte: Brasil Nunca Mais, Relatório BNM, 2016.

Como se pode notar, vê-se que no ano de 1975 o número de torturas denunciadas aumentou consideravelmente: Se durante todo o período considerado, o Paraná respondeu por 6,06% dos casos denunciados, houve um pico de casos de tortura justamente no ano de 1975, ano da ocorrência da Operação Marumbi, com 251 casos denunciados, o equivalente a 3,46%, aproximadamente, do total de denúncias no Brasil, se considerado o quadro 123, que apresenta um total de 439 ocorrências. Se, entretanto, se toma por referência os dados do quadro 122, o índice é de quase 4,17% dos casos denunciados. Sendo que os dados coletados correspondem a um período de 13 anos, o ano de 1975, para o Estado do Paraná foi assustador: apenas aquele ano, ano em que se deu a Operação Marumbi, responde por 57,17%, ou 68,76% (se considerado apenas o número de 365 casos denunciados, conforme o quadro 122) do total de denúncias de tortura no Estado durante o período então considerado pela equipe do BNM. Qualquer que seja a consideração sobre os limites e imprecisões estatísticas fornecidas pelo BNM, é possível sustentar, no entanto, que a tortura fez parte inequívoca nos fundamentos de manutenção do regime ditatorial e das concepções ideológicas dos militares e assecclas, durante a Operação Marumbi,

sendo uma ação corriqueira naquele período. O que visualmente pode ser notado a partir do gráfico seguinte:

Gráfico 1: Denúncias realizadas entre 1964 – 1977 no Paraná.



Fonte: O próprio autor.

Se considerarmos, pela comparação, com o arquivo XXX, é possível precisar historicamente a Operação Marumbi. Ela foi dividida em quatro fases: sendo que a primeira fase se destinou à coleta de dados e investigação preliminar, tendo ocorrido entre 15 de julho e 27 de agosto de 1975; a segunda fase foi para aprofundamento das investigações e o “levantamento das ligações do alvos selecionados”, ocorrida entre 28 de agosto a 11 de setembro; a terceira tinha por objetivo a captura dos alvos selecionados, iniciada em 12 de setembro sem data prevista de encerramento; e a quarta e última fase consistia na “entrega dos indiciados à Justiça Militar, a ser efetuada após a conclusão do inquérito policial” (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Laudas 4-5), sem data especificada. No entanto, a se tomar por referência o que consta no IPM 745, constante do BNM 551, é possível afirmar que a data da quarta fase se iniciou em 05 de dezembro de 1975, e que talvez coincida com o encerramento da terceira fase (Brasil Nunca Mais, BNM 551, 2016, p. 5).

Considerando ainda outro quadro o 121 (Brasil Nunca Mais. Relatório. Tomo V, vol. 1, “A Tortura”, 2016, p. 87-88), também fornecido pelo Brasil Nunca Mais, se pode analisar as atuações do DOPS e DOI-CODI, durante o período de 1964 a 1977, no

Paraná. Há dois dados importantes: primeiramente o aumento significativo de casos de tortura nas dependências do DOPS durante o ano de 1975, lembrando que aquele órgão foi designado para operar as ações de polícia, captura e interrogatório dos presos durante a Operação; em segundo lugar, a criação do DOI-CODI especificamente para atuar, como órgão de inteligência, durante o período da Operação Marumbi, como já determinado pelo documento do SNI (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Conferir apêndice A).

Vale observar alguns detalhes com relação aos dois órgãos. Se considerar, primeiramente o DOI-CODI, é importante observar o que consta no relatório do SNI sobre a primeira fase da Operação Marumbi, uma vez que o órgão foi criado exclusivamente para atuar na operação, ainda que anterior à sua primeira fase:

Por outro lado a 5a RM/DE, apercebendo-se do quadro que se apresentava no PARANÁ, apressou a montagem de uma estrutura adequada ao combate direto à subversão e ao terrorismo, instalando o CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA (CODI), a CENTRAL DE INFORMAÇÕES (C INFO) e o DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES (DOI), respectivamente a 6 Mai, 15 Mai e 30 Jun, tudo de 1975 (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 3).

Neste sentido, não é de se estranhar os dados do quadro abaixo, em que todos os casos de denúncia relatados nas dependências do DOI-CODI, foram no ano de 1975:

Figura 6: Dependência de maior incidência de tortura e tipos de tortura ao longo do tempo do DOI/CODI

DEPENDÊNCIAS DE MAIOR INCIDÊNCIA DE TORTURA E TIPOS DE TORTURA AO LONGO DO TEMPO																
DEPEND.	TIPOS DE TORTURA (CÓDIGO COMPACTO)	A N O														
		1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	TOTAL
DOI - CODI / P R	COAÇÕES MORAIS E PSICOLÓGICAS Genéricas-Tentadas e Consumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	0	11
	COAÇÕES FÍSICAS Genéricas-Tentadas e Consumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	0	0	28
	VIOLÊNCIAS SEXUAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TORTURAS COM INSTRUMENTOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	TORTURAS COM APARELHOS MECÂNICOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
	TORTURAS COM APARELHOS ELÉTRICOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	0	11
	TORTURAS CONTRA SINAIS VITAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	TORTURAS COMPLEMENTARES À TORTURAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	0	0	18
	TORTURAS ATÍPICAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
	TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	75	0	0	75

Fonte: Brasil Nunca Mais, Relatório BNM 2016.

O DOPS, por sua vez, é designado como órgão de repressão dentro da operação na terceira fase, para onde os presumidos subversivos, ou como aparece no documento já citado, “alvos selecionados”, eram enviados para interrogatório e demais providências do inquérito (inclusive, as torturas): “Encaminhamento dos implicados à DOPS/PR- ainda dentro do período de incomunicabilidade previsto na LSN - a fim de serem submetidos a Inquérito Policial, especialmente instaurado para apurar atividades subversivas do PCB no PARANÁ” (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 3).

Figura 7: Dependência de maior incidência de tortura e tipos de tortura ao longo do tempo DOPS

DEPENDÊNCIAS DE MAIOR INCIDÊNCIA DE TORTURA E TIPOS DE TORTURA AO LONGO DO TEMPO																
DEPEND.	TIPOS DE TORTURA (CÓDIGO COMPACTO)	A N O														
		1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	TOTAL
D O P S / P R	COAÇÕES MORAIS E PSICOLÓGICAS Genéricas-Tentadas e Consumadas	0	0	0	0	0	1	0	7	0	0	0	8	0	0	16
	COAÇÕES FÍSICAS Genéricas-Tentadas e Consumadas	0	0	0	0	0	10	5	5	0	0	0	11	0	0	31
	VIOLÊNCIAS SEXUAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TORTURAS COM INSTRUMENTOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TORTURAS COM APARELHOS MECÂNICOS	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	2	0	0	5
	TORTURAS COM APARELHOS ELÉTRICOS	0	0	0	0	0	2	2	2	0	0	0	2	0	0	8
	TORTURAS CONTRA SINAIS VITAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TORTURAS COMPLEMENTARES À TORTURAS	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	0	1	0	0	5
	TORTURAS ATÍPICAS	0	0	0	0	0	5	0	2	0	0	0	8	0	0	15
T O T A L		0	0	0	0	0	22	8	18	0	0	0	32	0	0	80

Fonte: Brasil Nunca Mais, Relatório BNM, 2016.

Quando comparado com as denúncias feitas sobre o DOI-CODI, o DOPS parece ter sido “menos violento”, uma vez que o total de denúncias, distribuídas durante todo o período de 1964 e 1977, corresponde a 80 casos, sendo que apenas 1975, foram um total de 32 denúncias, sendo de qualquer modo o ano mais violento e brutal. No entanto, é preciso observar que as equipes não se encontravam rigidamente fixadas em cada órgão ou aparelho de repressão. O já citado documento do SNI, relata que, durante a terceira fase da Operação Marumbi, o “DOI/5a RM/DE recebeu os seguintes apoios: [...] Uma Equipe da DOPS/PR, nos dias 12 e 13 Set 75” (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 5).

Para compreender os processos de tortura ocorrido dentro dessas instituições e como elas foram brutais em certa medida, será preciso utilizar os depoimentos nos Relatório do Brasil Nunca Mais, principalmente o TOMO V, os três volumes que tratam das torturas (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. 2016). Devido a grande quantidade de depoimentos será utilizado os nomes dos depoentes do Apêndice E desta pesquisa.

Começaremos com os depoimentos sobre ou de Mario Gonçalves Siqueira. Ensacador de 34 anos: “que no dia treze de setembro passado, por volta das seis horas, o interrogado foi retirado da sua casa, por três elementos que não se identificaram e o arrastaram até a rua principal, quando colocaram no interior de um veraneio” (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 3. 2016, p.163). No local estavam seu cunhado, esposa e filho menor de idade. Vendado e escondido no veraneio ele foi transportado até Curitiba onde seria preso na Clínica Marumbi.

Chegando à Clínica ele é apresentado a dois “doutores”, “Dr” Rui e “Dr” Luiz Antônio, ambos militares, mas por ser um local clandestino e apresentavam um teor de sadismo o comportamento dos militares presentes no local era similar a de um civil (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 3. 2016). Uma característica dos codinomes dos agentes e torturadores envolvidos na Clínica é que eles se apresentavam sempre como doutores. Mas as atitudes tomadas com Mario Gonçalves Siqueira foram tudo, menos civilizadas:

O Dr LUIZ ANTONIO dirigiu-se, digo dirigindo-se ao interrogando além de dizer, digo, dirigindo-se ao interrogando chamou-o de comunista, dizendo que ele não sairia vivo daquele local; que em seguida, uma pessoa de compleição forte e barbudo, começou a prender uns fios de cobre nas orelhas, digo, encostar uns fios de cobre nas orelhas e depois enrolar os mesmos fio nos dedos do interrogando; que a pessoa forte e barbudo rodava uma manivela enquanto Dr Luiz Antonio encostava os aludidos fios na orelha do interrogando que recebia choques (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 3. 2016, p.163).

Essa é uma breve descrição das torturas aplicadas pelos doutores da Clínica Marumbi: além dos choques elétricos nas partes íntimas, tinha torturas outras como agressões físicas, tapas, chutes, e privação alimentar. Após essas sessões de tortura, Mario Gonçalves Siqueira foi transferido para o quartel da Praça Rui Barbosa, onde foi tratado por médicos à paisana para suas necessidades médicas como crises de úlcera. Após o ocorrido no quartel, foi levado ao DOPS sob presença de Dr Francisco Ferreira e uma escrivã desconhecida, a escrivã lhe dita uns termos (não esclarecidos em seu depoimento), mas Mario Gonçalves as acha absurdas e se recusa assinar o documento apresentado a ele. Por consequência: “Que por esse motivo, foi submetido a uma série de sevícias, tal como pau de arara, choques e outros tipos de constrangimentos, inclusive ameaça de que sua esposa passaria por aquilo” (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 3. 2016, p.164).

Por medo e desespero Mario assina os papéis exigidos pelos militares, mas as sessões de tortura continuam, mas desta vez só sob supervisão de agentes do DOPS, onde nas declarações de Eujácio de Almeida outro interrogado do PCB, viu Mario: “ser colocado no pau de arara, levar choques, caratê, esclarecendo que urinaram numa garrafa e colocaram o líquido na boca de Mário” (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 3. 2016, p.165). Genecy Souza Guimaraes também afirma na página 18 que foi torturado com Mario Gonçalves Siqueira (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 2. 2016, p. 18).

Nos depoimentos de João Alberto Einecke percebe-se um padrão de comportamento dos militares. Ele informa em seu depoimento que em Londrina no dia 12 de setembro de 1975 a noite, foi arrancado de sua casa por dois homens sem identificação e arrastado para um veraneio, ele ainda foi questionado onde residia Dr Luiz Gonzaga Ferreira (neste caso, outro alvo da Operação), que também foi preso na mesma noite pelo mesmo “esquadrão”, sendo espancado e sofrido ofensas verbais. Chegando a um local em Curitiba, João Alberto Einecke foi:

[...] barbaramente espancado, até cair os óculos pretos, onde pude ver que estava numa sala onde encontravam-se umas seis pessoas. Das seis pessoas destacavam-se duas, uma [ileg.] de H. R. Rui, que parecia ser o chefe e outra que me agredia fisicamente e verbalmente (...) faziam-me perguntas insistentes, acompanhadas de xingações de todos os calibres e tortura como o “telefone”, “choques elétricos”, “tapas” (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 2. 2016, p. 301).

As torturas contra João Alberto Einecke continuaram durante a noite, ao mesmo tempo que os militares queriam saber sobre Osvaldo Alves, de Mandaguari, enquanto Einecke resistia às perguntas, foi brutalmente espancado, ameaçado, e mergulhado sua cabeça em uma mistura de água e fezes.

Depois da seção de torturas ele foi levado perante “Dr” Oswaldo e capitão Romariz, junto com quatro “Anjos” (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 2. 2016, p. 302) esses indivíduos novamente foram responsáveis por novas sessões de tortura contra João Alberto. Após essa dolorosa sessão ele é levado juntamente com Dr Oswaldo, outro preso no local que lhe informou: “local é a ‘clínica Marumbi’ dependência do DOI – CODI” (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 2. 2016, p. 302).

Durante sua estadia, obviamente forçada, nas dependências da Clínica Marumbi, João Alberto Einecke foi brutalmente torturado com pau de arara, choques nas

genitais e até: “introduziram-me um objeto que parecia ser de metal [...] em meu ânus e aplicaram choque elétrico nesse objeto” (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 2. 2016, p 302).

Após muitas sessões de tortura, algumas a qual João Alberto Einecke afirma terem sido aplicadas pelo prazer dos torturadores, ele assina uns documentos exigidos por seus cárceres, para assim ao menos ter certo alívio das sessões de tortura. Mas ao final do depoimento ele declara: “confio que um dia se faça JUSTIÇA; pois se assinei alguma declaração do DOPS, fiz coagido e nem a li” (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 2. 2016, p. 303).

Curiosamente nas páginas do Relatório do BNM se encontra um segundo depoimento de João Alberto Einecke. “[...] no dia doze de setembro de 1975, por volta das 17:00 horas, quando ajudava os afazeres domésticos, ajudando a dar banho em seus filhos, apareceram duas pessoas que estavam numa Variant azul” (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 2. 2016, p. 304). Neste relato do rapto ele menciona a presença de mais três capturados junto com a presença dos dois sequestradores, estes o infringiram espancamentos e ofensas verbais.

Depois de ter sido vendado e colocado no veículo veraneio, Einecke foi transportado para Curitiba, primeiro para “rua Dr. Pedrosa, esquina com rua Brigadeiro Franco e posteriormente para a Praça Rui Barbosa e a Delegacia do DOPS, respectivamente” (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 2. 2016, p. 304). No primeiro local, que se assemelha com a Clínica Marumbi, Einecke é questionado se conhece mais dois perseguidos pelo DOPS: Dr. Luiz Gonzaga Ferreira e Osvaldo. Ao negar conhecimento dos nomes, foi brutalmente espancado. Os agentes do DOPS então levam João Einecke para um local nas proximidades de Arapongas, onde ele deveria identificar Osvaldo Alves, novamente ao negar a informação: “ocasião em que o colocaram de joelhos e por três ou quatro vezes enfiaram sua cabeça num vasilhame que continha água e fezes” (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 2. 2016, p. 304).

Além disso, tomou banho de água fria e óleo para facilitar os choques elétricos administrados pelos agentes. João Alberto Einecke por causa dessas seções ficou com hemorragias pelo corpo. Após isso foi transportado para Mandaguari, onde continuavam as torturas; o mais curioso e sádico é que o depoimento afirma que João Einecke não ficava com ferimentos externos, quase que de modo que os agentes

aplicavam as sessões de tortura com intenções de omiti-las, da mesma forma que se omite uma prova numa cena de crime.

João Alberto Einecke viu outros prisioneiros sofrerem torturas, muitos dos quais estavam seriamente debilitados e precisavam de cuidados médicos. Mas talvez a pior tortura viesse com a promessa de uma falsa esperança, uma chance de voltar para casa:

Uma pessoa disse ao interrogando se o mesmo preferia apanhar ou assinar uns papéis; que se assim concordasse, poderia ir embora para sua casa; que depois foi conduzido para sua cela e, em seguida, para uma sala no DOPS (...) que não obstante sua concordância em assinar os papéis, foi naquela sala ameaçado sob pena de retornar ao local “de onde tinha vindo”, se não assinasse os papéis (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 2. 2016, p. 305).

Caso a resposta aos papéis fosse negativa, os prisioneiros eram submetidos ao pau de arara como forma de punição. Após as sessões de tortura, uma noite Einecke recebe ordens de colocar na cabeça um capuz e que seria levado, o nome de Mereci Flores (também indicado como capitão e responsável por torturas, conforme identificado no Apêndice F), é dito como interrogador por um dos agentes do DOPS; entretanto ele é levado a uma sala onde tem mais sete pessoas, Einecke tenta suplicar para eles com o objetivo de ser poupado em nome dos filhos, mas sem sucesso, pois um dos interrogadores veio a proferir ser “favorável ao Nacional Fascismo” (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 2. 2016, p. 307). O mesmo interrogador profere que: “a justiça era feita ali mesmo” (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 2. 2016, p.307).

Em duas ocasiões João Alberto Einecke se encontra com as sete pessoas, tudo para dar nome de possíveis comunistas a eles, na primeira vez ele negou dar os nomes, o que resultou em mais seções de tortura. No segundo encontro com as pessoas ele foi coagido a assinar uns papéis de forma datilografada, ou seja, de vendas e óculos escuros.

Depois de ter sido forçado a assinar os papéis, Einecke é transportado para um quartel da Polícia Militar, onde ele pode rever sua família, ele conta que o oficial do exército que garantiu o encontro de sua família é de nome Romaris. Trata-se do Capitão E. B. Romariz de Moura, do 30º Bat. Infantaria Motorizada – Apucarana (PR), e que também foi deslocado em algum momento da terceira fase da operação para o DOI-CODI, em Curitiba, como “apoio [...] para diligências e prisões” (SNI. Atividades

do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975. Lauda 5). Romaris reúne a família Einecke, mas sua esposa conta a João Alberto, que foi ameaçada, inclusive de abusos sexuais. É-lhe informado que a esposa perdeu um filho durante a gestação por conta das violências que ela e o filho sofreram.

As torturas não cessaram, continuando dentro do Quartel até o retorno a Clínica Marumbi. Onde João Alberto junto com outros membros do PCB sofreram inúmeras torturas. O depoimento de João Alberto Einecke termina um pouco apagado, mas fica claro que ele encerra numa sessão de tortura sem fim.

Ildeu Manso Vieira, corretor de imóveis de 47 anos, foi preso na rodoviária de Curitiba, junto com seu filho de 17 anos, e os dois foram levados para o Quartel da Praça Rui Barbosa, também Curitiba. Seu filho foi solto no mesmo dia às oito da noite. Após sua prisão, começam as sessões de tortura, principalmente choques elétricos; no dia seguinte junto com João Alberto Einecke foram levados para uma localidade para fora da cidade, indeterminada, junto com mais dois prisioneiros. Os quatro sofreram tortura física e espancamento.

As torturas eram supervisionadas pelo Dr Ruy, chefe do DOI, que deu ordens ao Major Lins para que Ildeu Manso Vieira testemunhasse as torturas físicas contra o prisioneiro França, provavelmente Francisco Luiz de França, único dentre os indicados na Operação Marumbi (SNI. Atividades do PCB no Paraná, Operação Marumbi, GNC.AAA.75088865, 1975). No depoimento é deixado claro: “que quer deixar consignado que diante do que foi submetido assinaria sua própria sentença de morte, ou ainda, preferindo seu fuzilamento; que seu filho sofreu por ver seus gritos e sofrimento, um trauma que perdura até a data de hoje” (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 2. 2016, p. 205).

Antônio Narciso Pires de Oliveira, comerciante e professor de 26 anos, recebeu de Romaris agressões físicas e ameaças de morte, exigindo que confirmasse as informações que lhe foram interrogadas. No dia dezoito de outubro é levado para a Clínica Marumbi, onde foi ameaçado e sofreu torturas psicológicas. Seu depoimento é um dos mais curtos localizados (Brasil Nunca Mais. Relatório BNM. Tomo V, vol. 1. 2016, p. 384).

Tomando os dados coletados a partir do BNM 551 e, depois, dos relatos coletados no Tomo e volumes do Projeto A do BNM, pode-se notar que os aspectos ideológicos que transpareceram e justificaram a Operação Marumbi, principalmente em

termos de combate aos subversivos e de sua aversão ao comunismo, refletiu em ações variadas, mas sempre calculadas e sistemáticas de repressão policial, violência e tortura, de todos os “alvos selecionados” e de todos aqueles que foram tomados por subversivos aos ditames estabelecidos pelo regime ditatorial militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figueiredo (2015), ao encerrar seu livro sobre a ocultação de documentos pelas Forças Militares ao fim da ditadura, afirma que “Em 1985, o Brasil deixou para trás a ditadura. três décadas depois, ainda não alcançou a plena democracia. Entre um e outro regime, o país está em algum lugar. Ou em lugar nenhum” (Figueiredo, 2015, p.132). Talvez Figueiredo esteja certo em seu tom pessimista. Ou talvez não. De fato, nos últimos dez anos desde a publicação de seu livro muitos eventos marcaram esse lugar incerto em que se encontra a democracia brasileira, ainda frágil e cambaleante em alguns momentos. Mas que é capaz de se reerguer e continuar avançando na sua consolidação democrática, apesar dos percalços e das forças políticas reacionárias, dentro e fora do país, que com um “discurso negacionista” (Tenaglia, 2024, p. 302) assentado no vácuo documental deliberadamente produzidos pelos órgãos de inteligência da ditadura militar (Figueiredo, 2015), tentam impedir seu avanço.

Por isto, é tão importante, a preservação e a publicização dos documentos das diversas fontes arquivísticas e documentais, sejam as atuais, sejam sobre o passado, sobre a história de nosso país, pelo menos tomando por base a já citada Lei de acesso às informações (Lei nº 12.527/2011) que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, mesmo que ela tenha limites. Pois como observa Tenaglia (2024), o direito à informação também é um direito fundamental e o direito à verdade “encontra suas raízes no Direito Internacional Humanitário” (Tenaglia, 2024, p.52).

Mas não basta o acesso à informação. É preciso transformá-la em conhecimento. O que implica em acessar os documentos, estudá-los, compará-los, sistematizar uma interpretação sobre eles, e entendê-los desde seu contexto histórico e seu possível legado para a atualidade. Os militares sabiam da sua importância quando adotaram tecnologias de microfilmagem nos seus órgãos de inteligência, assim como de seu perigo para a manutenção da ditadura ou da futura responsabilização legal pelos crimes cometidos para se manterem no poder e (Figueiredo, 2015), eliminando não apenas todos aqueles homens e mulheres tomados por subversivos ou comunistas, mas também eliminando ou ocultando todos os documentos comprobatórios daquelas violências e atrocidades. A equipe envolvida no Projeto do BNM (1979-1985), logo após a Lei da Anistia, sabia disso também, e que, portanto, era uma

corrida contra o tempo para não deixar que todas aquelas provas se perdessem (Arquidiocese de São Paulo, 1995).

Esta dissertação sempre teve em suas motivações de fundo contribuir nesse processo de conhecimento e publicização das repressões e violências cometidas e de que elas não eram apenas o exagero pontual e localizado, uma exceção dentre as ações do governo ditatorial militar entre 1964 e 1985. Elas fizeram parte importante e fundamental da política e do esforço dos militares de imporem suas concepções ideológicas sobre a sociedade e sobre a democracia brasileira. Esta, para eles, sustentada pelos princípios de ordem, de obediência hierárquica, de valores conservadores em torno da família e da religião católica (Neves Júnior, 2021; Brunelo, 2012). A repressão e a violência, por sua vez, evidenciam a outra face dessa ideologia: é o combate ao comunismo, entendido como subversivos, isto é, como elemento perigoso de destruição da sociedade vigente; ou mais precisamente, da sociedade idealizada pela ditadura militar.

Para realizar a pesquisa, foi necessário um primeiro capítulo no qual se buscou apresentar em suas linhas gerais o contexto histórico do golpe militar e dos primeiros anos da ditadura; em seguida, ainda para fins de contextualização histórica, buscou-se apresentar a Operação Marumbi. Ainda nesse capítulo, foi abordada a metodologia da pesquisa, concentrada em torno da análise documental, e de sua importância em termos de uma Sociologia histórica.

No segundo capítulo, foram apresentadas as bases documentais que foram objeto da pesquisa: o acervo do SNI/SIAN, os relatórios da CNV e da CEV-PR, Teresa Urban, e do BNM. Buscamos traçar ali alguns elementos históricos motivadores que formaram aquelas bases, a composição das pessoas envolvidas em sua elaboração (o que, sem dúvida, é mais difícil de determinar no caso do SNI, principalmente por sua longa história), e alguns resultados que já apontassem para a Operação e para a Clínica Marumbi, objetos de nossa pesquisa.

Por fim, no último capítulo, buscou-se realizar uma análise mais aprofundada do que aparece naquelas bases documentais sobre a Operação e Clínica Marumbi. Quando se considera o tamanho daquelas bases, isto exige que a pesquisa aqui feita tenha que se valer de estratégias de seleção intencional dos arquivos e dados, como já previsto e mencionado na apresentação metodológica, segunda seção do capítulo primeiro desta dissertação.

O capítulo se inicia com uma análise dos documentos selecionados no SIAN, de preferência da base arquivística do SNI, onde mostram dados dos prisioneiros e também detalhes das fases da Operação Marumbi; com isso feito parte-se para as Comissões da Verdade onde apesar de se encontrar poucos dados através do SIAN, mostra alguns depoimentos pertinentes de alguns sobreviventes da Clínica Marumbi; por fim o Brasil Nunca Mais que nos apresenta uma análise do BNM 551, mesmo documentos do IPM 745, apresentando dados numéricos e de perfil dos presos políticos da época.

Nota se que neste último capítulo se apresenta dados pontuais sobre a atuação de órgãos de repressão como o DOPS e o DOI-CODI, esses dados apresentam como no ano de 1975 a atuação desses órgãos foi mais brutal e violenta no Paraná, mesmo que o DOPS ser uma criação anterior a Ditadura Militar, e o DOI-CODI criado justamente no ano de 1975. Esse tipo de dado mostra que todas as sessões de tortura e violência não foram uma coincidência, mesmo antes do início da Operação Marumbi já haveria um preparo para a captura de alvos selecionados e a aplicação de métodos violentos dentro dos aparelhos de repressão.

Conclui-se então que as técnicas de repressão, principalmente a tortura serve a um contexto de expressão ideológica do governo militar. Ou seja, a tortura não era apenas um modo de diversão para os algozes, era acima de tudo uma técnica de se expressar uma ideologia de dominação e medo dos subversivos e comunistas.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia de Letras, 1989.

ARMAZÉM MEMÓRIA. Depoimentos Projeto Brasil: nunca mais – Eny Raimundo Moreira. 04/07/2013. 1 vídeo (25 min 29). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VuFK3tbj7w4> . Acesso em :15/09/2025.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

Azevedo, Desirée de Lemos. Memórias do esquecimento: a construção de um olhar humanitário sobre a ditadura no Brasil. In Teles, Edson; Quinalha, Renan. **Espec-tros da ditadura**: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. São Paulo, SP. Auto-nomia Literária. 2020. p. 59-105.

BECHELLI, Ricardo S. Ditadura relativa e negacionismos. A terra é redonda. 06/12/2021. disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/ditadura-relativa-e-negacionismos/#>. consultado em 26/11/2025.

BICUDO, Hélio. **Segurança nacional ou submissão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BRAGA, I. F.; MELO, K. M.; MONZELLI, G. A.; JUNIOR, J. D. L.; FARIAS, M. N.; CORREIA, R. L. Crise da democracia brasileira e o cotidiano de pessoas dissidentes de gêneros e sexualidades: reflexões baseadas na terapia ocupacional social. **Ca-dernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. 2020, v. 28, n. 2, p. 693-705, abr/jun. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1958>. Acesso em 25 jun 2023.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Ver-dade**. Brasília: CNV, V. 1. T.1, 2014a.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Ver-dade**. Brasília: CNV, V. 1. T.2, 2014b.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Ver-dade**. Brasília: CNV, V. 2, 2014c.

BRUNELO, L.; PRIORI, A. Mecanismos jurídicos e repressão política do Estado, du-rante a ditadura militar brasileira: o caso do IPM 745 no Paraná e o desrespeito aos direitos individuais. **Diálogos**, v. 23, n. 3, p. 134-153, 15 out. 2019.

BRUNELO, Leandro. A Operação Marumbi no Estado do Paraná. In PRIORI, A., et al. **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. p. 215-234.

BRUNELO; Leandro. **Repressão Política na Terra das Araucárias: A Operação Marumbi em 1975 no Paraná.** UEM. Dissertação de Mestrado em História. Maringá. 2006.

CALDERON, Wilmara Rodrigues; CORNELSEN, Julce Mary; PAVEZI, Neiva; LOPES, Maria Aparecida. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da informação.** 33 (3), Dez 2004.
<https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000300011>. Acesso em 09 out. 2025.

CALIL, G. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari. Segle XX: **Revista Catalana d'Història**, Barcelona, n.7, 2014, p.99-126. Disponível em: <<http://revistes.ub.edu/index.php/segleXX/article/view/11240/13962>>. Consultado em 26-11-2025

CALIL, Gilberto. O golpe, a ditadura e a transição segundo Elio Gaspari. **CRITICA MARXISTA** (SÃO PAULO), v. 44, p. 137-144, 2017.

CARDOSO, F. H. O Estado na América Latina. In PINHEIRO, P. S. **O Estado na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1977. p. 77-99.

CARDOSO, Fernando H. **Autoritarismo e democratização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, M. R. G.; de OLIVEIRA, G. S.; GHELLI, K. G. M. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.98-111/2021

CARVALHO, Aloysio Castelo de. **Serviço Nacional de Informações: uma abordagem histórica.** Curitiba: Appris. 2023.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean, et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2012.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COBÉRIO, Caio G. V. Usos e experiências da amostragem documental. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** V. 50, fasc. 1, p. 149-167, jan.-jun. 2014.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira. 1978.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Paulo Stuart Wright.
<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/paulo-stuart-wright>.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN. **Relatório da Comissão da Verdade do Paraná.** v. 1. São Paulo: TikiBooks, 2017a.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN. **Relatório da Comissão da Verdade do Paraná.** v. 2. São Paulo: TikiBooks, 2017b.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. Entre maternidade e dilemas subjetivos: a experiência política de Teresa Urban – Paraná (1964-1985). **Revista de História Regional** 21(2): 407-431, 2016. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em 09 out. 2025.

DA CUNHA, Rosa Maria Cardoso. Comissão Nacional da Verdade: impulso à democratização ou fator de retrocesso. In Teles, Edson; Quinalha, Renan. **Espectros da ditadura**: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. São Paulo, SP. Autonomia Literária. 2020. p. 179-206.

DA ROCHA, Antônio Jorge Ramalho. Militares e política no Brasil, Texto para Discussão, No. 1670, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. 2011.

DE MORAES, João Quartim. Configurações históricas da ditadura. **Crítica Marxista**, n.50, p.87-93, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FERNANDES, Natalia A. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCAR. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, p. 173-192.

FERNANDES, Natalia A. Morato. Cultura e política no Brasil: Contribuições para o debate sobre política cultural. Tese de doutorado em Sociologia. Araraquara: UNESP, 2006.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum**: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FONTANA, Felipe; FERREZIN, Carla Cristina Wrbieta. Ideias autoritárias no pensamento militar brasileiro: A presença de concepções de Oliveira Vianna e Alberto Torres em Juarez Távora. **Seven Editora**, [S. l.], p. 195–218, 2024. Disponível em: <https://sevenpubl.com.br/editora/article/view/5708>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FONTANELLA, B. J. B., et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 2011, v; 27, n. 2, p. 389-394.

FRANCO, Renato. Política e cultura no Brasil: 1969-1979. **Perspectivas**: revista de ciências sociais. São Paulo, v. 17-18: 59-74, 1994.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 67-80.

GOMES, Rafael Nascimento. Seignobos x Simiand: a querela do método histórico com a ciência social no início do século XX. In: **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 19, n. 30, 1º sem. 2018.

GRANDI, Guilherme. O desastre por trás do milagre econômico durante a ditadura militar brasileira. [Depoimento]. **AH - Aventuras na História**. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo. 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/o-que-foi-o-milagre-economico-durante-a-ditadura-militar-brasileira.phtml>. Acesso em: 08 out. 2025.

JUNIOR, Eduardo B. L.; OLIVEIRA, Guilherme S. de; SANTOS, Adriana C. O.; SCHNEKENBERG, Guilherme F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**. 2021, v. 20, n. 44, p. 36-51.

LAFER, C. Origens do totalitarismo. In CORREIA, A.; ROCHA, A. G. V.; MÜLLER, M. C.; AGUIAR, O. A. **Dicionário Hannah Arendt**. São Paulo: Edições 70,. 2022. p. 273 – 284.

LAMOUNIER, Bolívar. Ideologia em regimes autoritários. São Paulo; CEBRAP; **Estudos 7**; 1974.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**, 9°. São Paulo: Cortez, 2009.

MACIEL, D. Ditadura militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 64-78, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25692/pdf>. Acesso em: 08 out. 2025.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 1986.

MARTINS, L. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In O’Donnell, Schmitter, Whitehead. **Transições do regime autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice, Editora Revistas dos Tribunais, 1988.p.108 – 139.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consenso e controvérsias. **Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v. 5, n. 7: 1-12, abril 2017.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29.

MONSMA, Karl; SALLA, Fernando Afonso; TEXEIRA, Alessandra. A Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais. **Revista Brasileira de Sociologia**, Vol. 06, No. 12 Jan-Abr/2018.

NEVES JÚNIOR, José Neves. Diretrizes e contradições da Doutrina de Segurança Nacional expostas no arquivo de documentos do Serviço Nacional de Informações do Paraná (1964-85). **Estud. sociol.** Araraquara v.26 n.51 p.987-1008 jul.-dez. 2021

NEVES JÚNIOR, José W. A. **A ideologia de segurança nacional nos documentos do Serviço Nacional de Informações do Estado do Paraná (1964-1985)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília). Marília, 2021, 209 páginas.

NEVES JÚNIOR, José W. A.; PIOVANI, Luan; BERALDO, N. P.; SILVA, M. B. O SNI e a vigilância: uma análise documental à luz de eixos-temáticos. In: Fabio Lanza; José Wilson Assis Neves Júnior; Raíssa Regina Brugiato Rodrigues; Aline Salles Pedrazani; Luan Prado Piovani. (Org.). **Vigilância e silenciamentos durante a ditadura militar brasileira**. Macapá: Editora da Universidade Federal do Amapá, 2023.

NEVES JÚNIOR, José Wilson Assis; LANZA, Fabio. O SNI e a produção de contrainformações à imprensa paranaense e catarinense sobre as Operações Marumbi e Barriga Verde (1975-76). **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 49, n. 1, p. e44094, 2023.

O'DONNELL, Guillermo. **El estado burocratico autoritario**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 20/05/2025.

RAMPINELLI, W. J. As ditaduras envergonhada, escancarada e derrotada de Elio Gaspari: uma grande obra com grandes lacunas. **Lutas Sociais**, n.11/12, São Paulo, 2005.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984**. Londrina: EdUEL, 2001.

Rodrigues, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectiva em ciência da informação**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-99362006000100009>. Acesso em 08 out. 2025.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, outubro de 2000.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SIAN. Sistema de Informações do Serviço Nacional. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acesso em: 08 out 2025

SILVA, Maurício Ferreira da. Burocracia e autoritarismo no brasil: o caso do regime militar. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 21, n. 1, 2012. DOI: 10.4322/tp.v21i1.286. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/286>. Acesso em: 8 out. 2025.

SILVA, Vanderli Maria da. **A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: USP, 2001.

SKOCPOL, Theda; MISKOLCI, Richard. A imaginação histórica da Sociologia. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 16, 7-29, 2004.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TENAGLIA, Mônica. **As comissões da verdade e os arquivos da ditadura militar brasileira**. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2024.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

ANISTIA, VERDADE E JUSTIÇA. **Memórias da Ditadura**. Disponível em <https://memoriasdaditadura.org.br/anistia-verdade-e-justica/>. Acesso: 20 de mai de 2025.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. <https://arquisp.org.br/>. Acesso em 12/12/2025

BRASIL: NUNCA MAIS. **Brasil: nunca mais digit@l**. Disponível em <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso: 10 de jun de 2024.

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. <https://www.oikoumene.org/>. Acesso em 12/12/2025

FÓRUM VERDADE. **Fórum paranaense de resgate da verdade, memória e justiça**. Disponível em <https://forumverdade.ufpr.br/caminhosdaresistencia/>. Acesso em 10 de junho de 2025.

REFERÊNCIA DOCUMENTAL

BRASIL NUNCA MAIS. BNM 551. 2016. IN: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acessado em 15 jun 2024.

BRASIL NUNCA MAIS. Relatório BNM. 2016. In: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acessado em 15 jun 2024.

DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Componentes Do Comité Central Do Partido Comunista Brasileiro Eleitos Durante A Realização Do VII Congresso. **BR_DFANBSB_ZD_0_0_0024a_0101_d0003**. 26 de Abril de 1984. 14 Laudas. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (SIAN). Acesso em 07/08/2025

DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL.
Instrumentos Legais Do Partido Comunista Brasileiro (PCB) E De Suas Dissidências.
BR_DFANBSB_ZD_0_0_0024a_0018_d0003 . 06 de julho de 1984. 8 Laudas.
Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (SIAN). Acesso em 07/08/2025.

DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL.
Repressão Surgida Após A Revolução De 64 - Jornal Folha De Londrina - Londrina -
PR. **BR_DFANBSB_ZD_0_0_0040a_0030_d0002**. 31 de maio de 1983. 10
Laudas. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (SIAN). Acesso em 07/08/2025.

DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Rol De
Elementos Designados Para Ocupar Cargos No Governo Do Esta Do Paraná.
BR_DFANBSB_ZD_0_0_0028a_0050_d0001 . 06 de junho de 1983. 10 Laudas.
Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (SIAN). Acesso em 07/08/2025.

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.
Francisco Luiz de França (Fagundes). **BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.1100**. 15 De
Dezembro 1977. 33 Laudas. Arquivo Nacional, Rio De Janeiro (SIAN). Acesso Em
07/08/2025.

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES. Reunião secreta do Comitê Central do PCB, Notícia na imprensa
tcheca . **BR_DFANBSB_Z4.SNA.OEP.6**. 12 de Fevereiro de 1976. 249 Laudas.
Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (SIAN). Acesso em 07/08/2025.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA REPÚBLICA. Lançamento Do
Livro " Memórias Torturadas (E Alegres) De Um Preso Político" De Ildeu Manso
Vieira. **BR_DFANBSB_H4. MIC,GNC,NNN, 910009114**. 03 de maio de 1991. 7
Laudas. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (SIAN). Acesso em 07/08/2025.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Atividades do PCB no Paraná –
Operação Marumbi. **AC ACE 88865/75**. 99 Laudas. 1975a Arquivo Nacional, Rio de
Janeiro (SIAN). Acesso em 10/08/2025.

APÊNDICE

APÊNDICE A

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN) SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI) / BR DFANBSB V8 OPERAÇÃO MARUMBI (77 REGISTROS)

°	N	CÓDIGO	TÍTULO DO ARQUIVO	NO	A O DE LAUDAS	NÚMER	LINK
1		GNC.NNN.81 001097	OPERAÇÃO MARUMBI, SITUAÇÃO ATUAL DOS ENVOLVIDOS	978	1	SEM ARQUIVO DIGITAL	HTTPS:// SIAN.AN.GOV.BR/ SIANEX/CONSULTA/ PESQUISA LIVRE PAIN EL RESULTADO.ASP? V CODREFERENCIA ID =1957570&V ABA=1
2		GNC.AAA.750 88865	ATIVIDADES DO PCB NO PARANÁ, OPERAÇÃO MARUMBI.	975	1	1/3 – 99 LAUDAS	HTTPS:// SIAN.AN.GOV.BR/ SIANEX/CONSULTA/ PESQUISA LIVRE PAIN EL RESULTADO.ASP? V CODREFERENCIA ID =1828082&V ABA=2
3		GNC.AAA.750 88865	ATIVIDADES DO PCB NO PARANÁ, OPERAÇÃO MARUMBI.	975	1	2/3 – 99 LAUDAS	HTTPS:// SIAN.AN.GOV.BR/ SIANEX/CONSULTA/ PESQUISA LIVRE PAIN EL RESULTADO.ASP? V CODREFERENCIA ID =1828082&V ABA=2
4		GNC.AAA.750 88865	ATIVIDADES DO PCB NO PARANÁ, OPERAÇÃO MARUMBI.	975	1	3/3 – 11 LAUDAS	HTTPS:// SIAN.AN.GOV.BR/ SIANEX/CONSULTA/ PESQUISA LIVRE PAIN EL RESULTADO.ASP? V CODREFERENCIA ID =1828082&V ABA=2

5	GNC.AAA.771 02820	OPERAÇÃO MARUMBI, SITUAÇÃO ATUAL DOS ENVOLVIDOS.	977	10 LAUDAS	HTTPS:// SIAN.AN.GOV.BR/ SIANEX/CONSULTA/ PESQUISA LIVRE PAINEL RESULTADO.ASP? V CODREFERENCIA ID =1831773&V ABA=1
6	GNC.AAA.781 09112	OPERAÇÃO MARUMBI SITUAÇÃO DOS ENVOLVIDOS <u>116Z</u>	978	6 LAUDAS	SEM LINK
7	GNC.NNN.79 000232	ATIVIDADES DO PCB NO PARANA OPERAÇÃO MARUMBI.	975	95 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v CodReferencia id=195 7125&v aba=1
8	GNC.NNN.81 000993	OPERAÇÃO MARUMBI.	975	1/5 – 71 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v CodReferencia id=195 7513&v aba=1
9	GNC.NNN.81 000993	OPERAÇÃO MARUMBI.	975	2/5 – 71 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v CodReferencia id=195 7513&v aba=1
10	GNC.NNN.81 000993	OPERAÇÃO MARUMBI.	975	3/5 – 71 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v CodReferencia id=195 7513&v aba=1

					esultado.asp?v_CodReferencia_id=1957513&v_aba=1
1	1 000993	GNC.NNN.81 OPERAÇÃO MARUMBI.	975	1 4/5 – 71 Laudas	https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa Livre Painel R esultado.asp?v_CodReferencia_id=195713&v_aba=1
2	1 000993	GNC.NNN.81 OPERAÇÃO MARUMBI.	975	1 5/5 – 41 Laudas	https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa Livre Painel R esultado.asp?v_CodReferencia_id=1957513&v_aba=1
3	1 001052	GNC.NNN.81 OPERAÇÃO MARUMBI	976	1 17 Laudas	SEM LINK
4	1 001090	GNC.NNN.81 OPERAÇÃO MARUMBI SITUAÇÃO ATUAL DOS ENVOLVIDOS	977	1 7 Laudas	SEM LINK
5	1 <u>001200</u>	<u>GNC.NNN.81</u> OPERAÇÃO BARRIGA VERDE E OPERAÇÃO MARUMBI	978	1 1/3 – 99 Laudas	https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa Livre Painel R esultado.asp?v_CodReferencia_id=1957628&v_aba=1
6	1 <u>001200</u>	<u>GNC.NNN.81</u> OPERAÇÃO BARRIGA VERDE E OPERAÇÃO MARUMBI	978	1 2/3 – 99 Laudas	https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa Livre Painel R esultado.asp?v_CodReferencia_id=195

					7628&v_aba=1
7	1 <u>001200</u>	<u>GNC.NNN.81</u> <u>OPERAC</u> <u>ÃO BARRIGA</u> <u>VERDE</u> <u>E OPERAÇÃO</u> <u>MARUMBI</u>	978	1 3/3 – 45 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v_CodReferencia id=195 7628&v_aba=1
8*	1 93776	<u>GNC.AAA.760</u> LAERCIO FIGUEIREDO SOUTO MAIOR.	976	1 3 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v_CodReferencia id=182 9401&v_aba=1
9*	1 <u>007449</u>	<u>GNC.GGG.83</u> LAERCIO FIGUEIREDO SOUTO MAIOR.	976	1 3 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v_CodReferencia id=192 1884&v_aba=1
0	2 001061	<u>GNC.NNN.81</u> RELAXA MENTO DA PRISÃO PREVENTIVA DE ELEMENTOS LIGADOS AO PCB NO PARANA E SANTA CATARINA.	976	1 6 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v_CodReferencia id=195 7548&v_aba=1
1	2 88944	<u>GNC.AAA.750</u> ESTIMATI VA SOBRE O AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DAS ATIVIDADES SUBVERSIVAS.	975	1 5 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v_CodReferencia id=182

		3.6.			8095&v_aba=1
2	2 00588	GNC.EEE.790	NELSON RODRIGUES DOS , SANTOS .	1 979	6 Laudas https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v_CodReferencia id=189 8045&v_aba=1
3	2 000030	GNC.NNN.79	NELSON RODRIGUES DOS SANTOS .	1 979	4 Laudas https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v_CodReferencia id=195 7027&v_aba=1
4	2 002094	GNC.NNN.82	REUNIÃO DO MDB EM LONDRINA PR.	1 978	5 Laudas https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v_CodReferencia id=195 8183&v_aba=1
5	2 003367	GNC.NNN.82	NELSON RODRIGUES DOS SANTOS.	1 982	18 Laudas https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v_CodReferencia id=195 9100&v_aba=1
6	2 005039	GNC.NNN.84	EX CASSADO POLITICO ALMIR MOREIRA PASSOS, ADVOGADO EM SALVADOR BA.	1 984	11 Laudas https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v_CodReferencia id=196 0097&v_aba=1

7	2 005039	GNC.NNN.84	EX CASSADO POLITICO ALMIR MOREIRA PASSOS, ADVOGADO EM SALVADOR BA.	984	1 7 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v CodReferencia_id=196 0097&v_aba=1
8	2 004061	GNC.NNN.83	REPORT AGEM DO JORNAL FOLHA DE LONDRINA TEMA REPRESSÃO.	983	1 15 Laudas	SEM LINK
9	2 001067	GNC.NNN.81	CARTA MENSAGEM DE ESTUDANTE PRESO, POR ENVOLVIMENTO COM O PCB PR	976	1 56 Laudas	SEM LINK
0	3 001088	GNC.NNN.81	ADVOGA DOS DE SUBVERSIVOS.	976	1 ½ – 99 Laudas	SEM LINK
1	3 001088	GNC.NNN.81	ADVOGA DOS DE SUBVERSIVOS.	976	1 2/2 – 16 Laudas	SEM LINK
2	3 001206	GNC.NNN.81	AMNEST Y INTERNACIONAL : CORRESPONDE NCIA DIRIGIDA A PRESOS SUBVERSIVOS NO PARANA E SANTA CATARINA.	978	1 14 Laudas	SEM LINK

3	3	GNC.NNN.86	LANÇAM ENTO DO LIVRO O GOVERNO GEISEL E A REPRESSÃO NO BRASIL, ILDEU MANSO VIEIRA, LONDRINA PR.	986	1	12 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v CodReferencia id=196 1663&v aba=1
4	3	GNC.NNN.81	DESBAR ATADO PCB NO PARANA.	975	1	9 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v CodReferencia id=195 7530&v aba=1
5	3	GNC.NNN.81	OPERAÇ ÕES MARUMBI E BARRIGA VERDE FUNÇÕES DOS INDICIADOS.	978	1	8 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v CodReferencia id=195 7632&v aba=1
6	3	<u>GNC.NNN.90</u> <u>008822 -</u>	JOÃO ALBERTO EINECKE MEMÓRIAS SOBRE MILITÂNCIA NO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO(PC B) E TORTURAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS SOFRIDAS QUANDO PRISIONEIRO	990	1	8 Laudas	SEM LINK

		DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA - PARANÁ			
7	3 <u>113784</u> <u>GNC.AAA.78</u>	OPERAÇ ÕES MARUMBI E BARRIGA VERDE, FUNÇÕES DOS INDICIADOS.	978	1 28 Laudas	SEM LINK
8	3 <u>001022</u> <u>GNC.NNN.81</u>	INQUERI TO VISANDO COMPROMETIM ENTO DOS MILITANTES DO PCB NO PARANA	975	1 62 Laudas	SEM LINK
9	3 <u>001022</u> <u>GNC.NNN.81</u>	INQUERI TO VISANDO COMPROMETIM ENTO DOS MILITANTES DO PCB NO PARANA	975	1 3 Laudas	SEM LINK
0	4 <u>07935</u> <u>GNC.AAA.771</u>	FRANCIS CO LUIZ FRANCA	977	1 12 Laudas	SEM LINK
1	4 <u>095109</u> <u>GNC AAA 76</u>	ADVOGA DOS DE SUBVERSIVOS	976	1 43 Laudas	SEM LINK
2	4 <u>35700 -</u> <u>GNC.AAA.830</u>	SERIE REPRESSÃO PUBLICADA NA FOLHA DE LONDRINA. 3.2.6.13.	983	1 20 Laudas	SEM LINK
3	4 <u>001356</u> <u>GNC.NNN.81</u>	AURELIO LANGA PEREZ	981	1 10 Laudas	SEM LINK
	4 <u>GNC.AAA.760</u>	INQUERI		1 41	SEM LINK

4	<u>91519</u>	TO POLICIAL MILITAR, IPM, SOBRE FATOS OCORRIDOS EM APUCARANA PR	976	Laudas	
5	4 <u>GNC.NNN.81</u> <u>001137</u>	ATIVIDADES DO PCB EM SANTA CATARINA	975	1 64 Laudas	SEM LINK
6	4 GNC.AAA.781 12780	ANTECEDENTES DE POLITICOS NO ESTADO PR 115Z	978	1 78 Laudas	https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa Livre Painel Resultado.asp?v CodReferencia id=1834860&v aba=1
7	4 GNC.AAA.82 026230	APOIO DE ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS A CANDIDATOS A CARGOS ELETIVOS 1.6.3.	982	1 1 / 2 – 71 Laudas	https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa Livre Painel Resultado.asp?v CodReferencia id=1847284&v aba=1
8	4 GNC.AAA.82 026230	APOIO DE ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS A CANDIDATOS A CARGOS ELETIVOS 1.6.3.	982	1 2/2 – 53 Laudas	https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa Livre Painel Resultado.asp?v CodReferencia id=1847284&v aba=1
9	4 GNC.AAA.781 13142	ATIVIDADES SUBVERSIVAS, PALAVRAS DE ORDEM DAS DIVERSAS	977	1 1 /4 – 192 Laudas	https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa Livre Painel Resultado.asp?v CodReferencia id=183

		ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS.			4970&v_aba=1
0	5 13142	GNC.AAA.781 ATIVIDADE ES SUBVERSIVAS, PALAVRAS DE ORDEM DAS DIVERSAS ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS.	977	1 2/4 – 71 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.aspx? v_CodReferencia_id=183 4970&v_aba=1
1	5 13142	GNC.AAA.781 ATIVIDADE ES SUBVERSIVAS, PALAVRAS DE ORDEM DAS DIVERSAS ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS.	977	1 3 / 4 – 71 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.aspx? v_CodReferencia_id=183 4970&v_aba=1
2	5 13142	GNC.AAA.781 ATIVIDADE ES SUBVERSIVAS, PALAVRAS DE ORDEM DAS DIVERSAS ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS.	977	1 4/4 – 49 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.aspx? v_CodReferencia_id=183 4970&v_aba=1
3	5 000034	<u>GNC.NNN.79</u> <u>PARLAMENTARES</u> <u>ELEITOS EM</u> <u>1978</u>	979	1 99 Laudas	SEM LINK
4	5 000573	<u>GNC.NNN.80</u> <u>PALESTRAS SOBRE O</u> <u>ÍNDIO LONDRINA</u> <u>PR</u>	980	1 8 Laudas	SEM LINK
5	5 002780	GNC.NNN.82 AGAJAM ANTONIO DER		1 6 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/

		BREDOSSIAN.	978		consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v CodReferencia id=195 8631&v aba=1
6	5 06812	GNC.PPP.840 EX- CASSADO POLÍTICO ALMIR MOREIRA PASSOS ADVOGANDO, EM SALVADOR/BA.	984	1 11 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v CodReferencia id=208 0304&v aba=1
7	5 06812	GNC.PPP.840 EX- CASSADO POLÍTICO ALMIR MOREIRA PASSOS ADVOGANDO, EM SALVADOR/BA.	984	1 7 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v CodReferencia id=208 0304&v aba=1
8	5 001632	GNC.NNN.81 VISITA DO GEN FIGUEIREDO A FOZ DO IGUAÇU PR E FLORIANOPOLIS SC.	978	1 8 Laudas	https:// sian.an.gov.br/sianex/ consulta/ Pesquisa Livre Painel R esultado.asp? v CodReferencia id=195 7869&v aba=1
9	5 05957	<u>GNC.AAA.771</u> <u>ATIVIDADE</u> <u>ES</u> <u>SUBVERSIVAS</u> <u>NA UNB</u>	977	1 13 LAUDAS	SEM LINK
0	6 001160	<u>GNC.NNN.81</u> <u>ANTONIO</u> <u>SAPERAS</u>	981	1 14 LAUDAS	SEM LINK
1	6 005360	<u>GNC.NNN.84</u> <u>ANTECE</u> <u>DENTES DE</u>		1 16	SEM LINK

		<u>NITIS JACON DE ARAUJO MOREIRA, AUTORA DA PEÇA BODAS DE CAFE.</u>	984	LAUDAS	
2	6 <u>97917</u>	<u>GNC.AAA.760</u> <u>RELATOR IO PERIODICO DE INFORMAÇÕES, RPI</u>	988	1 29 LAUDAS	SEM LINK
3	6 038910	<u>GNC.AAA.84</u> INFILTRAÇÃO COMUNISTA NOS DIVERSOS SETORES DE ATIVIDADE. IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS INFILTRADOS METODOS USADOS, CLANDESTINA E OSTENSIVAMENTE OBJETIVOS MEDIATOS E IMEDIATOS INFLUENCIAS EXERCIDAS PELOS ELEMENTOS INFILTRADOS. CARACTERIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS, SIMPATIZANTES E INOCENTES	983	1 38 LAUDAS	HTTPS:// SIAN.AN.GOV.BR/ SIANEX/CONSULTA/ PESQUISA LIVRE PAIN EL RESULTADO.ASP? V CODREFERENCIA ID =1853375&V ABA=1

		UTEIS ANTECEDENTES 3.3.			
4	6 004806	GNC.NNN.84 ACOMPANHAMENTO DE INQUERITOS E PROCESSOS COM BASE NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, JUVENCIO MAZZAROLLO.	984	1 LAUDAS	1 / 2 – 20 HTTPS:// SIAN.AN.GOV.BR/ SIANEX/CONSULTA/ PESQUISA LIVRE PAINEL RESULTADO.ASP? V CODREFERENCIA ID =1959958&V ABA=1
5	6 004806	GNC.NNN.84 ACOMPANHAMENTO DE INQUERITOS E PROCESSOS COM BASE NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, JUVENCIO MAZZAROLLO.	984	1 LAUDAS	2 / 2 - 3 HTTPS:// SIAN.AN.GOV.BR/ SIANEX/CONSULTA/ PESQUISA LIVRE PAINEL RESULTADO.ASP? V CODREFERENCIA ID =1959958&V ABA=1
6	6 02708	GNC.PPP.820 LUIZ GONZAGA FERREIRA.	978	1 LAUDAS	13 HTTPS:// SIAN.AN.GOV.BR/ SIANEX/CONSULTA/ PESQUISA LIVRE PAINEL RESULTADO.ASP? V CODREFERENCIA ID =1973388&V ABA=1
7	6 000953	GNC.NNN.81 CRIAÇÃO DO COMITE LONDRINENSE PELOS DIREITOS DO	981	1 LAUDAS	26 HTTPS:// SIAN.AN.GOV.BR/ SIANEX/CONSULTA/ PESQUISA LIVRE PAINEL RESULTADO.ASP?

		POVO E ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE LIVRE E SOBERANA LONDRINA PR.			<u>V CODREFERENCIA ID</u> <u>=1957491&V ABA=1</u>
8	6 <u>002290</u>	<u>GNC.NNN.82</u> <u>EUGENIO</u> <u>RODRIGUES</u> <u>CARNEIRO E</u> <u>OUTROS</u>	976	1 32 LAUDAS	SEM LINK
9	6 <u>003046</u>	<u>GNC.NNN.82</u> <u>LUIZ</u> <u>BRAZ DA SILVA E</u> <u>ANTONIO</u> <u>CARLOS</u> <u>KOLLER</u>	975	1 39 LAUDAS	SEM LINK
0	7 <u>003402</u>	<u>GNC.AAA.79</u> COMITES E ORGANIZAÇÕES DE BASE DO PCB	979	1 1 / 4 - 71 LAUDAS	<u>HTTPS://</u> <u>SIAN.AN.GOV.BR/</u> <u>SIANEX/CONSULTA/</u> <u>PESQUISA LIVRE PAIN</u> <u>EL RESULTADO.ASP?</u> <u>V CODREFERENCIA ID</u> <u>=1837245&V ABA=1</u>
1	7 <u>03402</u>	<u>GNC.AAA.790</u> COMITES E ORGANIZAÇÕES DE BASE DO PCB	979	1 2/4 - 42 LAUDAS	<u>HTTPS://</u> <u>SIAN.AN.GOV.BR/</u> <u>SIANEX/CONSULTA/</u> <u>PESQUISA LIVRE PAIN</u> <u>EL RESULTADO.ASP?</u> <u>V CODREFERENCIA ID</u> <u>=1837245&V ABA=1</u>
2	7 <u>03402</u>	<u>GNC.AAA.790</u> COMITES E ORGANIZAÇÕES DE BASE DO PCB	979	1 3 / 4 - CORROMPIDO	<u>HTTPS://</u> <u>SIAN.AN.GOV.BR/</u> <u>SIANEX/CONSULTA/</u> <u>PESQUISA LIVRE PAIN</u> <u>EL RESULTADO.ASP?</u> <u>V CODREFERENCIA ID</u>

					<u>=1837245&V ABA=1</u>
3	7 <u>03402</u>	<u>GNC.AAA.790</u> <u>E</u> <u>ORGANIZAÇÕES</u> <u>DE BASE DO</u> <u>PCB</u>	979	1 4/4 – CORROMPIDO	<u>HTTPS://</u> <u>SIAN.AN.GOV.BR/</u> <u>SIANEX/CONSULTA/</u> <u>PESQUISA LIVRE PAIN</u> <u>EL RESULTADO.ASP?</u> <u>V CODREFERENCIA ID</u> <u>=1837245&V ABA=1</u>
4	7 000696	<u>GNC.NNN.80</u> ANTONIO JOAQUIM DANTAS E OUTROS.	980	1 48 LAUDAS	<u>HTTPS://</u> <u>SIAN.AN.GOV.BR/</u> <u>SIANEX/CONSULTA/</u> <u>PESQUISA LIVRE PAIN</u> <u>EL RESULTADO.ASP?</u> <u>V CODREFERENCIA ID</u> <u>=1957341&V ABA=1</u>
5	7 <u>000968</u>	<u>GNC.NNN.81</u> <u>REUNIÃO</u> <u>DO PMDB DE</u> <u>LONDRINA PR.</u>	981	1 68 LAUDAS	SEM LINK
6	7 <u>000986</u>	<u>GNC.NNN.81</u> <u>ACOMPA</u> <u>NHAMENTO DAS</u> <u>ATIVIDADES</u> <u>DOS</u> <u>MOVIMENTOS</u> <u>DE PRESSÃO</u>	981	1 67 LAUDAS	SEM LINK
7	7 <u>059547</u>	<u>GNC.AAA.86</u> <u>APOIO</u> <u>DE</u> <u>ORGANIZAÇÕES</u> <u>SUBVERSIVAS A</u> <u>CANDIDATOS A</u> <u>CARGOS</u> <u>ELETIVOS NAS</u> <u>ELEIÇÕES DE</u> <u>1982, SE122 AC</u>	982	1 66 LAUDAS	SEM LINK

APÊNDICE B

BRASIL: NUNCA MAIS RELAÇÃO DOS TORTURADOS NA CLÍNICA MARUMBI

(<https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=bnm&pesq=&pesquisa=Pesquisar>)

Palavra-chave: “Marumbi”³¹

Menções: 30 menções

NOME	IDADE NO MOMENTO DA PRISÃO	MENÇÕ ES A MARUMBI	VIOLÊN CIA SOFRIDA	REFERÊ NCIA NO “PROJETO A”
Antônio Narciso Pires de Oliveira	26 Anos	1 menção	Ameaça de morte	TOMO V Volume 1 p. 390
Arnaldo Ramos Leomil	55 Anos	2 menções	Psicológi ca	TOMO V Volume 1 p. 456
Diogo Afonso Gimenes	47 Anos	5 menções	Tortura Física (Espancamento, choques etc.) e Tortura Moral	TOMO V Volume 1 p.745 - 746
Genecy Souza Guimarães	53 anos	1 menção	Tortura Física	TOMO V Volume 2

³¹ Observação: toda a consulta a partir da palavra-chave “Marumbi” apenas resultou sobre a Clínica Marumbi. Foi localizado uma única referência sobre Marumbi, que se refere ao município de Marumbi, Paraná. O documento de referência foi o Projeto A, isto é, o relatório do Brasil Nunca Mais.

				p.23
Ildeu Manso Vieira	47 anos	2 menções	Tortura Física e Psicológica	TOMO V Volume2 p. 210
João Alberto Einecke	31 anos	2 menções	Tortura Física e Psicológica	TOMO V Volume 2 p.307
José Caetano de Souza	44 anos	1 menção	Tortura Física e Psicológica, Ameaças	TOMO V Volume 2 p. 482
Mario Gonçalves Siqueira	34 anos	2 menções	Tortura Física	TOMO V Volume 3 p. 169 - 170
Nelson Pedro Zambon	34 anos	5 menções	Tortura Física	TOMO V Volume 3 p. 303
Newton Cândido	40 anos	1 menção		TOMO V Volume 3 p. 323
Nilton Abel de Lima	52 anos	2 menções		TOMO V Volume 3 p. 351 – 352

Osvaldo Alves	40 anos	3 menções	Tortura psicológica	TOMO V Volume 3 p. 393 – 394
Salim Haddad	44 anos	1 menção	Tortura Física e Psicológica	TOMO V Volume 3 p. 690
Zízimo de Carvalho	43 anos	2 menções	Ameaças	TOMO V Volume 3 p. 953 – 954
14 Relatos de Vítimas		30 menções		

APÊNDICE C

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO PARANÁ – TERESA URBAN

Comissão Nacional da Verdade				
Seção	Menções	Página	Volume	Ano
DOI-COD I da 5a Região Militar, em Curitiba (PR)	3 menções	157	Volume 1 TOMO 1	2014
A Operação Radar (1973-1976): a dizimação de lideranças do PCB . 132	1 menção	643	Volume 1 TOMO 2	2014
DOPS/ PR . 92	1 menção	767	Volume 1 TOMO 2	2014
Clínica Marumbi - Curitiba	13 menções	815 – 817	Volume 1 TOMO 2	2014
Samuel Augusto Alves Correa	1 menção	872	Volume 1 TOMO 2	2014
Zuiderzee Nascimento Lins	3 menções	931	Volume 1 TOMO 2	2014
Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban				
Seção	Menções	Página	Volume	Ano
Poder Judiciário	1 menção	54 – 67	Volume 1	2017
Noel Nascimento	1 menção	72-75	Volume 1	2017

Operação Marumbi – Estado do Paraná, abrangingo onze municípios	9 menções	134 – 137	Volume 1	2017
Aluizio Ferreira Palmar	1 menção	131 – 150	Volume 2	2017
Inquérito policial militar nº 44 – sobre as atividades dos comunistas no Paraná e em Santa Catarina	1 menção	298 – 299	Volume 2	2017
Elizabeth Franco Fortes Nascimento	1 menção	318 – 320	Volume 2	2017
Luiz Salvador	2 menções	328.	Volume 2	2017
Wilson Previdi	1 menção	353 - 356	Volume 2	2017

APÊNDICE D

VÍTIMAS DE TORTURAS DURANTE A OPERAÇÃO MARUMBI CITADAS NO BNM E RESPECTIVA LOCALIZAÇÃO SOBRE AS MESMAS NOS DOCUMENTOS DO SNI³²

NOME	PROFIS SÃO	BASE DOCUMENTAL SNI/SIAN
Antônio Narciso Pires de Oliveira	Comercia nte Deputad o Federal (PMDB)	(GNC.AAA.75088865) (GNC.AAA.77102820) (GNC.NNN.81001090) (GNC.AAA.78113142) (GNC.AAA.78113784) (GNC.AAA.82026230) (GNC.AAA.86059547) (GNC.AAA.84038910) (GNC.NNN.79000232) (GNC.NNN.81000986) (GNC.NNN.81000993) (GNC.NNN.81001022) (GNC.NNN.81001031) (GNC.NNN.81001052) (GNC.NNN.81001090) (GNC.NNN.81001200) (GNC.NNN.81001205) (GNC.NNN.86006861)
Arnaldo Ramos Leomil	Comercia nte	(GNC.AAA.75088865) (GNC.AAA.78113784) (GNC.NNN.79000232) (GNC.NNN.81000993) (GNC.NNN.81001022) (GNC.NNN.81001031) (GNC.NNN.81001052) (GNC.NNN.81001090) (GNC.NNN.81001200)

³² Este apêndice se relaciona com o quadro do apêndice A e do apêndice B.

		(GNC.NNN.81001205)
Diogo Afonso Gimenes	Vendedor comercial	(GNC.AAA.75088865) (GNC.AAA.77102820) (GNC.NNN.81001090) (GNC.AAA.78113142) (GNC.AAA.78113784) (GNC.AAA.79003402) (GNC.NNN.79000232) (GNC.NNN.81001022) (GNC.NNN.81001031) (GNC.NNN.81001052) (GNC.NNN.81001067) (GNC.NNN.81001090) (GNC.NNN.81001200) (GNC.NNN.81001205) (GNC.NNN.81001206) (GNC.NNN.86006861)
Genecy Souza Guimarães	Torneiro mecânico Vereador Londrina (PMDB)	(GNC.AAA.75088865) (GNC.AAA.77102820) (GNC.NNN.81001090) (GNC.AAA.78112780) (GNC.AAA.78113784) (GNC.AAA.79003402) (GNC.AAA.82026230) (GNC.AAA.86059547) (GNC.NNN.79000232) (GNC.NNN.81000986) (GNC.NNN.81000968) (GNC.NNN.81000993) (GNC.NNN.81001022) (GNC.NNN.81001031) (GNC.NNN.81001052) (GNC.NNN.81001067) (GNC.NNN.81001090) (GNC.NNN.81001200) (GNC.NNN.81001205) (GNC.NNN.81001206) (GNC.NNN.81001356) (GNC.NNN.82002094) (GNC.NNN.86006861)

Ildeu Manso Vieira	Comercia nte	(GNC.NNN.86006861) (GNC.AAA.75088865) (GNC.AAA.77102820) (GNC.NNN.81001090) (GNC.AAA.78112780) (GNC.AAA.78113142) (GNC.AAA.78113784) (GNC.AAA.79003402) (GNC.AAA.83035700) (GNC.NNN.79000232) (GNC.NNN.81000993) (GNC.NNN.81001022) (GNC.NNN.81001031) (GNC.NNN.81001052) (GNC.NNN.81001067) (GNC.NNN.81001090) (GNC.NNN.81001200) (GNC.NNN.81001205) (GNC.NNN.83004061) (GNC.NNN.86006861)
João Alberto Einecke	Cobrador Viação Garcia Vereador Londrina (PMDB)	(GNC.NNN.90008822) (GNC.AAA.75088865) (GNC.AAA.77102820) (GNC.NNN.81001090) (GNC.AAA.78112780) (GNC.AAA.78113142) (GNC.AAA.78113784) (GNC.AAA.82026230) (GNC.AAA.86059547) (GNC.AAA.83035700) (GNC.NNN.79000232) (GNC.NNN.81000953) (GNC.NNN.81000986) (GNC.NNN.81001022) (GNC.NNN.81001031) (GNC.NNN.81001052) (GNC.NNN.81001067) (GNC.NNN.81001090) (GNC.NNN.81001200) (GNC.NNN.81001205)

		(GNC.NNN.81001206) (GNC.NNN.81001356) (GNC.NNN.83004061) (GNC.NNN.86006861) (GNC.NNN.90008822)
José Caetano de Souza	Comercia nte	(GNC.AAA.75088865) (GNC.AAA.77102820) (GNC.NNN.81001090) (GNC.AAA.78113784) (GNC.NNN.79000232) (GNC.NNN.81000993) (GNC.NNN.81001022) (GNC.NNN.81001031) (GNC.NNN.81001052) (GNC.NNN.81001090) (GNC.NNN.81001200) (GNC.NNN.81001205)
Mario Gonçalves Siqueira	Ensacad or	(GNC.AAA.75088865) (GNC.AAA.77102820) (GNC.AAA.78113784) (GNC.NNN.79000232) (GNC.NNN.81000993) (GNC.NNN.81001022) (GNC.NNN.81001031) (GNC.NNN.81001052) (GNC.NNN.81001090) (GNC.NNN.81001200) (GNC.NNN.81001205)
Nelson Pedro Zambon	Administr ador de empresas	(GNC.AAA.75088865) (GNC.AAA.77102820) (GNC.AAA.78113784) (GNC.NNN.79000232) (GNC.NNN.81000993) (GNC.NNN.81001022) (GNC.NNN.81001031) (GNC.NNN.81001052) (GNC.NNN.81001090) (GNC.NNN.81001200) (GNC.NNN.81001205)
Newton	Profissio	(GNC.AAA.75088865)

Cândido	nal do PCB	(GNC.AAA.77102820) (GNC.NNN.81001090) (GNC.AAA.78112780) (GNC.AAA.78113142) (GNC.AAA.78113784) (GNC.AAA.79003402) (GNC.NNN.79000232) (GNC.NNN.81000993) (GNC.NNN.81001022) (GNC.NNN.81001031) (GNC.NNN.81001052) (GNC.NNN.81001090) (GNC.NNN.81001090) (GNC.NNN.81001200) (GNC.NNN.81001205) (GNC.NNN.86006861)
Nilton Abel de Lima	Ensacad or	(GNC.AAA.75088865) (GNC.AAA.77102820) (GNC.NNN.81001090) (GNC.AAA.78113784) (GNC.NNN.79000232) (GNC.NNN.81001022) (GNC.NNN.81001031) (GNC.NNN.81001052) (GNC.NNN.81001090) (GNC.NNN.81001200) (GNC.NNN.81001205) (GNC.NNN.81001206)
Osvaldo Alves	Médico	(GNC.AAA.75088865) (GNC.AAA.77102820) (GNC.NNN.81001090) (GNC.AAA.78113142) (GNC.AAA.78113784) (GNC.NNN.79000232) (GNC.NNN.81000993) (GNC.NNN.81001022) (GNC.NNN.81001031) (GNC.NNN.81001052) (GNC.NNN.81001067) (GNC.NNN.81001090)

		(GNC.NNN.81001200) (GNC.NNN.81001205) (GNC.NNN.81001206) (GNC.NNN.86006861)
Salim Haddad	Médico	(GNC.AAA.75088865) (GNC.AAA.77102820) (GNC.NNN.81001090) (GNC.AAA.78113784) (GNC.NNN.79000232) (GNC.NNN.81001022) (GNC.NNN.81001031) (GNC.NNN.81001052) (GNC.NNN.81001090) (GNC.NNN.81001200) (GNC.NNN.81001205) (GNC.NNN.81001206)
Zízimo de Carvalho	Comerciante	(GNC.AAA.75088865) (GNC.AAA.77102820) (GNC.NNN.81001090) (GNC.AAA.78113784) (GNC.NNN.79000232) (GNC.NNN.81001031) (GNC.NNN.81001052) (GNC.NNN.81001067) (GNC.NNN.81001090) (GNC.NNN.81001200) (GNC.NNN.81001205)

APENDICE E

RELAÇÃO DOS DENUNCIANTES DE TORTURA PRESENTES NO BNM QUE TAMBÉM APARECEM NOS RELATÓRIOS DAS COMISSÕES DA VERDA- DE³³

NOME	BNM	CEV	CN V	Observa- ções
Antônio Narciso Pires de Oliveira				Depoente no CNV e/ou CEV
Arnaldo Ramos Leomil				Breve men- ção
Diogo Afonso Gimenes				Breve men- ção
Genecy Souza Guimarães				Breve men- ção
Ildeu Manso Vieira				Depoente no CNV e/ou CEV Breve his- tórico no CEV
João Alberto Einecke				Depoente no CNV e/ou CEV
José Caetano de Souza				Breve men- ção
Mario Gonçalves Siqueira				Depoente no CNV e/ou CEV
Nelson Pedro Zambon				Aparece apenas no BNM
Newton Cândido				Breve his-

³³ Este quadro é resultante do cruzamento dos quadros dos apêndices B e C.

				tórico da sessão de tortura
Nilton Abel de Lima				Breve men- ção
Osvaldo Alves				Breve men- ção
Salim Haddad				Breve men- ção
Zízimo de Carvalho				Breve men- ção

APENDICE F

RELAÇÃO DOS ENVOLVIDOS EM TORTURA CONFORME DENÚNCIAS COLETADAS PELO BNM -PROJETO A³⁴

Nom e pelo qual é indicado na denúncia	Como é indicado pelo denunciante	Local da tortura	N.º e Nome do denunciante	N.º BNM	Outras informações
Emílio		Curitiba – Local secreto à Rua Dr. Pedrosa	1842 (Zízi-mo de Carvalho)	551	O denunciante declarou que foi levado vendido a um lugar que soube ser localizado à rua Pedrosa, cita também Roberto como torturador (Tomo V, Vol. 3, p. 947)
Fran-cisco Ferrei-ra (Dr.)		DOPS	1311 (Mário Gonçalves Siqueira)	551	No relatório do BNM, o denunciante menciona a Clínica Marumbi, menciona também o Dr. Luiz Antonio e Dr. Rui como torturadores (Tomo V, Vol. 3, p. 163)
Luiz		Quartel –	861 (Jodat	551	Menciona o endereço do local em que foi tor-

³⁴ Dados coletados a partir da Tabela 103, focada no ano de 1975, no Paraná, durante a Operação Marumbi (provavelmente), tal como elaborada no Projeto A do Brasil Nunca Mais (2016), Tomo II, Vol. 3, “Os Funcionários”, p. 1s.

Antonio (Dr.)		Curitiba	Nicolas Kury)		turado: Rua Dr. Pedrosa, esquina com Rua Brigadeiro Franco, provável endereço da Clínica Marumbi; Foi também torturado por Merecy Flores (Tomo V, Vol. 2, p. 379)
		Clínica Marumbi	1311 (Mário Gonçalves Siqueira)	551	Idem
		Quartel da Praça Rui Barbosa - Curitiba	1425 (Nilton Abel de Lima)	551	Foi torturado na Clínica Marumbi (Tomo V, Vol. 3, p. 345)
Merecy Flores ("Adolfo")	Capitão	Curitiba	861 (Jodat Nicolas Kury)	551	Idem
Reinaldo (Dr.)		DOPS – Paraná	1369 (Mocacyr Reis Ferraz)	551	Reinaldo Robson Honorato Santos (BNM 551) O Denunciante menciona a Rua Pedrosa em um local que chama de "Clínica" (Tomo V, Vol. 3, p. 246)
Roberto Silva	Delegado	DOI – Paraná	1778 (Veríssimo Teixeira)	551	

			da Costa)		
Roberto	Delegado	DOPS - Paraná	1842 (Zízi- mo de Carvalho)	551	idem
Roberto (Dr.)	Delegado	DOPS - Curitiba	513 (Eujá- cio de Almeida)	551	O denunciante foi ameaçado pelo Dr. Roberto e presenciou, relatando em detalhes, uma seção de tortura de Mário Gonçalves Siqueira (Tomo V, Vol.1, p. 874)
Roberto	Delegado	DOPS - Curitiba	1160 (Luiz Gonzaga Ferrei- ra) 1460 (Os- valdo Alves)	551	Ele menciona Dr. Osias, provavelmente trata- se do Delegado Ozias Algauer, do DOPS (Tomo V, Vol. 2, p. 836) Menciona Dr. Osias e Capitão Romaris (Tomo V, Vol. 3, p. 387)
Roberto	Delegado	Casa em Curitiba	1425 (Nil- ton Abel de Lima)	551	idem
Romariz de Moura	Capitão	30º Bat. Infantaria Moto- rizada – Apuca- rana (PR)	861 (Jodat Nicolas Kury)		Capitão E. B. Romariz de Moura (BNM 551). Idem
Romariz	Capitão	Curitiba e Apucarana (PR)	1460 (Os- valdo Alves)		Capitão E. B. Romariz de Moura (BNM 551). Idem

Ro-mariz	Capitão do Exército	DOI/CODI - Curitiba	168 (Antônio Narciso Pires de Oliveira) 808 (João Alberto Einecke)		Capitão E. B. Romariz de Moura (BNM 551). Menciona a Clínica Marumbi, o PE e o DOPS, além do DOI-CODI (Tomo V, Vol. 1, p. 384) Relata também Dr. Oswaldo e “quatro anjos” (Tomo V, Vol. 2, p. 301)
Rui (Dr.)		Clínica Marumbi - Paraná	1311 (Mário Gonçalves Siqueira)	551	idem